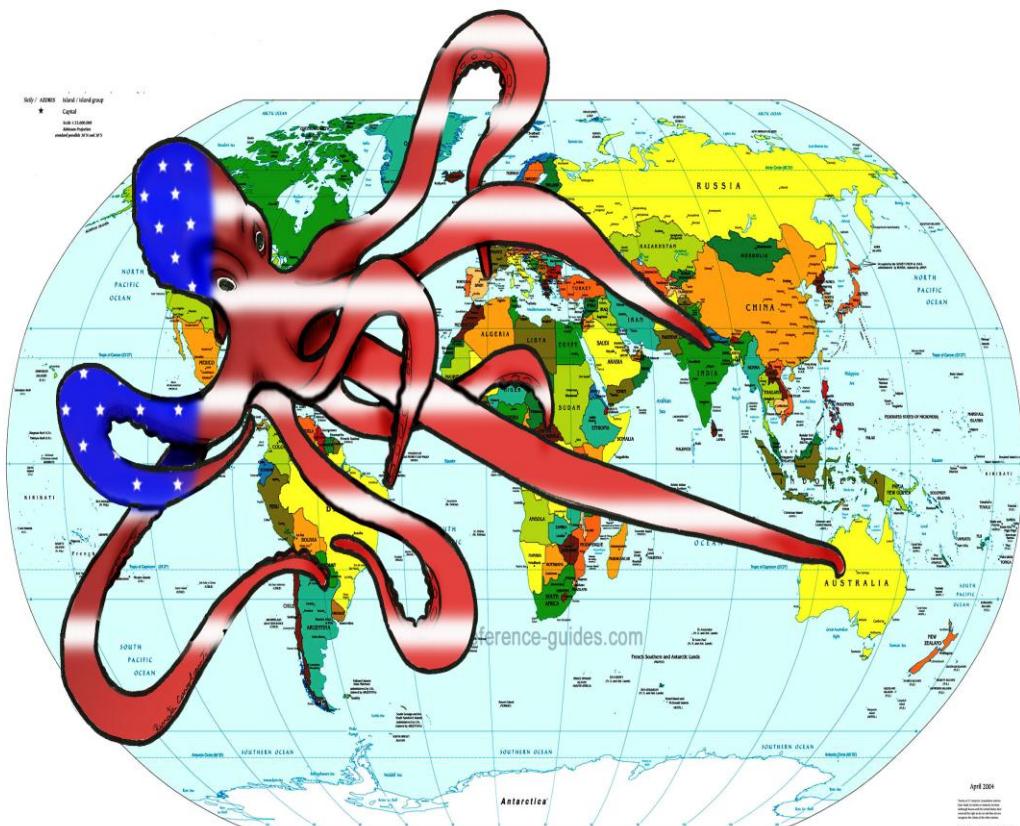




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ EDVALDO LOPES



**A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital
no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN**

João Pessoa-PB, agosto de 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOSÉ EDVALDO LOPES

**A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital
no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal da
Paraíba, como pré-requisito para
obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
Orientador

João Pessoa-PB, Agosto de 2014

L864d Lopes, José Edvaldo.

A Del Monte Fresh Produce e a territorialização do capital no meio rural do município de Ipanguaçu-RN / José Edvaldo Lopes.-- João Pessoa, 2014.

141f. : il.

Orientador: Anieres Barbosa da Silva

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

*1. Geografia. 2. Meio rural – Ipanguaçu-RN. 3. Território. 4. Capital.
5. Reestruturação produtiva.*

JOSÉ EDVALDO LOPES

A DEL MONTE FRESH PRODUCE E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU-RN

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva (PPGG/UFPB)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Orientador

Prof.^a Dr^a. Emília de Rodat Fernandes Moreira (PPGG/UFPB)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Examinadora Interna

Prof. Dr^a. Rita Cássia da Conceição Gomes (PPGE/UFRN)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Examinadora Externa

João Pessoa-PB, agosto de 2014

As famílias camponesas do município de Ipanguaçu residentes nas comunidades rurais de Baldum, Base Física, Capivara, Cuó, Luzeiro, Pedrinhas, Olho D'água e Ubarana.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por todas as conquistas que Ele tem proporcionado a minha pessoa, sempre iluminando os meus caminhos rumo a vitória e a remover todos os obstáculos que impediam o meu triunfo. Meu muito obrigado.

À pessoa do professor Anieres Barbosa da Silva, por acreditar no desenvolvimento do presente trabalho e, especialmente, pelas suas orientações e contribuições primordiais, as quais conduziram, de forma sábia, para a conclusão da pesquisa ora realizada e que tenho um profundo respeito e admiração. Sou muito grato.

A todos os professores da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, pelas disciplinas as quais contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento intelectual e profissional, em especial, a professora Emília de Rodat Fernandes Moreira e, o professor Marco Antônio Mitidiero Júnior. Muito agradecido.

Meus caros colegas da turma de 2012, pelo companheirismo, amizade e a troca de conhecimento compartilhado no decorrer do Curso de Pós-Graduação em Geografia, em particular, Jocéia Goveia, Nielson Lourenço, Diego Pessoa, Zinho, Flávia, Verônica, João Paulo, João César, Jouse, Otávia, Marina, Emmir, Glaciene e Pâmela. Minha gratidão, pela amizade e companheirismo.

Aos funcionários dessa Universidade, de modo particular, aos da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia, na pessoa de Sônia. Minha sincera gratidão, pela atenciosidade e serviços prestados.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, pela minha formação acadêmica e os primeiros encaminhamentos que conduziram rumo à profissionalização: Rita de Cássia da Conceição Gomes, Aldo Aloísio Dantas, Edilson Alves de Carvalho, Maria Pontes Fonseca, Fernando Moreira e Paulo César. Meu muito obrigado.

Aos funcionários da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Norte, da Secretaria de Saúde do Município de Ipanguaçu, ao Presidente do STR, João Batista de Moura, à pessoa de Manoel Itamar de Guimarães funcionário da EMATER desse município e ao funcionário da Del Monte Fresh Produce, por ter disponibilizado alguns dados e informações cruciais para a elaboração do presente trabalho. À todos meus sinceros agradecimentos.

À minha família, a qual tem concedido apoio incondicional, dando-me força, ânimo e coragem para prosseguir e vencer todos os desafios, em especial, a minha esposa Francinete, aos filhos Mônica Raquel e Israel, aos meus pais Manuel e Salete, aos meus irmãos, Eridan, Socorro, João Maria, Edmilson, Anizete e Francisco Ney. Minha sincera gratidão.

Aos amigos os quais tenho um profundo carinho e amizade: Markelly Barbosa de Araújo, Maria Cristina, Polyanderson, Heloisa, Cláldio, Fátima Viegas, Socorro Paiva, Edmilson Paiva, Francisco Paiva, Selma, Vânia, Marizete, Flaviana Nadir, Laércio do Nascimento, Petrúcio, os quais corroboraram de forma direta e/ou indiretamente para a conclusão do presente trabalho. Meu muito obrigado.

À Verônica Pereira de Medeiros e Suayze Douglas da Silva, os quais participaram da aplicação do instrumental de pesquisa durante o trabalho de campo, corroborando significativamente na conclusão da presente pesquisa. Minha profunda gratidão.

A todos meu profundo carinho e gratidão, pela colaboração, estímulo e ensinamentos, os quais foram imprescindíveis e essenciais para a conclusão do trabalho ora realizado. Meus sinceros agradecimentos.

Aqui não falta Sol, não falta chuva
A terra faz brotar qualquer semente
Se a mão de Deus protege, molha o nosso chão
Por que será que tá faltando pão?
Se a natureza nunca reclamou da gente
Corte do machado, a foice, o fogo ardente
Se nessa terra tudo que se planta dá
O que é que há meu país?
O que é que há?
Se nessa terra tudo que se planta dá
O que é que há meu país?
O que é que há?
Tem alguém levando lucro
Tem alguém colhendo fruto
Sem saber o que é plantar
Tá faltando consciência
Tá sobrando paciência
Tá faltando alguém gritar
Feito trem desgovernado
Quem trabalha tá ferrado
Nas mãos de quem só engana
Feito mal que não tem cura
Estão levando a loucura
O país que a gente ama

Meu país, de Zezé de Camargo e Luciano

RESUMO

Com o processo de reestruturação produtiva do capital, aliado algumas ações governamentais com o intuito de executar grandes projetos de irrigação no semiárido do Nordeste brasileiro, o meio rural do município de Ipanguaçu-RN passou a ser uma das áreas em que o capital efetivou sua expansão. Após o início da execução do Projeto Baixo-Açu-RN na década de 1970, em parceria com o Governo Federal e Estadual, esse Projeto viabilizou a construção da Barragem Eng.^º Armando Ribeiro Gonçalves, a qual foi concluída no ano de 1983, permitindo desenvolver a fruticultura irrigada nesse município. Por conseguinte, o meio rural dessa unidade federativa passou a evidenciar significativas alterações nas relações de produção e de trabalho, uma vez que, com o grande potencial hídrico proporcionado por essa Barragem incentivou a instalação de agroindústrias no meio rural do município de Ipanguaçu, com o objetivo de desenvolver agricultura irrigada nos moldes capitalista para fins exclusivamente comerciais. O presente trabalho tem por principal objetivo uma análise referente ao processo de territorialização do capital no meio rural do município de Ipanguaçu, a partir da atuação da multinacional *Del Monte Fresh Produce*. Esta empresa, a partir do momento em que passou atuar nesse município vem intensificando o processo de territorialização do capital nas várzeas dos Rios Piranhas-Açu e Pataxó, na medida em que passou a se apropriar de uma vasta extensão territorial por meio da compra de pequenas e médias propriedades rurais, em que se praticava uma agricultura nos moldes tradicionais e onde o camponês exercia a autonomia na sua produção. Contudo, antes da construção da referida Barragem, as várzeas do Rio Piranhas-Açu e Pataxó, se constituíam no espaço onde predominava a agricultura campesina voltada basicamente para atender às necessidades primárias do núcleo familiar. As relações de produção tinham por base a força de trabalho familiar, a parceria (meia e terça) e o arrendamento, não havendo a presença da mão de obra assalariada. No entanto, a partir da década de 1990, sobretudo com a chegada da multinacional Del Monte Fresh Produce no município de Ipanguaçu, a lógica da produção e as relações de trabalho preexistentes vêm sendo alteradas significativamente, sendo intensificado o emprego do trabalho assalariado.

Palavras-chaves: Território; Capital; Reestruturação Produtiva; Meio Rural; Ipanguaçu.

RESUMEN

Con el proceso de reestructuración de la capital, aliado algunas acciones del gobierno para ejecutar grandes proyectos de irrigación en la región semiárida del noreste de Brasil, el mío rural do municipio de Ipanguaçu-RN se convirtieron en una de las zonas en las que el capital efectúa su expansión. Tras el iniciado el Proyecto Baja-Acu-RN en 1970, en colaboración con los gobiernos federal y estatal, este proyecto permitió la construcción de la presa Engº. Armando Ribeiro Gonzales, que se completó en el año 1983, el que permite desarrollar la horticultura de regadío en municipio. Por lo tanto, las zonas rurales de esta unidad federativa comenzaron a mostrar cambios significativos en las relaciones de producción y mano de obra, ya que, con el gran potencial hidroeléctrico que confiere esta presa ha favorecido la instalación de industrias agrícolas en las zonas rurales del municipio de Ipanguaçu, con para desarrollar la agricultura de regadío en las plantillas de capitalistas con fines puramente comerciales. Este trabajo tiene como objetivo principal el análisis en el proceso de territorialización del capital en el mío rural de Ipanguaçu a partir da operación de la multinacional Del Monte Fresh Produce. Esta empresa, desde el momento en que empezamos a trabajar en este municipio tiene intensificado el proceso de territorialización del capital en las llanuras de inundación del Ríos Pirañas-Acu y Pataxó, en la medida en que comenzó a tomar posesión de un vasto territorio a través de la compra de pequeñas y medianas explotaciones, donde se practicaba la agricultura en forma tradicional y donde el capones ejerce autonomía en su producción. Sin embargo, antes de la construcción de esta presa, las llanuras de inundación de las Rio Pirañas-Acu y Pataxó, se constituyeron en el espacio en el que predominaba la agricultura campesina votada básicamente para satisfacer las necesidades primarias de la unidad familiar. Las relaciones de producción se basan en el trabajo familiar, la asociación (en el centro y el martes) y el contrato de arrendamiento, no habiendo la presencia de mano de obra asalariada. No en tanto, a partir de la década de 1990, sobre todo con la llegada de la multinacional Del Monte Fresh Produce no municipio de Ipanguaçu, la lógica de la producción y de las relaciones de trabajo preexistentes ven siendo alteradas significativamente, siendo que se intensificó el empleo de mano de obra asalariada.

Palabras clave: Territorio; Capital; Reversión Productiva; Mío Rural; Ipanguaçu.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra Seca
CODEVASF	Companhia do Vale do São Francisco
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CGU	Consultoria Geral da União
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio G. do Norte
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
GEIDA	Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEI	Módulos de Exploração Indefinida
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OMC	Organização Mundial do Comércio
SAG	Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Norte
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA
INCRA	Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária
IFOCS	Inspeção Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspeção de Obras Contra as Secas
SIAB	Sistema de Atenção Básica
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipanguaçu
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PROHIDRO	Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste

LISTA DE MAPAS

MAPA 01	Localização do município de Ipanguaçu-RN.....	18
MAPA 02	Expansão territorial da Del Monte F. P. no Vale do Açu-RN.....	107
MAPA 03	Fluxo de Trabalhadores Para a Del Monte Fresh Produce.....	118

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Localização das áreas pesquisadas. Ipanguaçu-RN.....	19
FIGURA 02	Planta do Projeto Baixo–Açu.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Avaliação da Del Monte F. P., segundo a opinião dos moradores locais.....	81
Gráfico 02	Principais consequências da atuação da Del Monte F. P., segundo os Moradores entrevistados.....	82
Gráfico 03	Tempo de Trabalho na Del Monte F. P., segundo os entrevistados.....	83
Gráfico 04	Tempo de residência dos trabalhadores nas áreas pesquisadas.....	85
Gráfico 05	Percentual de agrotóxicos utilizados pelos camponeses, segundo as áreas Pesquisadas.....	88
Gráfico 06	Tipos de equipamentos de segurança utilizados pelos camponeses da área de pesquisa.....	91
Gráfico 07	Quantidade de trabalhadores contratados nas pequenas unidades de produção.....	93
Gráfico 08	Origem da mão de obra contratada pelos camponeses.....	94
Gráfico 09	Propriedades rurais, segundo a sua extensão.....	106
Gráfico 10	Quantidade de banana produzida (cachos) em municípios do Vale do Açu (1990-2000).....	110
Gráfico 11	Quantidade de banana produzida (cachos) em municípios do Vale do Açu (2001-2012).....	110
Gráfico 12	Total de áreas irrigadas em Ipanguaçu e demais municípios vizinhos.....	115

Gráfico 13 Produtores rurais das áreas pesquisadas, segundo a condição.....	121
Gráfico 14 Destino da produção dos pequenos e médios estabelecimentos rurais.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Principais culturas desenvolvidas nos pequenos estabelecimentos rurais das áreas pesquisadas	73
Tabela 02 Renda familiar dos entrevistados, segundo as áreas pesquisadas.....	84
Tabela 03 Principais máquinas e equipamentos agrícolas utilizadas nas pequenas unidades de produção.....	86
Tabela 04 Mão de obra utilizada nas pequenas unidades de produção.....	92
Tabela 05 Principais dificuldades dos campões para cultivar a terra.....	96
Tabela 06 Número e área de imóveis rurais sob posse de estrangeiros no Brasil....	101
Tabela 07 Caracterização dos estabelecimentos rurais, segundo a condição do produtor rural, município de Ipanguaçu (1996).....	103
Tabela 08 Caracterização dos estabelecimentos rurais, segundo a condição do produtor rural, município de Ipanguaçu (2006).....	104
Tabela 09 Principais atividades desenvolvidas na área de estudo, segundo os sujeitos entrevistados	119
Tabela 10 Rendimento médio da produção de banana (Kg/hectares), Microrregião do Vale do Açu (1990-2000).....	130
Tabela 11 Rendimento médio da produção de banana (Kg/hectares), Microrregião do Vale do Açu (1990-2000).....	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Sintomas das intoxicações, aguda e crônica, de acordo com a classificação dos agrotóxicos.....	89
Quadro 02 Tipo de agrotóxicos utilizados pelos campões, segundo a classe, classificação toxicológica e fabricante.....	90

Quadro 03	Classificação Toxicológica dos agrotóxicos.....	91
------------------	---	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01	Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.....	60
Fotografia 02	Monumento da construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no município de Itajá-RN.....	60
Fotografia 03	Embalagem de bananas para abastecer o mercado externo.....	112
Fotografia 04	Cachos de bananas protegidos por sacos plásticos e espumas.....	113
Fotografia 05	Espaço da reprodução capitalista.....	114
Fotografia 06	Moradia camponesa cercada por carnaubais.....	114
Fotografia 07	Entrevista com o funcionário da Del Monte Fresh Produce.....	117
Fotografia 08	Organização da produção na pequena unidade camponesa.....	122
Fotografia 09	Mulheres trabalhando no processo de limpeza e seleção das bananas na Del Monte F. produce.....	125
Fotografia 10	Fluxo de transportes na principal avenida da sede municipal.....	128
Fotografia 11	Colheita da banana em uma das fazendas da Del Monte F. P.	129

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 01	Circulação da produção no período do predomínio da agricultura não-capitalista.....	124
Organograma 02	Circulação da produção no período do predomínio da agricultura capitalista.....	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Metodologia.....	24
Estrutura do Trabalho.....	28
1 TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	31
1.1 Aportes Teóricos que Fundamentaram a Pesquisa.....	31
2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE IPANGUAÇU: um processo mediatizado pelo Estado	54
2.1 Uma Análise Sobre o Processo de Produção do Espaço Agrário de Ipanguaçu, a Partir das Ações Governamentais.....	54
3 AS MUDANÇAS PRODUZIDAS NO TERRITÓRIO A PARTIR DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA DEL MONTE FRESH PRODUCE.....	65
3.1 A Inserção da Del Monte Fresh Produce no Município de Ipanguaçu e a Intensificação do Processo de Territorialização do Capital no Meio Rural	65
3.2 Predomínio da Agricultura Não-capitalista.....	67
3.3 Transição da Agricultura Não-capitalista para Agricultura Capitalista.....	69
3.4 O Projeto Baixo-Açu e o Predomínio da Agricultura Capitalista	74
3.5 Expansão do Agronegócio e a Apropriação das Terras Pela Del Monte F. P..	97
3.6 As Formas de Comercialização e a Dinâmica Territorial Empreendida Pela Transnacional Del Monte Fresh Produce.....	108
3.7 As mudanças nas Relações de Trabalho e na Organização do Espaço Agrário de Ipanguaçu, Para e Pelo Capital	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
ANEXO.....	152



INTRODUÇÃO

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

INTRODUÇÃO

A modernização do campo tem promovido à concentração da riqueza nas mãos de um pequeno grupo, uma vez que o capital agroindustrial vem se apropriando gradativamente dos “espaços de reservas para o capital” (HARVEY, 2005). É nessa perspectiva que se dá as novas formas de dominação do território pelo capital na medida em que este passa a exercer o controle sobre o território a partir da aquisição de propriedades rurais por agentes capitalistas, os quais efetuam a compra de terras, sendo atraídos pelos investimentos e incentivos governamentais no contexto dos grandes projetos de irrigação executado pelo Estado, engendrando novas relações de trabalho e formas de produção no espaço rural.

Matizado por esse entendimento, o estudo ora proposto teve como objetivo principal compreender o processo de territorialização do capital no meio rural do município de Ipanguaçu-RN, a partir da atuação da *Del Monte Fresh Produce*. Partimos do pressuposto de que a presença dessa empresa transnacional no território potiguar intensificou o processo de reestruturação do território pelo capital, e a serviço deste, além de promover mudanças significativas nas relações de trabalho e na base técnica da agricultura. Esse processo de reestruturação do território teve início com a implantação de grandes projetos de irrigação, os quais, sob a tutela do Estado, deram sustentação a territorialização e subordinação do território pelo capital na área de estudo.

O município de Ipanguaçu está inserido na Microrregião do Vale do Açu, a qual integra a Mesorregião Central do estado do Rio Grande do Norte. O Vale do Piranhas-Açu é composto por 28 municípios paraibanos e por 8 municípios norte-riograndenses. Ao adentrar em terras potiguanas passa a ser denominado de Vale do Açu, sendo caracterizado como “manha fértil”. Essa bacia nasce em terras paraibanas, precisamente, no município de Bonito de Santa Fé e se estende até o delta, localizado no município de Macau-RN, o qual desagua no oceano Atlântico (SILVA, 1992).

Após passar pela Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o rio Piranhas passa a ser chamado de rio Piranhas-Açu e o Vale do Açu passa a ser denominado de região do Baixo-Açu, a qual é formada pelos municípios de Macau, Pendências, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Itajá, Açu e Ipanguaçu, correspondendo a uma planície aluvial,

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

a qual, em sua maioria, está localizada no município de Ipanguaçu, o que o caracteriza como um município dotado de grande potencial para a prática da agricultura irrigada.

Esse município possui uma área de 374 km² e uma população de 13.856 habitantes, segundo o Censo de 2010. No que se refere a sua divisão política, limita-se ao Norte com Afonso Bezerra, ao Sul com Itajá, ao Oeste com Açu e ao Leste com Angicos e Afonso Bezerra (Mapa 01). Ipanguaçu está integrado ao polo da fruticultura irrigada do Vale do Açu. É o município que mais se destaca no setor da fruticultura, tanto com relação à produtividade quanto em extensão da área plantada.

MAPA 1: Localização do município de Ipanguaçu-RN

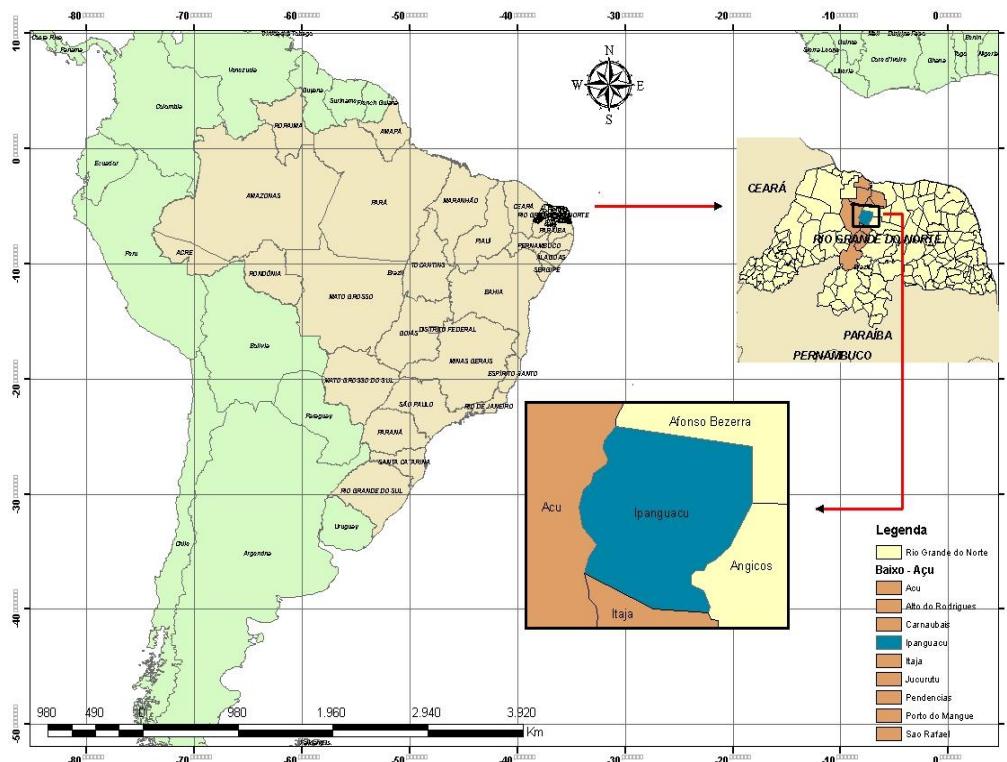


Figura 01: Localização de Ipanguaçu
Elaboração: Silva (2011).

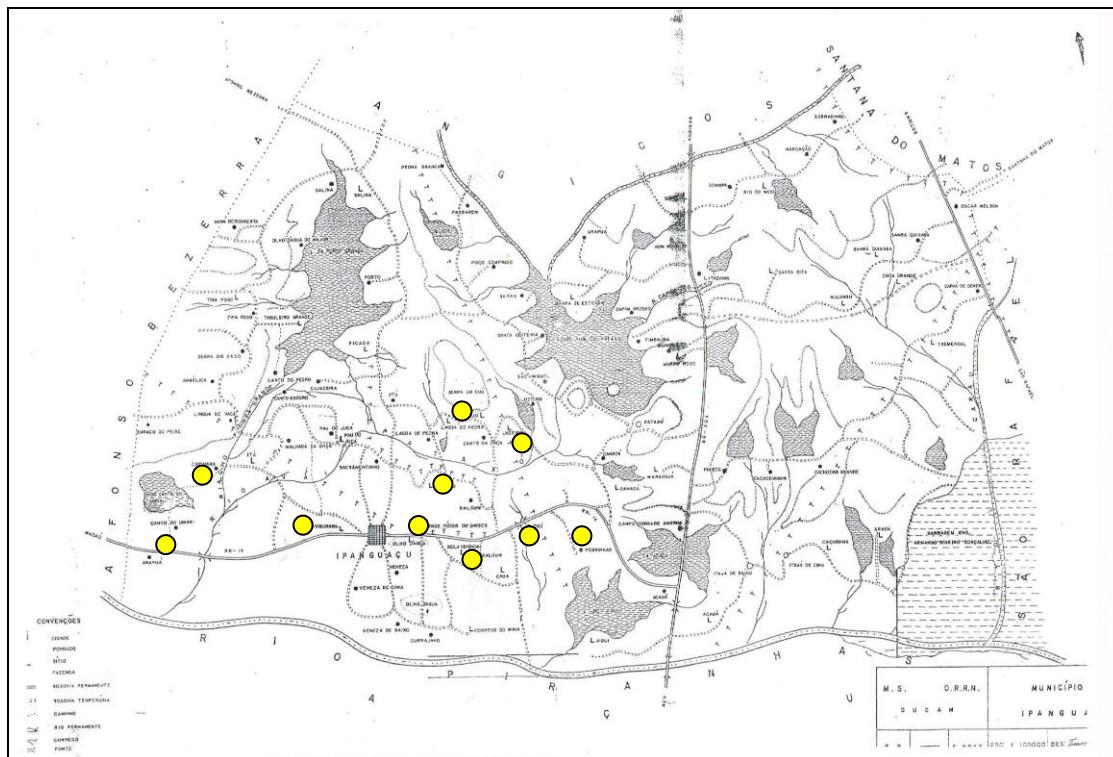
Fonte: Leci Martins Menezes Reis

Como recorte espacial da pesquisa foram selecionadas as seguintes áreas: Sítio Arapuá; Sítio Ubarana, Sítio Capivara; Sítio Baldum; Base Física; Sítio Cuó; Sítio Luzeiro; Sítio Olho D'água e Sítio Pedrinhas, como podemos observar nas áreas destacadas na figura 01. A escolha dessas áreas se justifica porque elas são alvo do

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

intenso processo de modernização do campo pelo qual o município de Ipanguaçu está vivenciando, bem como em virtude das alterações na relação de produção e de trabalho no meio rural do município, sobretudo a partir da instalação da multinacional Del Monte Fresh Produce.

FIGURA 01: Localização das áreas pesquisadas. Ipanguaçu-RN



Fonte: Secretaria de Saúde do Município de Ipanguacu-RN

Vale salientar que na pesquisa ora realizada não tivemos a pretensão de estudar a referida empresa, mas, sim, apenas tomá-la como referência para compreendermos o processo de territorialização do capital que vem se intensificando cada vez mais no espaço rural de Ipanguaçu. No nosso entendimento a Del Monte Fresh Produce vem contribuindo significativamente para acelerar ainda mais esse processo.

Resumidamente, podemos assinalar que as transformações nas relações de produção e de trabalho no meio rural de Ipanguaçu podem ser evidenciadas por meio do emprego de novas tecnologias e de práticas agrícolas, a exemplo do uso de tratores e retro escavadeiras para promover à abertura de canais e facilitar o escoamento de áreas

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

alagadas; o uso de equipamentos na aplicação de defensivos químicos na bananicultura para combater a Sigatoka-amarela¹, entre outras doenças (Sigatoka-negra, Doenças de frutos, Moko, Podridão-mole, Virose das estrias da bananeira, etc.); à aplicação de fertilizantes e corretivos agrícolas para aumentar a capacidade de fertilização do solo e diminuir a salinização do mesmo; a utilização da mão de obra assalariada e o uso de sacos plásticos para proteger as bananas de eventuais pragas e melhorar a qualidade do produto.

Para subsidiar e fundamentar as nossas reflexões utilizamos o conceito de território, pois consideramos coerente com a nossa proposta de estudo, dando-nos direcionamentos para as nossas análises sobre o processo de territorialização do capital no meio rural de Ipanguaçu. Para isso, recorremos aos estudos realizados por Santos (1994), Paulino (2003) e Gomes (1999), entre outras referências, as quais subsidiaram na elaboração do nosso trabalho.

Para nortear a pesquisa, direcionamos nossas análises a partir da construção da Barragem Eng.[°] Armando Ribeiro Gonçalves, no início da década de 1970. Esta infraestrutura hídrica viabilizou de fato a reestruturação do território pelo capital, uma vez que possibilitou a expansão do capital agroindustrial, nas áreas úmidas do espaço rural de Ipanguaçu, dando início às mudanças no processo produtivo da agricultura e nas relações de trabalho.

Antes do avanço do capital, as várzeas do Rio Piranhas–Açu se constituíam no espaço onde predominava a agricultura campesina, tendo como principal finalidade a reprodução familiar. Além da utilização da força de trabalho familiar, as relações de trabalho predominantes no campo se davam por meio da relação de compadrio, da parceria (meia ou terça) e do arrendamento. Após a intensificação do capital na área de estudo, a agricultura campesina passou a ser gradativamente substituída pela agricultura capitalista, com a finalidade de atender principalmente o mercado externo e reproduzir o capital, mudando a lógica da produção até então existente.

¹ A Sigatoka-amarela é um fungo que ataca a bananicultura, deixando as folhas amareladas. Esse fator inibe o desenvolvimento da bananeira e, consequentemente, prejudica a formação dos cachos. O agente que causa a Sigatoka-amarela é conhecido popularmente como Cercosporiose ou mal-de-Sigatoka. Seu nome científico é denominado de *Mycosphaerella musicola* (forma perfeita ou sexuada) ou *Pseudocercospora musae* - forma imperfeita ou assexuada – (ver Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Com a instalação da transnacional *Del Monte Fresh Produce* no município de Ipanguaçu, no início dos anos de 1990, essa empresa passou a exercer o domínio do território na área em que atua, desencadeando um processo de territorialização do capital na medida em que passou a se apropriar de uma vasta extensão territorial por meio da compra de pequenas e médias propriedades rurais em que se praticava uma agricultura nos moldes tradicionais e onde o camponês exercia a autonomia na sua produção.

A reestruturação produtiva no meio rural de Ipanguaçu, especificamente na área de estudo, acarretou em profundas mudanças tanto na forma de produzir quanto nas relações de trabalho, uma vez que a partir da expansão do capital no campo, a agricultura desenvolvida, predominantemente, com base no trabalho familiar foi sendo substituída gradativamente pela agricultura industrializada, pautada no uso de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, bem como fundamentada no trabalho assalariado. Essas transformações promoveram várias consequências indesejáveis tanto ao meio natural (destruição dos carnaubais e contaminação do solo por meio do uso indiscriminado de agrotóxico) quanto à população local, sobretudo para os pequenos proprietários que foram expropriados de suas terras.

No caso dos campões que não possuíam terras para trabalharem e que utilizavam-se da parceria ou do arrendamento para cultivá-las, esses, em sua grande maioria, ficaram impedidos e/ou foram dificultado ainda mais o direito de acesso à terra nas áreas úmidas do município de Ipanguaçu, haja vista que boa parte das terras férteis pertencem a FINOBRASA, a Fazenda São João e, principalmente, a *Del Monte Fresh Produce*.

Além do mais, a intensificação do processo de compra e venda de terras na área de estudo no início da década de 1990 possibilitou a valorização do solo e o aumento do preço da terra. Isso dificulta ou impede que os trabalhadores sem terra tenham acesso a ela por meio da compra, restando-lhes, na maioria das vezes, algumas possibilidades, a saber: cultivar áreas de terras de baixa fertilidade dependendo exclusivamente das precipitações pluviométricas, submeter-se ao trabalho assalariado, bem como se aventurar nas grandes e médias cidades em busca de emprego ou acamparem às margens das rodovias no intuito de adquirir um “pedaço de terra” para plantar e sobreviver junto com a sua família.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Mediante a essa problemática, entendemos que as transformações nas relações de produção e do trabalho no espaço rural de Ipanguaçu afetaram intensamente a grande maioria dos camponeses que habitam a área do estudo, visto que deixaram de exercer a sua autonomia² e passaram a trabalhar na agroindústria na condição de assalariados, submetendo-se a uma rotina de trabalho exaustivo e a cumprir horário e regras preestabelecidas.

A apropriação do espaço pelo capital, sobretudo nas áreas em que ele possa se reproduzir, configura o que Harvey (2005) denominou de “espaços de reservas para o capital”. Estes espaços segundo o mesmo autor caracterizam-se como áreas atrativas e passivas para uma possível expansão capitalista no campo, constituindo-se como uma das principais condições para efetivar de fato a territorialização do capital no meio rural, conceito este que, posteriormente, será discutido em outra seção.

A área do Baixo–Açu, onde o município de Ipanguaçu está inserido, configura-se como uma das “áreas de reservas para o capital”, o qual tem sido dotado de várias infraestruturas (construção de canal, barragem, rodovias, pontes etc.), aliado aos incentivos governamentais e isenção de impostos a exemplo da Lei Kandir³, entre outras vantagens locacionais (ótima fertilidade do solo, baixa umidade relativa do ar, alto índice de insolação e recursos hídricos, mão de obra barata etc.). Isso tem permitido consolidar a expansão do agronegócio, especialmente, nas áreas em que desenvolvemos a pesquisa.

Vale salientar que, o Estado brasileiro teve uma significativa participação no processo de territorialização do capital no meio rural, ao efetivar uma série de medidas

² Com relação ao conceito de autonomia camponesa, de acordo com Corrêa (2011), essa autonomia tem por base a “liberdade e o controle” que o camponês tem ao desenvolver sua produção no interior de sua unidade produtiva, podendo desempenhar determinadas atividades em qualquer hora do dia, sem que isso venha comprometer a sua renda. Ele é quem determina o horário de trabalho, o tempo de plantar e de colher. Ao contrário do assalariado o qual é designado a desempenhar uma dada função em determinado horário do dia. Do contrário, perderá seu emprego e se juntará ao “exército de reserva para o capital”.

³ Essa lei é de autoria do deputado federal Antônio Kandir, sendo denominada Lei Kandir a qual foi aprovada pelo Congresso Nacional, durante sua gestão como Ministro do Planejamento do Governo Fernando Henrique Cardoso, de acordo com o PLP (Projeto de Lei sobre as dívidas estaduais e municipais), estabelecendo novas regras para a cobrança do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) ao determinar que, não apenas os produtos industrializados seriam isentos de impostos, mas, também aqueles de origem animal, vegetal e mineral, destinados para exportação. Essa é uma das alterações promovidas por essa lei (SOARES, 2007).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

governamentais, como a construção da Barragem Eng.^º Armando Ribeiro Gonçalves e o Canal do Pataxó, com a finalidade de reorganizar o território e, assim, promover a entrada de empresas ligadas ao ramo da fruticultura irrigada, a exemplo da Del Monte Fresh Produce.

É por meio desse viés que poderemos compreender o processo de industrialização da agricultura e, consequentemente, a territorialização do capital no meio rural de Ipanguaçu, pois, sem a presença efetiva do Estado na reestruturação do território, seria pouco provável que algum investidor nacional ou estrangeiro promovesse investimento de capital como se configura nos dias atuais na área de estudo.

Nesse contexto descritivo, a modernização da agricultura evidenciada no espaço rural de Ipanguaçu, sob o domínio do capital agroindustrial globalizado, tem provocado certas discrepâncias e profundas desigualdades sócio espaciais, resultando num crescente processo de concentração da renda e da terra sob o controle da *Del Monte Fresh Produce*, além de desarticular as formas de produção e as relações de trabalho preexistente no meio rural.

Para compreendermos as diversas formas de dominação e subordinação pelas quais o capital se utiliza para apropriar-se do território, encaminhamos as nossas reflexões com base nas concepções do materialismo histórico e dialético, que se caracteriza como uma ferramenta teórico-metodológica importante, a qual tem contribuído para revelar as verdadeiras facetas do sistema capitalista, bem como nos fornece elementos para compreender o processo de transformação pelo qual a sociedade tem vivenciado ao longo dos últimos séculos, fruto da expansão do modo de produção capitalista.

Esse método tem como ponto de partida a análise da totalidade complexa e concreta, onde o “todo” (as partes que compõe essa totalidade) corresponde a um conjunto de “componentes” integrados por variadas funções e especificidades. De forma resumida, podemos afirmar que esse elemento totalizante nada mais é do que uma totalidade concreta diferenciada, integrada por uma vasta complexidade de natureza macro e de micro dimensão, estruturada e articulada em um determinado sistema.

Foi nessa perspectiva que o materialismo histórico e dialético nos auxiliou na elaboração de nossas análises investigativas sobre o processo de territorialização do capital no meio rural de Ipanguaçu. Para isso, buscamos, no trabalho ora realizado,

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

sobretudo revelar à essência – a dinâmica e a estrutura do objeto – em torno das relações estabelecidas no território de Ipanguaçu por essa transnacional, a partir de um esforço analítico com o intuito de compreender as formas de dominação e subordinação do território pelo capital nesse município, as relações engendradas por essa empresa nas áreas em que ela se apropriou, bem como a forma de organização do processo produtivo e as relações de trabalho disseminadas pela Del Monte Fresh Produce.

Desvendar o que está escrito nas entrelinhas do nosso objeto de pesquisa constituiu para nós um grande desafio, tendo em vista a complexidade das tessituras engendradas nas relações de dominação e subordinação presentes na área pesquisada. Compreender a atuação e as relações estabelecidas pela Del Monte Fresh Produce no território, a nível local, nacional e internacional, foi uma tarefa laboriosa e muito complexa, bem como exigiu tempo e um esforço analítico e investigativo com o intuito de desvendar as principais formas que o capital se utiliza para dominar o território e estabelecer novas relações de produção e de trabalho no campo.

Metodologia

Para operacionalizar a pesquisa e fazer com que os objetivos propostos fossem alcançados foi necessário à utilização de diversos procedimentos de pesquisa, a saber: a observação empírica, a abordagem histórica, a pesquisa exploratória, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, bem como a pesquisa quantitativa, as quais nos deram suporte e embasamento metodológico para auxiliar na elaboração e na conclusão da pesquisa.

Outro passo inicial importante foi à definição dos sujeitos que seriam entrevistados por ocasião do trabalho de campo. Decidimos que seriam inquiridos funcionários responsáveis pela Del Monte Fresh Produce, o Presidente do STR de Ipanguaçu, representante da EMATER do município e da Secretaria de Agricultura do RN, bem como trabalhadores rurais residentes na área da pesquisa. No nosso entendimento, as informações prestadas por esses sujeitos possibilitaram a compreensão das transformações ocorridas (e que vem ocorrendo) no território.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Para a seleção das áreas e a quantidade de formulários que seriam aplicados utilizamos os dados das famílias residentes das áreas pesquisadas, sendo obtidos através do Sistema de Atenção Básica (SIAB), disponibilizado pela Secretaria de Saúde do Município de Ipanguaçu, os quais contemplam 06 áreas, a saber:

Área 1 : Presidente Lula, Frei Damião, Olho D`água;

Área 2: Arapuá, Capivara, Ubarana;

Área 3: Pataxó, Pedrinhas, Baldum, São Miguel;

Área 4: Cuó, Luzeiro, Base Física, Japiaçu, Sacramentinho, Lagoa de Pedra, Pau do Jucá, Itú, Picada, Porto;

Área 5: Travessa Itú, Cohab, Avenida Norte, Manoel Bonifácio, Maria Romana, Centro, Pinheirão;

Área 6: Língua de Vaca, Angélica, Tira-Fogo, Assentamento Olho D`água, Nova Descoberta, Assentamento Tabuleiro Alto, Serra do Gado.

Não se trabalhou com todas as comunidades rurais do município de Ipanguaçu devido à empresa *Del Monte Fresh Produce* não atuar em todas elas. Em decorrência disso, decidimos trabalhar apenas com as comunidades em que essa multinacional ocupa certa parcela do território e que exerce certa influência e/ou interferência no processo produtivo e nas relações de trabalho no meio rural desse município. Assim, foram contempladas as seguintes áreas:

Estrato 1 Área 1 (Olho D`água), 121 Famílias;

Estrato 2 Área 2 (Ubarana, Capivara, Arapuá), 226 Famílias;

Estrato 3 Área 3 (Baldum / Pedrinhas) – 304 Famílias;

Estrato 4 Área 4 (Luzeiro; Cuó; Base Física) – 254 Famílias.

O plano amostral utilizado foi elaborado por meio de uma **Amostragem Aleatória Estratificada com Alocação Proporcional**. Este plano amostral caracteriza-se por dividir a população em partes que sejam mais homogêneas do que a população em geral. Assim, foi retirada uma amostra aleatória simples de famílias, dentro de cada comunidade, alocando o tamanho da amostra de maneira proporcional ao tamanho de cada estrato.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

O tamanho da amostra foi calculado através do seguinte procedimento:

- a) Foi atribuído um $\alpha=5\%$ e margem de erro de 0,05;
- b) Como a proporção era desconhecida foi atribuído um $p=0,5$ (Isso acontece quando não conhecemos a variância, ou seja, quando a amostra é estratificada). Utilizamos o software estatístico R, para o cálculo do tamanho da amostra, bem como para selecioná-la.

As fórmulas utilizadas foram as seguintes:

Fórmula do tamanho da amostra com alocação proporcional:

$$n = \frac{\sum_{h=1}^H N_h^2 \cdot \hat{p}_h \cdot \hat{q}_h}{\frac{N^2 \cdot E^2}{Z_{\alpha/2}^2} + \sum_{h=1}^H N_h \cdot \hat{p}_h \cdot \hat{q}_h}$$
$$w_h = \frac{N_h}{\sum_{k=1}^H N_k} = \frac{N_h}{N}$$

Fórmula da alocação proporcional:

$$nh = \frac{NH}{N} \cdot n$$

A amostra obtida foi de 209 Famílias, alocadas em quatro estratos, a saber:

Estrato 1 Área 1 (Olho D'água) – 28 Famílias;

Estrato 2 Área 2 (Ubarana, Capivara e Arapuá) – 53 Famílias;

Estrato 3 Área 3 (Baldum e Pedrinhas) – 70 Famílias;

Estrato 4 Área 4 (Luzeiro, Cuó e Base Física) – 58 Famílias.

Dessa forma, obedecendo aos requisitos proposto pelo plano amostral foram aplicados, de forma aleatória, duzentos e nove questionários semiestruturados e de múltipla escolha, com questões fechadas e abertas, os quais nos forneceram respaldo para compreender a territorialização do capital e as mudanças na base técnica da agricultura e nas relações de trabalho no meio rural da área de estudo.

Vale ressaltar que, para compreendermos o processo de transformação pelo qual o espaço rural do município de Ipanguaçu tem vivenciado nas últimas décadas foi

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

necessário realizarmos uma abordagem histórica para melhor compreender as manifestações e as relações sociais estabelecidas no espaço rural desse município.

Fizemos uso ainda, da pesquisa exploratória a qual permitiu apreender o contexto e nos aproximar da realidade do objeto de estudo com mais profundidade. Dessa forma, foi possível analisar o objeto de pesquisa por diferentes dimensões e aspectos, observando suas particularidades e identificando os principais rebatimentos causados no território, sobretudo em decorrência da atuação da Del Monte Fresh Produce.

A pesquisa bibliográfica e documental foram fundamentais no desenvolvimento desta pesquisa em virtude da sua importância na elaboração do trabalho científico e por permitir a obtenção de conteúdos extraídos de trabalhos já consolidados ou de pesquisas concluídas o que, por sua vez nos auxiliou no embasamento teórico metodológico. Nesse sentido, nos debruçamos sobre as informações contidas em livros, revistas, artigos científicos, *sites* de instituições oficiais, teses e dissertações.

No que diz respeito ao levantamento bibliográfico, concentrarmos nossos esforços em torno de fontes que abordam o processo histórico de modernização e/ou industrialização da agricultura e que discute sobre os conceitos de espaço, território e reestruturação produtiva. Outras temáticas, a exemplo de políticas públicas, espaço de reserva para o capital, circuito espacial de produção, reestruturação produtiva do capital, reestruturação produtiva do território, territorialização do capital, bem como as informações correlatas às técnicas e reflexões metodológicas, também foram exploradas na pesquisa bibliográfica.

No que se refere à pesquisa documental, esta teve como finalidade a obtenção de informações importantes sobre a aquisição de terras por parte da *Del Monte Fresh Produce*. Para isso consultamos documentos oficiais, fotografias e mapas.

Para complementar a estrutura metodológica do trabalho foi realizada uma sistematização dos dados, com a elaboração de tabelas, mapas, figuras, organogramas, quadros e gráficos para as mudanças na base técnica da agricultura, nas relações de trabalho no campo e referente ao processo de territorialização do capital no espaço rural do município de Ipanguaçu.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

As variáveis utilizadas foram as seguintes: o emprego formal nos estabelecimentos rurais, o uso de insumos agrícolas (fertilizantes, defensivos químicos etc.), o emprego de equipamentos agrícolas e de máquinas no campo (sobretudo tratores e bomba de pulverização – mecânica e manual – e equipamentos de irrigação).

Por fim, ressaltamos que, além da aplicação dos formulários de pesquisa nas áreas selecionadas, foram realizadas, ainda, entrevistas com o funcionário responsável pelo controle de qualidade da multinacional Del Monte Fresh Produce, o engenheiro agrônomo Reinaldo Chotten; com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipanguaçu, João Batista Moura Oliveira; com o funcionário da EMATER-RN do município de Ipanguaçu, Manoel Itamar Guimarães e com o funcionário da assessoria técnica da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Norte (SAG), Dr. Francisco das Chagas. Essas entrevistas (assim como a aplicação dos formulários de pesquisa) foram realizadas entre os meses de novembro de 2013 a fevereiro de 2014, utilizando questionários semiestruturados e gravações.

Estrutura do trabalho

Além da parte introdutória, na qual realizamos uma breve abordagem sobre a problemática inerente ao presente estudo, apresentamos ainda o objetivo e a metodologia utilizada no desenvolvimento e elaboração da presente pesquisa. O trabalho ora realizado contém ainda mais três capítulos, sendo que o primeiro capítulo versamos sobre as principais categorias de análises que fundamentaram a pesquisa, além de abordarmos questões teóricas inerentes às principais conjecturas que corroboraram para o processo de industrialização da agricultura e a expansão do capital no Vale do Açu, sobretudo no município de Ipanguaçu, onde realizamos a pesquisa.

No segundo capítulo desenvolvemos uma análise referente aos principais aspectos condicionantes e as ações governamentais responsáveis pela adoção de infraestruturas que viabilizaram a reestruturação do território e influenciaram para promover as transformações nas relações de produção e de trabalho no meio rural do município de Ipanguaçu, alterando a lógica da produção.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Já no terceiro capítulo realizamos uma reflexão sobre as alterações produzidas no meio rural de Ipanguaçu e as formas que o capital se utiliza para subordinar o território, a partir da atuação da multinacional Del Monte Fresh Produce. Além disso, encaminhamos algumas discussões atreladas ao processo de territorialização do capital no meio rural desse município e seus rebatimentos na agricultura não-capitalista.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN



Capítulo I

TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

1 TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O propósito dessa seção é desenvolver uma abordagem teórica e conceitual sobre as principais categorias de análises que norteiam a pesquisa, a saber: território e reestruturação produtiva. Será realizada ainda, uma discussão inerente ao processo de reestruturação produtiva do capital e as ações governamentais que influenciaram direta e/ou indiretamente para promover o processo de industrialização da agricultura no Vale do Açu-RN e, especialmente, no município de Ipanguaçu. Para realização de tal abordagem nos apoiamos nos seguintes autores: Silva (1980; 1981), Santos (1994; 2011), Oliveira (1997), Gomes (1999), Antunes (2000), Paulino (2003), Harvey (2005), Lopes (2009), Lima; Vasconcelos; Freitas (2011), Nascimento (2011) e Corrêa (1994).

1.1 APORTE TEÓRICOS QUE FUNDAMENTARAM A PESQUISA

Para fundamentar a nossa pesquisa foi imprescindível a utilização dos conceitos de território e reestruturação produtiva do capital. Essas categorias de análise nos permitiram desenvolver as nossas abordagens, bem como nos forneceram subsídios para as discussões no campo teórico metodológico, além de contribuir para dar sustentação às nossas reflexões.

Ao refletir sobre o conceito de território Santos (1994) adverte que alguns indivíduos normalmente fazem confusão entre o conceito de território e espaço, designando certa semelhança entre esses dois conceitos; algo que para nós não pode ocorrer, pois ambos possuem suas particularidades e distinções, mesmo que estejam interligados e sobrepostos. Ainda de acordo com o pensamento desse autor, o conceito de território está subordinado a um conceito o qual ele considera mais abrangente, o espaço, sendo o território uma fração desse espaço “revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” (CORRÊA, 1994, p. 251), uma vez que:

Etimologicamente território deriva do latim terra e torium, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado, associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Apropriação, por outro lado, pode assumir uma

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos (CORRÊA, 1994, p. 251).

Para Paulino (2003, p.348), o território está associado a uma porção do espaço no qual a reprodução social está relacionada à construção do território. Baseado no pensamento de Raffestin (1993), a autora ressalta que:

[...] o território não é o espaço, mas uma produção derivada de sua apropriação. Nessa perspectiva, o território é um espaço transformado pelo trabalho ali contido, o qual é delineado por estratégias de organização e controle do mesmo. Portanto, essa apropriação não é uma ocorrência natural, mas um dado concreto da luta dos homens pela sua sobrevivência (PAULINO, 2003, p.348).

Gomes (1999), ao discorrer sobre o conceito de território na trajetória do pensamento geográfico, pontua que as discussões sobre esse conceito se fazem presente desde a sistematização da Ciência Geográfica, tendo Ratzel como seu percursor. De acordo com essa autora, o território:

significa não só as condições de trabalho, mas a própria condição de existência de uma sociedade, definindo-se pela propriedade, isto é, uma área dominada por alguém ou por um Estado. Assim entendendo, o conceito de território por ele [Ratzel] trabalhado se associa ao espaço territorializado, isto é, produto das diversas materializações representativas da relação existente entre sociedade e recursos disponíveis para suprir as suas necessidades (GOMES, 1999, p.20. Grifo nosso).

Assim, e considerando o que foi enunciado anteriormente, podemos elucidar que o território é uma fração do espaço em que ocorrem disputas e interesses divergentes entre diversos agentes sociais, seja no campo político, social, religioso ou econômico, onde forças concordadas e opostas, às vezes interagem e, em outras ocasiões, convergem entre si, na tentativa de manter e consolidar as ações desempenhadas por determinados segmentos da sociedade. É a partir das ações e diretrizes desempenhadas por um indivíduo e/ou classe social que determinados atores sociais buscam (re) definir e se apropriar do território, mantendo ou ampliando o seu campo de atuação num processo contínuo e dinâmico de luta pela construção de territorialidades.

A territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e empresas (CORRÊA, 1994, p. 251 a 252).

Nesse sentido, a territorialização, que se constitui numa derivação do conceito de território, se caracteriza por conjunto de ações materializadas numa dada dimensão espacial com o objetivo de exercer à apropriação de um determinado território por atores sociais, instituições públicas e privadas.

No que diz respeito às ações empreendidas pelos agentes econômicos, a territorialização do capital é entendida como um processo pelo qual o capital, ao se territorializar, seja no meio rural ou nos centros urbanos, se apropria de uma parcela do território, promovendo uma série de transformações as quais permitem redefiní-lo e reestruturá-lo com intuito de alcançar determinadas metas para atender os seus próprios interesses, sendo o principal deles a obtenção de lucro.

Sendo assim, a territorialização do capital, ao delimitar o seu território numa dada fração do espaço, passa a engendrar novas relações de poder, de trabalho e de produção nessa fração do espaço, as quais permitirão consolidar a reprodução do capital e assegurar a posse de um dado território, criando, assim, uma nova territorialidade que “se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (RAFFESTIN, 2011, p. 145).

Para que esse objetivo seja alcançado, alguns mecanismos de apropriação da renda são utilizados. Em se tratando do meio rural, vários meios podem ser utilizados para se apropriar da renda da terra, dentre os quais destacamos: a monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital. A primeira ocorre por meio de contrato preestabelecido entre famílias camponesas e empresa. Esta, por sua vez passa a apropria-se do produto do trabalho desses trabalhadores rurais. Já na segunda forma de apropriação é necessário que o capital se territorialize para promover alterações na relação de produção e de trabalho num dado território, ao promover ações que implicam em transformações não apenas na forma de produzir, mas, em todo o conjunto do processo produtivo, bem como na força de mão de obra empregada.

Nessa perspectiva, a territorialização pode ser vista como o produto das diversas materializações realizadas numa dada dimensão do espaço, promovido pelo trabalho humano desempenhado por determinado segmento da sociedade, tendo como

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

principal finalidade a apropriação efetiva de um dado território, bem como a permanência das ações praticadas, de forma consciente e intencional, por determinados agentes sociais.

Para que a territorialização do capital ocorra, faz-se necessário que ele se aproprie, primeiro, do território por meio da compra direta da terra intermediada pelo dinheiro e, em seguida, passando a apropriação da força de trabalho dos camponeses expropriados e/ou sem terras. Mas, para que isso seja efetivado há a necessidade que o capital deixe de ser apenas uma mera relação social e passe a ser personificado, incorporando-se na figura de uma dada empresa e/ou de um determinado grupo empresarial para, assim, poder se apropriar do território e estabelecer novas relações sociais, alterando as relações de produção e de trabalho pré-existente, configurando-se, então, a sua territorialização.

Claro que, para chegar a tal estágio de apropriação da renda fundiária, o capital conta também com a benevolência do Estado, enquanto instituição governamental, o qual promove várias ações para facilitar e atrair investimentos numa determinada espacialidade, seja capital nacional e/ou estrangeiro.

Essa territorialização do capital no campo poderá assumir várias formas, ao constituir-se na figura de uma pessoa jurídica, na condição de um grupo de indivíduos e/ou numa determinada corporação empresarial, a qual desenvolvem certas atividades e que possuem interesses em comum, passa a investir no meio rural em determinado ramo da atividade agrícola e/ou pastoril. No que se refere ao meio rural do município de Ipanguaçu, o principal agente econômico que exercem certo controle e domínio das áreas em que efetivamos a pesquisa é a multinacional Del Monte Fresh Produce.

Para maiores esclarecimentos, a sujeição da terra ao capital ocorre de várias formas. Inicialmente, a terra representava um obstáculo e/ou entrave para a expansão capitalista no campo por ela corresponder a uma fração do espaço a qual estava (e ainda está, em sua grande maioria) de posse dos grandes latifundiários, uma classe que antes era oposta a classe empresarial, mas que hoje está entrelaçada ao ponto de não sabermos se a terra constitui apenas uma parcela territorial e/ou uma extensão de uma determinada agroindústria ou propriamente uma empresa.

Além do mais, a terra não possui, na sua essência, um caráter reprodutivo (não é possível produzir terra), bem como ela não oferece possibilidade de produzir

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

determinado produto capaz de atender uma escala industrial (para cultivar determinada lavoura é preciso obedecer todo um ciclo produtivo que perpassa desde o preparo do solo até a colheita final e, isso requer certo tempo), ao contrário do que ocorre com a indústria a qual é possível de ser (re) produzida e, no decorrer do seu processo produtivo é possível planejar e acelerar a produção de um dado produto num dado espaço e tempo determinado.

Esses obstáculos vêm sendo superado por meio de vários mecanismos de apropriação da renda da terra, a saber: pagamento da renda da terra em dinheiro ao proprietário da terra; parceria entre uma empresa e pequenos camponeses por meio de contrato preestabelecido, subordinando-os ao entregar a sua produção ao capitalista por um valor irrisório; compra direta da terra pelo capitalista, o qual passa à apropria-se não apenas de uma parcela de determinada porção do espaço, mas, também da força de trabalho do camponês, extraíndo a mais valia; a partir do emprego de ciência e tecnologia no processo produtivo, bem como através da extração da renda diferencial⁴ um e dois pelo capitalista, possível de ser obtida através da fertilidade do solo, da ótima localização geográfica em que se encontra determinado empreendimento rural, do clima favorável ao desenvolvimento de uma dada cultura (MARTINS, 1984).

Nesse sentido, o capital se apropria não só apenas da terra, mas também da força de trabalho local, além do aproveitamento das vantagens locacionais apropriadas por uma e/ou várias empresas numa dada espacialidade, engendrando novas relações de produção e de trabalho no campo, caso semelhante ao que vem ocorrendo no município de Ipanguaçu com a presença da Del Monte Fresh Produce.

Ainda de acordo com o pensamento de Martins (1984), quando o capitalista arrendatário paga a renda da terra ao proprietário latifundiário, ele está repassando parte da mais valia obtida através do trabalho não pago, realizado pelos seus trabalhadores. Acrescenta-se ainda que, ao passo que cresce a dependência do camponês em relação ao capitalista e/ou a determinada instituição financeira (compra de insumos, equipamentos

⁴ A primeira é obtida através da exploração dos recursos naturais (fertilidade do solo, água e condições climáticas favoráveis) e a segunda é obtida por meio do emprego de tecnologia, de insumos agrícolas e a introdução da mecanização no processo produtivo (MARTINS, 1984).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

agrícolas, empréstimos bancários, etc.), essa relação indica uma sujeição da renda da terra ao capital como assinala Martins, ao afirmar que o camponês ao manter,

seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao Banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio o Banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário nominal, pagando ao Banco a renda da terra que nominalmente é sua (MARTINS, 1984, p. 176).

De acordo com esse raciocínio, o paradigma do capitalismo agroindustrial tem como principal objetivo, por um lado, a transformação do camponês num capitalista agrário, produzindo para o mercado e ao mesmo tempo consumindo produtos manufaturados. Por outro lado, esse mesmo paradigma força o camponês a transformar-se num trabalhador assalariado, como ressaltado por Lênin (1982), ao afirmar que “o mercado interno cresce, de um lado, graças à transformação em mercadoria do produto da agricultura mercantil, e, de outro, graças à transformação em mercadoria da força de trabalho vendida pelo campesinato pobre”. Conclui “[...] que o campesinato está em total desintegração, com o pleno domínio da burguesia camponesa” (LÊNIN, 1982, p. 36 a 46).

Essas são uma das contradições e facetas promovidas pelo sistema capitalista, o qual tem por objetivo principal separar o camponês do seu meio de produção, expropriando-o e forçando-o a transformar-se num proletariado do campo ou num pequeno capitalista rural ao assimilar a lógica capitalista e ao investir em novas tecnologias, comprando máquinas, insumos e equipamentos agrícolas, bem como ao induzi-lo a investir em novos ramos de produção por meio de pacotes de créditos oferecidos pelas instituições financeiras governamentais.

No primeiro caso, não restará alternativa para o camponês a não ser vender a sua força de trabalho para quem ele é submetido a vendê-la. Já no segundo exemplo, ao absorver uma postura capitalista, o camponês passa da condição de um pequeno produtor familiar para se transformar num capitalista do campo, ao destinar sua produção exclusivamente para o mercado e ao investir ainda mais capital no seu empreendimento rural, seja na aquisição de novos equipamentos agrícolas e/ou na contratação de mão de obra.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Há alguns séculos, a agricultura campesina teve (e ainda tem) por base o tripé: a unidade produtiva sobre domínio do camponês; o desenvolvimento da agricultura pautado no trabalho familiar e a autonomia camponesa no que se refere ao modo de plantar e quando cultivar, bem como a diversificação de sua produção o que lhe dá condições para se reproduzir juntamente com a sua família, podendo amenizar os efeitos negativos provocados pelo sistema capitalista.

Para título de esclarecimento, faz-se necessário realizarmos uma breve discussão referente ao conceito de campesinato e de autonomia camponesa. No que se refere ao campesinato, esta categoria é bastante complexa e diversificada e varia de acordo com determinada região, pois os camponeses da região Centro-Sul e Norte do Brasil possuem aspectos distintos do campesinato do Nordeste. Ambos têm aspectos e modos de vida próprios.

Segundo Carvalho, em seu estudo denominado de “o campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social”, sinaliza que o campesinato é um “modo de produzir e de viver, se transforma numa identidade social e de classe, diferente daquela do operariado e dos assalariados rurais” (CARVALHO, 2012, p. 30).

A partir da palavra desse autor é possível afirmar que a forma de produzir e o modo de viver é que dá a esse sujeito a condição de camponês, caracterizando-o como produtor “livre e autônomo”. Essa característica peculiar de sobrevivência com base na autonomia camponesa corrobora para a constituição de laços de solidariedade pautada na relação de compadrio e familiar. Logo, a ausência ou enfraquecimento dessas relações pode desarticular a permanência do campesinato como modo de vida. Um dos aspectos característico do camponês é o seu apego a terra e sua identidade com o lugar em que reside. Essa ligação com o meio em que vive desperta no camponês o sentimento e o zelo para com o meio ambiente. Assim, o mesmo só abandona o seu estabelecimento rural em último recurso, o que configura para ele como uma desgraça (CARVALHO, 2005).

No entanto, o camponês ao aderir as novas tecnologias, máquinas e equipamentos agrícolas na sua produção, isso não significa dizer que ele tenha se tornado, de fato, um capitalista rural, desde que se mantenha intacta a unidade produtiva como meio de produção familiar, preservando sua autonomia, o desenvolvimento de sua

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

produção com base no trabalho familiar, bem como a manutenção dos laços familiares, a relação de compadrio e a diversificação de sua produção.

Essa diversificação está ligada ao fato do mesmo possuir habilidade de desenvolver várias funções, a exemplo: cultivar a terra, manusear várias ferramentas agrícolas, construir cercas, cortar madeira, consertar equipamentos de uso próprio, saber lhe dar com animais (tirar leite, domesticar e cuidar dos animais etc.). Diferentemente do proletariado, o qual é obrigado a designar determinada função ou atividade numa determinada empresa (PAULINO; FABRINE, 2008).

Para Castro (1995), autonomia está associada ao poder que um indivíduo ou um grupo de pessoas possuem, o que lhes permitem tomar suas próprias decisões de acordo com suas necessidades e leis próprias, tendo liberdade de optar por determinadas situações e/ou ações, as quais sejam mais adequadas para si segundo os seus interesses.

Nessa perspectiva, o trabalhador assalariado tem liberdade para vender, a única coisa que lhe resta, a sua força de trabalho para quem ele desejar. No entanto, não possui autonomia. Tem que desempenhar determinadas tarefas num dado espaço de tempo, sendo obrigado a obedecer diretrizes, padrões rígidos e normas preestabelecidas de determinada empresa na qual trabalha, como ressalta Martins,

Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho, nem dos objetos, das matérias primas, empregados no trabalho não tem outra alternativa senão a de vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão. São livres para vender o que lhes resta, a sua força de trabalho, a quem precise comprá-la, quem tem as ferramentas e os materiais, mas não tem o trabalho. São iguais ao capitalista, ao patrão, no sentido de que um vende e o outro compra força de trabalho. Um trabalha e o outro paga um salário pelo trabalho (MARTINS, 1984, p. 152).

Dessa forma, o proletário tem liberdade para vender a sua força de trabalho. Já o camponês tem autonomia e não é obrigado a obedecer regras. Além do mais, ele define juntamente com a sua família, o período de plantar e o que deverá cultivar. No dia em que não estiver disposto para realizar determinada tarefa, isso não implicará consequências repressivas para si e nem tampouco será demitido por faltar o trabalho ou por deixar de cumprir com suas obrigações. O camponês é quem determina o dia e o tempo de serviço que deseja realizar.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

No entanto, após a expansão do agronegócio e o processo de territorialização do capital no meio rural do município de Ipanguaçu, alguns camponeses foram expropriados dos seus meios de produção e transformados em proletariados, perdendo, assim, a sua autonomia. Esse processo tem sido intensificado a partir da atuação da Del Monte Fresh Produce. Esta passou utilizar de mecanismos para extrair a renda fundiária e subordinar o camponês ao capital, a saber: a apropriação da terra e da água, exploração do trabalho assalariado, a extração da mais valia e da renda diferencial um e dois, sendo as principais formas utilizadas pela empresa para se apropriar da renda da terra e promover a sua reprodução.

Para que ocorra o avanço do capital em determinadas áreas faz-se necessário, a princípio, a realização de investimentos governamentais em infraestruturas capazes de atrair capital para promover a sua reprodução. Assim, de posse dessas infraestruturas e das vantagens locacionais de uma dada região são criadas as bases para o capital se expandir. Isso terá como uma de suas consequências imediatas à remoção das formas de organização de produção preexistentes e/ou a sua adaptação à nova lógica de produção que passa vigorar num dado território.

Com efeito, é a partir das ações programadas e planejadas que determinados agentes econômicos, a exemplo da multinacional Del Monte Fresh Produce, buscam expandir seus ramos comerciais em determinados setores da economia e nas mais variadas frações do espaço, como meio de consolidar seus negócios. Para isso, investem em novos mercados e criam novas territorialidades, expandindo suas fronteiras a nível nacional e internacional por meio da compra efetiva da terra. Nesse processo, determinadas porções do espaço passam a ser alvo do intenso fluxo de capital que promove, na maioria das vezes, certa dinamicidade e fluidez ao conectar o território apropriado aos circuitos espaciais de produção nos mais variados espaços do mundo.

Essas ações implicam direta e/ou indiretamente no processo de reestruturação produtiva de determinados territórios, os quais são alvo do processo de expansão do agronegócio, sendo constantemente reorganizados ou reconfigurados para atender certos interesses socioeconômicos e políticos dos agentes capitalistas que desejam investir em determinada fração do espaço.

A reestruturação produtiva do território é, portanto, um processo que ocorre de forma contínua em múltipla escala, onde os agentes econômicos modificam ou

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

redefinem as relações de produção e de trabalho num dado território a fim de obterem seus sustentos ou garantir a reprodução do capital ao alterarem a forma e conteúdo de uma dada realidade espacial, o que, em algumas ocasiões, essa reorganização territorial é influenciada por determinadas crises susceptíveis ao sistema capitalista, o qual busca superá-las a partir da restruturação produtiva do capital. Logo, esta pode ser entendida como um processo que:

se caracteriza pela redefinição das relações econômicas e sociais em determinado espaço e num certo período de tempo. A crise é sua principal alimentadora, ou seja, é com as crises que as reestruturações acontecem, com o intuito de permanência e sobrevivência do sistema capitalista, que se mantém articulado mundialmente, fenômeno presenciado com atual globalização, muito bem expressada nos novos espaços seletivos no campo (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS 2011, p.103).

Apoiado nas concepções desse autor e nas reflexões enunciadas anteriormente, podemos afirmar que a reestruturação produtiva do capital é o processo pelo qual o sistema capitalista é constantemente submetido a novas adequações, por meio de novas ideologias e modelos econômicos como forma de superar as eventuais e constantes crises estruturais, as quais o capital está sempre sujeito.

Algumas medidas governamentais demandadas do centro do sistema capitalista, a exemplo da política pública do “New Deal⁵” elaborada pelo então Presidente dos Estados Unidos, F. D. Roosevelt após a “Crise de 1929”, bem como o surgimento da “Revolução Verde”⁶, essas foram algumas das ações idealizadas para promover a reestruturação produtiva do capital, sendo seus reflexos posteriormente absorvido pela periferia do sistema capitalista. Assim, o Brasil, como os demais países

⁵ Conjunto de reformas econômicas e sociais concebidas por F. D. Roosevelt no EUA.

⁶ Revolução Verde é o conjunto de estratégias e inovações tecnológicas com a finalidade de promover melhoria na produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo. A implantação das novas técnicas agrícolas começou no fim da década de 1940, porém, no Brasil os seus efeitos só foram percebidos, sobretudo, a partir da década de 1980, quando países em desenvolvimento tiveram uma expressiva melhora em sua produtividade agrícola. A Revolução Verde foi articulada e financiada pelo grupo Rockefeller, sediado em Nova Iorque o qual, utilizando um discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo, expandiu seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação com vendas de pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México. Estes passaram a produzir alimentos para atender o mercado mundial, bem como importar equipamento e máquinas agrícolas, aumentando ainda mais a disparidade entre países desenvolvidos e periféricos (ALBANO, 2008).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

periféricos sofreram alguns impactos na sua economia, sobretudo após a década de 1970, como afirma Lima:

Desde as amplas mudanças que abalaram o mundo produtivo, a partir da década de 1970, sucessão de fatos novos tomava conta de todas as nações e regiões. Inovações técnicas e paradigmas renovados eram propostos para o mundo da produção e da gestão, fatos partícipes da reestruturação produtiva que desarticulou o sistema produtivo anterior, baseado na clássica divisão dos três setores econômicos (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, P. 67).

É no bojo desse processo que a divisão dos setores produtivos da economia, baseada no setor primário (agropecuária e extrativismo), secundário (indústria em geral) e terciário (comércio e prestação de serviços em geral) foram desarticulados e/ou interligados entre si de forma complexa e indissociável, deixando de obedecer a divisão clássica da economia.

Não podemos considerar que o processo de modernização da agricultura esteja ligado, intimamente, apenas aos fatores referentes ao crescimento urbano do Brasil, a implantação das pequenas fábricas e da indústria de base, bem como as políticas públicas direcionadas ao crédito agrícola a nível nacional ou regional, como alguns autores atribuem.

Não obstante, não podemos compreender o processo de industrialização e/ou de modernização da agricultura sem analisarmos o surgimento da Revolução Verde. Esta promoveu as condições necessárias para a expansão do capital no campo, pois, possibilitou a inserção de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas no espaço rural. Considerados elementos fundamentais no processo de industrialização da agricultura.

Claro que o surgimento da Revolução Verde não se deve apenas as ações empreendidas pelo Governo Norte-americano. Ela faz parte de um contexto muito mais amplo e de dimensão espacial que não se restringe apenas aos EUA. Consideramos que a Revolução Verde compõe o quadro do processo de reestruturação produtiva do capital. Este, iniciou-se a partir da formulação de concepções ideológicas com o intuito de superar a crise econômica instaurada após a “Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Vale ressaltar que, essa Revolução, emergiu no contexto do modelo econômico denominado de fordista, o qual tinha por base a produção em massa, viabilizada a partir da adoção de uma cadeia contínua de produção e no estoque de matéria prima, com a

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

finalidade de aumentar a produtividade num menor espaço de tempo. Assim, por meio da política do bem-estar social (a qual fez parte do pacote da política do “Neu Deal”) foi estimulado o consumo em massa que teve como base de sustentação a elevação dos salários como resultados não só apenas dessa Política, mas, também devido à expansão das relações capitalistas no campo, o que garantia o escoamento e o consumo da produção. Assim, ocorre a primeira etapa do processo de reestruturação produtiva do capital.

Devemos assinalar que, direto ou indiretamente, tanto a política do bem-estar social quanto a Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos, em 1929, desencadeou alguns reflexos, os quais foram percebidos na periferia do sistema capitalista, a exemplo do que ocorreu no Brasil, ao redirecionar sua economia, até então pautada na exportação da monocultura cafeeira, obrigando-o a investir na indústria de base e na modernização da agricultura, resultando, entre outros fatores, no acirramento da questão agrária no país após a “Crise do Café”, provocada após a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (SILVA, 1980).

Dessa forma, entendemos que esses fatores são preponderantes e corroboraram para promover o processo de reestruturação produtiva do capital e contribuíram para acelerar esse processo e mudar o rumo da economia a nível internacional, sendo os seus reflexos absorvidos também no Brasil.

Após a crise econômica de 1970 (conhecida como a Crise do Petróleo), causada pelo aumento dos custos oriundos dessa política do bem-estar social, bem como em virtude do aumento da competitividade dos países europeus e asiáticos, os quais já haviam se recuperado dos impactos negativos provocados pela Segunda Guerra Mundial, entre outros fatores, o modelo fordista passa a ser superado pelo pós-fordismo ou toyotismo. Este modelo tem por base a organização flexível da produção e do trabalho, o controle mínimo do estoque de produção e a redução de custos, sendo adotado pelos agentes capitalistas com a finalidade de se inserir no mercado de forma mais competitiva e garantir uma melhor gestão das empresas para permanecerem se reproduzindo.

A crise da política do bem-estar social ganhou maior dimensão com a decadência do Estado intervencionista e desenvolvimentista. Além disso, com o endividamento dos Estados e a Crise do Petróleo no mesmo período, essa situação

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

tornou-se, ainda, mais grave. Nesse sentido, a Revolução Verde foi uma das formas encontradas para expandir o capital nas áreas consideradas atrativas para o capital e capaz de assimilar as novidades tecnológicas estimulada por essa Revolução.

Como forma de viabilizar a expansão e reprodução do capital, o modelo de produção toyotismo⁷ ou pós-fordismo foi transposto para as atividades agroindustriais como alternativa para mudar a lógica de produção e garantir a expansão do capital, transformando a propriedade da terra em um segmento industrial capaz de gerar riqueza e lucratividade num curto espaço de tempo, por meio da adoção de novas tecnologias, ciência, máquinas, implementos agrícolas e apropriação da força de trabalho no campo.

Foi no contexto da crise estrutural do capital, em meados da década de 1970, nos EUA, Europa Ocidental e Japão, que se inicia um novo processo de reestruturação produtiva do capital, tendo reflexo em diversas dimensões espaciais no mundo como um todo. Esse novo paradigma da reprodução capitalista denominado de toyotista/pós-fordismo tem por base a acumulação flexível e a fragmentação da dinâmica produtiva, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor como alternativas para superar a devida crise (ANTUNES, 2000).

É no bojo deste quadro de referência que emergiu a reestruturação produtiva, com base no desenvolvimento técnico científico informacional, tendo repercussões tanto na organização espacial urbana quanto no meio rural, pois o capital a fim de viabilizar meios para promover a sua reprodução ampliada, investiu em vários ramos da ciência para impulsionar o avanço do capital nas áreas consideradas atrativas e lucrativas para o avanço do capitalismo, a exemplo do que vem ocorrendo nas áreas pesquisadas, a partir da territorialização do capital, a introdução de máquinas agrícolas e o uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes, com o intuito de promover aceleração na produção em curto espaço de tempo e, consequentemente, alcançar lucratividade.

O que se deseja salientar é que a aplicação do progresso técnico não é dirigida ‘contra os trabalhadores’ ou ‘contra a natureza’, como fazem crer certas ‘análises ecológicas’ muito em vaga nos nossos dias. A tecnologia é, isto sim, a ‘favor do capital’, ou seja, o seu sentido último é o de elevar a taxa de lucro, seja do capitalista que a emprega, considerado individualmente, seja do sistema econômico como um todo (SILVA, 1981, p.27).

⁷ Toyotismo é um modelo de produção que tem por base a produção flexível, o uso intensivo de máquinas, novas tecnologias, a diversificação das séries e a flexibilização do trabalho, entre outras características (VERAS, 2009; NASCIMENTO, 2011; LIMA, VASCONCELOS; FREITAS, 2011).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

A partir de então, o capital percebeu que deveria se expandir para outros segmentos econômicos a exemplo do agronegócio. Desde então, passou a investir não apenas na indústria têxtil e automobilística como era de costume, mas, também, na ciência, no desenvolvimento tecnológico e na modernização do campo, incentivando a produção de máquinas pesadas e de insumos agrícolas e permitindo a expansão do capital e do agronegócio no meio rural, sobretudo a partir do surgimento da Revolução Verde.

A introdução de novos modelos produtivos para viabilizar a reprodução do capital, o lucro e a permanência de uma dada empresa num determinado segmento da economia, a exemplo da adoção de regras na organização da produção, ocorreram de forma lenta, desigual e combinada, principalmente nos países periféricos, atingindo de forma diferenciada as regiões, setores da indústria ou de serviços, sobretudo o meio rural.

Podemos aludir que a partir do novo contexto de reestruturação produtiva do capital, tendo por base o toyotismo foi sendo gestado um processo de racionalização da produção capitalista e da expansão e reprodução do capital no espaço rural, por meio da apropriação da força de trabalho daqueles que não possuem os meios de produção necessários a sua sobrevivência, sendo excluído desse sistema econômico ou incluído de uma forma perversa (LOPES, 2009).

Em virtude disso, há um choque entre velhas e novas formas de produzir (agricultura não-capitalista e agricultura capitalista, respectivamente) em que, as novas revestidas do aparato tecnológico e científico, passam aniquilar as formas tradicionais de produção e/ou manipula-as para atenderem os propósitos capitalistas ao promover alterações tanto nas formas de produzir quanto nas relações de trabalho no meio rural.

De acordo com Oliveira (1997, p.23), “o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização” em escala internacional, uma vez que segundo esse autor, não há uma separação entre indústrias estrangeiras e nacionais, mas, há um processo de fusões mediadas com a participação do Estado. Alega, ainda, que o processo de industrialização da agricultura no Brasil está associado ao processo de unificação entre a indústria e a agricultura, pois

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

o capitalista tornou-se também um latifundiário, transformando a propriedade da terra num ramo industrial capaz de gerar renda de forma imediata.

Para Silva (1980), as transformações evidenciadas no meio rural brasileiro têm sua origem a partir de 1888, com o surgimento de pequenas fábricas ligadas ao ramo: de chapéus, de louças, de fiação e de tecelagem, bem como o incipiente processo de urbanização do país decorrente dessas atividades as quais permitiram consolidar [...] “a produção mercantil de alimentos fora das grandes fazendas de café” (SILVA, 1980, p.28-29).

Posteriormente, segundo o mesmo autor, entre os anos de 1933 a 1955, a economia brasileira foi marcada por um processo de transição em que o setor industrial alcança a sua consolidação de forma gradativa e, por consequência, as atividades econômicas pautadas na monocultura cafeeira exportadora, deram lugar lentamente à indústria de alimentos e manufaturas, passando a comandar o [...] “processo de acumulação de capital: o país vai deixando de ser ‘eminente agrícola’” [...] (SILVA, 1980, p.29).

Esse processo de transição da economia brasileira, no período anteriormente citado, estar ligado direta e/ou indiretamente a “Crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque” em 1929, nos Estados Unidos, a qual repercutiu negativamente na economia brasileira, sobretudo na exportação de produtos primários a exemplo do café o qual era considerado o carro chefe. Após esse período, a monocultura cafeeira entra em declínio em virtude da saturação do mercado, bem como em decorrência da crise do sistema capitalista evidenciada nesse instante.

Mediante a referida “crise econômica” citada, entre outros fatores os quais iremos discutir mais adiante, o Estado brasileiro passou a promover algumas ações governamentais no intuito de diversificar a economia brasileira, investindo na indústria de base e no desenvolvimento da agricultura a partir de incentivos fiscais e fornecimento de crédito agrícola, atuando como agente empreendedor no processo de industrialização e modernização da agricultura no país.

No entanto, devemos ressaltar que esse processo de industrialização agrícola se deu de forma desigual e seletiva, abrangendo inicialmente o Centro-Sul do Brasil e, posteriormente, em regiões previamente selecionadas do território brasileiro, a exemplo

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

de algumas áreas restritas do Centro Oeste, Nordeste e Leste do Norte do país, o que Silva (1981) denomina de “modernização conservadora”.

Para promover o processo de industrialização no país fez-se necessário implantar, inicialmente, a indústria de base, a saber: siderúrgica, petroquímica, material elétrico, entre outras. A implantação dessas indústrias tinha como principal finalidade promover a industrialização do país e a expansão do capital no meio rural brasileiro, pois esses meios de produção serviram de base para a instalação de fábricas de tratores, fertilizantes, equipamentos agrícolas com o intuito de acelerar o processo de modernização do campo:

No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalaram-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Evidentemente a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de construída a indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderurgia; e assim por diante. O importante é que, a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses ‘novos’ meios de produção (SILVA, 1980, p.30-31).

Dessa feita, haveria a necessidade de garantir um mercado consumidor para esses produtos. Isso só poderia ser realizado por meio do incentivo à industrialização da agricultura, bem como a partir da criação de uma demanda no campo para absorver os equipamentos e insumos agrícolas o que, por sua vez desencadearia o processo de modernização do campo.

Com base nos diagnósticos apresentado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, a estrutura agrária brasileira mantinha-se concentrada e isso dificultava a industrialização do campo pelo seu aspecto autossuficiente.

Nesse sentido, os adeptos ao processo de modernização da agricultura que integravam essa comissão passaram a propagar o discurso de que o Brasil teria a necessidade de promover a “industrialização da agricultura”, uma vez que a concentração da propriedade da terra nas mãos de um pequeno grupo, representava alguns problemas de ordem socioeconômica, a exemplo de uma eventual escassez de alimentos em virtude da demanda crescente da população urbana, o aumento dos preços

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

dos produtos agrícolas e a incapacidade que a indústria brasileira tinha em competir com os produtos externos decorrente de sua incipiente estrutura (SILVA, 1980).

De acordo com esse autor, o processo de industrialização da agricultura evidenciado no país, entre os anos de 1967 a 1973, está atrelado ao desenvolvimento econômico alcançado pelo “Milagre Brasileiro ou Milagre Econômico” em decorrência da grande produtividade agrícola (especialmente café e soja) obtida nesse período, bem como devido à adoção de “pacotes de políticas públicas” direcionadas ao campo com a finalidade de estimular a introdução de máquinas, a aquisição de equipamentos e insumos agrícolas no meio rural, caracterizando, assim, uma nova etapa do processo de industrialização da agricultura no país. Com isso, velhos paradigmas dominantes na produção agrícola e nas relações de trabalho no campo são substituídos por outras rationalidades como meio de desarticular a economia não-capitalista e promover a expansão do capital no campo.

No Brasil, o processo de modernização da agricultura ocorreu de forma mais significativa a partir da década de 1970, com o incentivo governamental ao Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) e a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste. Assim, o Estado concedeu incentivos fiscais e estimulou a industrialização da agricultura com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e equilibrar a balança comercial do país.

Dentro dessa premissa, as bases para consolidar o processo de industrialização da agricultura no meio rural brasileiro foi engendrado pelo Estado desenvolvimentista e intervencionista, bem como influenciado pelo advento da Revolução Verde e, recentemente, pelo desenvolvimento técnico científico e informacional. Assim,

As grandes Empresas Multinacionais com apoio de organizações supranacionais como o Banco Mundial, que vai ajudar na implementação dessa Revolução, a qual vai ser altamente danosa para os pequenos agricultores, uma vez que vai aumentar a dependência destes com relação às grandes empresas fornecedoras de insumos (SHIVA, 2003 *apud* ALBANO, 2008, p.115).

Posteriormente, no final da década de 1970, dá-se início a um processo de abertura política e, nos anos de 1980, ocorre à abertura de mercado que, por sua vez irá acarretar em um leque de mudanças no cenário econômico e institucional do país. Assim,

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

do Estado desenvolvimentista, empreendedor e voltado para um projeto de transformação do país numa grande potência, no qual a inclusão social era concebida como decorrência ‘natural’ do processo de desenvolvimento econômico, passamos ao Estado Neoliberal. Este último tem como principal papel garantir, em nível nacional, as condições necessárias ao bom funcionamento do mercado capitalista, em conformidade com as exigências do capital financeiro global [...] (PAULINO; FABRINI 2008, p.59).

Dessa forma, dá-se à expansão do agronegócio resultado da maior “abertura do mercado brasileiro e pela ampliação de investimentos diretos de empresas multinacionais do sistema agro-alimentar no país” (PAULINO; FABRINI 2008, p. 59 a 60), sendo observadas profundas mudanças na base técnica da agricultura.

Embora considerarmos que a modernização do campo, em seu sentido amplo, tem muito haver com os apontamentos ressaltados pelos autores mencionados anteriormente; isso é fato e já estar posto. Entretanto, há que se ponderar e conceber essas discussões a partir de outro viés, pois o processo de modernização e/ou industrialização da agricultura no Brasil, como alguns autores ressaltam, não está ligado apenas aos fatores antes ressaltados. Esse processo está conectado a uma dimensão muito mais ampla e complexa, o que perpassa a escala nacional.

Sendo assim, fundamentaremos as nossas análises a partir das abordagens teóricas de Lima; Vasconcelos e Freitas (2011), por ser oportuna e coerente com as nossas reflexões e por permitir uma compreensão mais ampla com relação ao processo de modernização da agricultura, sobretudo das áreas dos perímetros irrigados do Nordeste do Brasil, em particular o Baixo-Açu onde está localizada a área da pesquisa.

A modernização da agricultura teve sua origem nos países industrializados por volta do século XVIII, a partir das “revoluções agrícolas”⁸. Porém, esses autores enfatizam que esse processo se deu com maior intensidade após a Segunda Guerra Mundial, com o advento da “Revolução Verde” (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011).

⁸ Em virtude do crescimento populacional na Europa, bem como o esgotamento dos solos em decorrência de sucessivos plantios de uma mesma variedade de cultura. Esses fatores, entre outros, provocaram a escassez de alimentos, o que implicava na necessidade do desenvolvimento de novas tecnologias e práticas agrícolas para amenizar tais problemas. Assim, a partir do século XVIII foram introduzidas no campo a rotatividade de culturas (sobretudo leguminosas e capim) integradas à pecuária. Essa fase caracterizou-se como a “Primeira Revolução Agrícola” (VEIGA, 2007).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Esse autores ressaltam ainda alguns pontos que permitiram consolidar o processo de modernização da agricultura, dentre os quais se destacam:

- a) O surgimento da “Revolução Verde”, promovida pelos países industrializados os quais passaram a exportar os denominados “pacotes tecnológicos” para os países periféricos, contribuindo significativamente para a modernização do campo.
- b) A crise do petróleo que resultou no surgimento do modelo pós-fordista/toyotista, culminando em uma nova reestruturação na economia e na política, tendo seus reflexos no campo.
- c) O surgimento da política neoliberal que permitiu a abertura do mercado brasileiro para empresas multinacionais (LIMA, VASCONCELOS; FREITAS, 2011).

De acordo com esse raciocínio, podemos aludir que a modernização da agricultura e/ou industrialização está entrelaçada por conjecturas internacionais e ações deliberadas e realizadas no centro financeiro do sistema capitalista, principalmente nos Estados Unidos da América, na Europa Ocidental e em parte da Ásia. Essas ações foram disseminadas no espaço e no tempo por agentes externos, a exemplo das grandes corporações empresariais e financeiras sob a hegemonia do capital estrangeiro, aliado a subserviência e o aparato estatal do Estado brasileiro.

A princípio, as ações governamentais foram difundidas inicialmente pelos representantes legais das instâncias políticas anteriormente citadas (Estados Unidos da América, Europa Ocidental e parte da Ásia), a partir da adoção da política neoliberal que impôs aos países emergentes certas restrições econômicas, como ressaltado por Lima; Vasconcelos; Freitas (2011) ao afirmarem que:

[...] a política neoliberal atinge o Brasil, como resposta à imposição das reformas econômicas para América Latina, discutidas na reunião em que fora estabelecido o Conselho de Washington, em 1989, do qual participaram o Governo dos Estados Unidos, Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Mundial. Essas reformas objetivavam, entre outros, a abertura da economia dos países semiperiféricos ou emergentes, a exemplo do Brasil (LIMA, VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p.102).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Essa abertura da economia contribuiu para intensificar o processo de modernização da agricultura e da reestruturação produtiva do capital, os quais foram difundidos no espaço como meio para expandir e reproduzir o capital por meio de diversos mecanismos de apropriação da renda fundiária em áreas consideradas atrativas e detentoras de vantagens locacionais.

Esses fatores têm permitido cada vez mais a consolidação do agronegócio no setor da fruticultura irrigada nas “manchas férteis” do semiárido nordestino, a exemplo do que vem ocorrendo no município de Ipanguaçu, viabilizado por meio das ações governamentais e pelo desenvolvimento do meio técnico científico informacional que, por sua vez tem servido de suporte para a formação e a articulação das redes geográficas integradas com o circuito espacial de produção.

Esse modelo de produção agrícola disseminado nesse município assemelha-se aos padrões definido pela Revolução Verde que consistiu,

[...] num grande crescimento de produtividade e de quantidade na agricultura por meio de uso de tecnologias, como os tratores agrícolas, técnicas de irrigação, defensivos químicos, variedades de sementes, aviação agrícola, computadores, novos métodos de gestão etc. De um lado da produção, vai se ter a Indústria produtora de Insumos com fertilizantes, defensivos e corretivos, e de outro, vai se ter a Indústria de Bens de Capital, com tratores, colheitadeiras e equipamentos de irrigação (ALBANO, 2008, p.115).

É de suma importância frisar ainda, que a partir da execução de ações pautadas no modelo do neoliberalismo⁹, sobretudo a partir da década de 1990, o Estado brasileiro tem permitido não só a abertura do mercado para empresas estrangeiras, mas, também tem viabilizado mecanismos para reestruturar o território com a principal finalidade de atrair capital estrangeiro ao realizar investimentos na área do turismo, incentivando a expansão da indústria no espaço rural e ao promover a construção de infraestruturas para viabilizar o avanço do agronegócio.

A realidade atual caracteriza-se pelo amplo investimento às atividades ‘modernas’, distribuídas em três eixos das políticas territoriais: promoção do turismo, atração e interiorização de plantas industriais no espaço rural, e, instalação de infraestruturas voltadas ao agronegócio. Esta última ‘fase’ é demarcada a partir da década de 1990. É nessa

⁹ O neoliberalismo pode ser concebido como uma corrente de pensamento influenciada pelas teorias econômicas neoclássicas a qual defende a livre concorrência e a participação ou intervenção mínima do Estado na economia. Ele é uma redefinição do liberalismo clássico (NASCIMENTO, 2011).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

década que o Estado brasileiro acasala-se com o grande projeto do neoliberalismo, fundamentado na bandeira de menos intervenção estatal, e maior força decisória das grandes empresas (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p. 64).

De acordo com os pressupostos da política neoliberal, o Estado permite que o mercado tenha certa autonomia e atue livremente sem a intervenção estatal. Mas, na prática, isso não acontece plenamente, uma vez que basta ocorrer um rumor de uma eventual crise econômica, logo o Estado sai em defesa do sistema capitalista com medidas e reformas econômicas para promover a retomada do crescimento econômico e beneficiar as grandes empresas.

Embora seja disseminada a ideia de menos Estado, o que se tem é um Estado intervencionista para atender os interesses das empresas hegemônicas. Desse modo, um dos princípios ideológicos do neoliberalismo é criar uma falsa autonomia do mercado, dando a impressão de controle da situação. Essas mudanças atingem os demais países, de forma heterogênea, no tempo e no espaço (LIMA, VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p. 102).

A partir dessa nova realidade, as empresas buscaram no aparato tecnológico, científico e informacional os meios necessários para se fortalecerem e alcançar um padrão de produtividade competitivo capaz de garantir a expansão do capital e gerar riqueza e lucratividade num curto espaço de tempo, por meio da adoção de novas tecnologias, ciência, máquinas, implementos agrícolas e apropriação da força de trabalho no campo, tendo como base o modelo japonês, toyotismo ou pós-fordismo. Neste, diferentemente do que ocorreu no fordismo, a produção está intimamente ligada à demanda, obedecendo a uma racionalidade produtiva diversificada, flexível, sustentada na existência do estoque mínimo (NASCIMENTO, 2011).

Essa racionalidade produtiva poderá ser entendida como uma nova forma de gestão e de organização em que determinada empresa busca empreender em seu processo produtivo, com o intuito de adequar a sua produção a demanda do mercado e buscar novos mercados para que possa permanecer competitiva e gerar lucro.

De acordo com esse raciocínio, em decorrência da necessidade constante que o capital possui para se reproduzir, e por ser dinâmico e expansivo, ele direciona seus tentáculos rumo às áreas consideradas atrativas e propícias para promover a reprodução

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

e a acumulação do capital, especialmente sobre aquelas áreas consideradas para o capital, como exército de lugares de reserva (HARVEY, 2005).

Nesse quadro descritivo, o município de Ipanguaçu está inserido nos antigos ou novos espaços de reservas destinado à expansão geográfica do capital ao integrar-se à alguns espaços seletivos propícios para a expansão capitalista no meio rural. É nessa perspectiva que a Del Monte Fresh Produce se instalou nesse município, como forma de expandir e reproduzir seu capital, aproveitando-se das vantagens locacionais a, exemplo de terras férteis, mão de obra barata, infraestrutura (rodovias, barragem etc.), incentivos fiscais e isenção de impostos.

A reestruturação produtiva do capital e a atuação desta empresa nas áreas pesquisadas têm contribuído para intensificar a degradação do meio natural, principalmente contaminação da água e do solo, alterações nas relações de produção e de trabalho e a proletarização do camponês, além de mudar hábitos e práticas tradicionais enraizadas há séculos ao mudar a lógica de produção. Assim, novos espaços são produzidos pelo e para capital sob a subserviência do Estado, como veremos no capítulo a seguir.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN



Capítulo II

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE IPANGUAÇU: um processo mediatizado pelo Estado

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE IPANGUAÇU: um processo mediatizado pelo Estado

Neste capítulo trataremos sobre as principais ações governamentais, no âmbito nacional e regional, que contribuíram para promover a reestruturação produtiva do território de Ipanguaçu e que permitiram intensificar o processo de territorialização do capital no meio rural desse município. Na elaboração do presente capítulo nos apoiamos, sobretudo, nas discussões teóricas realizadas pelos seguintes autores: Albano (2008), Silva (2010) e Nascimento (2011); os quais forneceram importantes contribuições para desenvolver as nossas reflexões.

2.1 Uma análise sobre o processo de produção do espaço agrário de Ipanguaçu a partir das ações governamentais

Para compreendermos como o espaço agrário do município de Ipanguaçu foi e está sendo produzido, fez-se necessário realizar uma sucinta abordagem histórica sobre os principais fatores e ações governamentais disseminadas no espaço no contexto internacional e nacional responsáveis, direta e indiretamente, pelas mudanças na (re) organização do espaço agrário da área pesquisada.

O meio rural passou a ser subordinado a uma nova lógica capitalista capaz de impor transformações na base técnica da agricultura a partir da adoção de novas tecnologias e de práticas agrícolas, tendo como vetor principal a industrialização da agricultura que, por sua vez tem promovido o surgimento de novos arranjos espaciais no campo.

Essa subordinação do meio rural ao capital é percebida a partir do instante em que a expansão capitalista no campo passa a desempenhar significativas transformações no seu interior. Diante disso, as relações de produção não-capitalistas preexistentes com base a produção familiar e voltada para o autossustento vem sendo substituídas pela produção capitalista pautada na mão de obra assalariada e na exploração e/ou na apropriação dos recursos naturais e artificiais contidas no município de Ipanguaçu.

Quando uma determinada empresa, especialmente quando se trata de uma multinacional como a Del Monte Fresh Produce, tem o interesse de se instalar num dado território é elaborado previamente um diagnóstico com a finalidade de obter informações a respeito das condições físicas da região (clima, topografia, qualidade do

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

solo, recursos hídricos etc.), de sua infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos etc.), tipo de mão de obra disponível (se é barata, qualificada ou não), bem como sob a localização da área a qual ela deseja desenvolver suas atividades, ou seja, se está estrategicamente próximo dos grandes centros urbanos, de portos, aeroportos; se existe rodovias bem conservadas que possam permitir o escoamento da produção com certa rapidez, entre outros pré-requisitos.

Dessa forma, a terra passa a ser subordinada ao capital e entendida como uma mercadoria intermediada por uma relação de compra e venda, passando a ser submetida a uma apropriação privada, logo uma entidade jurídica (SILVA, 1981), deixando de ser terra de trabalho para se transformar em terra de exploração capitalista e/ou em terra de negócio. “Essa transformação ocorre quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho” (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p. 124).

Nesse processo de transformação destacado por Lima; Vasconcelos; Freitas (2011) o Estado brasileiro atuou de forma ativa na configuração e reorganização do espaço, seja como agente produtor de tecnologias em diversas áreas do conhecimento, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), seja como agente regulador, incentivador e executor de políticas públicas para promover o desenvolvimento econômico e regional do país.

Na região Nordeste, o Estado brasileiro passou a desenvolver em temporalidades distintas algumas ações para promover o desenvolvimento da região e integrá-la às demais regiões do Brasil, com a finalidade de diminuir as desigualdades regionais existentes e tirar essa região da situação de estagnação econômica e enfrentar grandes problemas socioeconômicos decorrentes das secas prolongadas que atingiam (e ainda atinge) a região. Para alcançar esses objetivos, o Estado criou algumas instituições governamentais para articular ações e planejar estratégias de desenvolvimento e de combate aos efeitos das secas prolongadas na região semiárida nordestina.

No início do século XX, precisamente no ano de 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), a partir do Decreto n. 7.619, em 21 de outubro. De acordo com esse decreto, constituía-se um novo direcionamento na ação do Estado. Ligado ao Ministério da Aviação e Obras Públicas, esse órgão tinha forte tendência

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

técnica, inspirado no exemplo do U. S. Bureau of Reclamation. Este programa tinha como principal meta desenvolver a agricultura irrigada em larga escala, na região árida dos Estados Unidos da América (VILLA, 2000 *apud* SILVA, 2010).

Entre as ações promovidas por essa instituição, podemos destacar a

(...) realização de estudos, planejamento e execução de obras hídricas, como a construção de açudes públicos e particulares, canais de irrigação, barragens, perfuração de poços e drenagens; estradas de rodagem e ferrovias; reflorestamento e piscicultura. Mas, o que caracterizou o Órgão de fato, nesse primeiro período, foram os estudos das condições meteorológicas, geológicas, topográficas e hidrológicas das zonas de ocorrência das secas, coordenados por especialistas vindos dos Estados Unidos e da Europa, juntamente com alguns brasileiros (SILVA, 2010, P.44).

Diante do exposto, nota-se claramente a presença de ações do governo brasileiro, sobretudo naquele período, para dotar a região nordestina de infraestrutura com o objetivo de “combater” os efeitos das secas num primeiro momento e, posteriormente, de integrar o Nordeste às demais regiões do país por meio da industrialização. Para isso, passou a investir na construção de estradas de rodagem, ferrovias, barragens, açudes, canais de irrigação e perfuração de poços etc.

Por meio do Decreto 13.687, de 1919, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) passou por uma nova reformulação, o que consistia num maior poder de ação desse órgão. Essa nova medida

ficou conhecida como Lei Epitácio Pessoa (Lei 3.965, de 1919), que instituiu a ‘Caixa Especial das Obras de Irrigação das Terras Cultiváveis no Nordeste e dos Serviços Complementares ou Preparatórios’. Com o ‘fundo das secas’ permitiu incrementar a edificação de onze açudes de alvenaria, com capacidade de armazenar água para fins de irrigação, além de gerenciar diversas obras hídricas e realizar abertura de novas rodovias e ferrovias (VILLA, 2000, p.133, *apud* SILVA, 2010, p.45).

De acordo com Silva (2010), com base no Decreto de 1931, o IFOCS mudou a sua estratégia de atuação, concentrando as suas atividades em “obras hídricas e ações de emergência, deixando de atuar na construção de portos e de estradas de ferro”. Nesse período, o IFOCS passou a dar mais ênfase à construção de obras destinadas para a irrigação, mesmo que de forma ainda tímida.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Após 1945, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) passou a ser denominada de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Este tinha como principal meta “realizar obras e serviços permanentes e desenvolver ações em situação de emergência, além de gerenciar os açudes públicos e direcionar águas represadas para fins de irrigação” (SILVA, 2010, p. 47).

Ainda no ano de 1945 foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), com a finalidade de desenvolver recursos energéticos a partir do represamento das águas do Rio São Francisco, permitindo a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, em 1948. Esse fato foi de grande importância para a modernização da agricultura no Nordeste, pois permitiu o desenvolvimento da fruticultura irrigada nos vales úmidos dessa região.

Outra ação que marca a presença do Estado no Nordeste brasileiro foi a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1953, com o objetivo de gerenciar investimentos e incentivar a instalação de empreendimentos industriais e agroindustriais na região, através do fornecimento de crédito voltado especificamente para o Nordeste com o intuito de promover o desenvolvimento regional. Essa ação é vista por muitos estudiosos como a primeira intervenção do Estado no enfrentamento dos problemas regionais (SILVA, 2010).

Com efeito, o Nordeste brasileiro só alcançou um surto de crescimento econômico após a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ocorrida em 15 de dezembro de 1959. Através da coordenação de Celso Furtado, esse órgão passou a incentivar e a promover a industrialização na região por meio de incentivos fiscais e de isenção de impostos, além de planejar as ações e direcionar os recursos para as áreas consideradas atrativas para o capital, denominadas por David Harvey (2005) como “exército de lugares de reserva”. Porém, esse surto de desenvolvimento da agricultura no Nordeste se expressou com maior intensidade a partir da década de 1980, em algumas áreas restritas.

Foi nessa perspectiva que a SUDENE passou a financiar projetos de irrigação em áreas específicas do semiárido nordestino, dotadas de vantagens locacionais a exemplo do Vale do Rio São Francisco, em Pernambuco; do Vale do Açu e Apodi-Mossoró, no Rio Grande do Norte; do Vale do Jaguaribe, no Ceará e das Várzeas de Sousa e Pombal, na Paraíba (MOREIRA et al., 1997; ROCHA, 2007).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

As ações da SUDENE, no início de suas atividades, tinham como principais metas integrar o Nordeste ao Centro Sul do país por meio da industrialização. Para isso, fez-se necessário equipar o território com infraestruturas (rodovias, eletrificação, portos, aeroportos, construção de barragens etc.) para viabilizar a expansão do capital agrário no meio rural nordestino.

Dentre os programas implantados para promover o desenvolvimento da fruticultura irrigada merecem destaque o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) e o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), ambos criados no final da década de 1960, os quais deram subsídios para incremento da agricultura em base empresarial. Além destes, devemos ressaltar também a criação da Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF) no ano de 1974, o que permitiu gerar energia para atender à demanda e suprir a carência de recursos energéticos de áreas as quais foram selecionadas para o desenvolvimento da fruticultura no Nordeste.

Todavia, através das ações desempenhadas pela SUDENE foi possível viabilizar outros programas direcionados à prática de agricultura irrigada, a exemplo do Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (Prohidro) e do Projeto Sertanejo, os quais foram implantados na década de 1970 e que visavam executar no semiárido nordestino, projeto de irrigação com a finalidade de irrigar cerca de 130 mil hectares em terras irrigáveis a partir do aproveitamento do potencial hídrico construído pelo DNOCS (MOREIRA; TARGINO, 1997). Com isso, “o Estado passava a exercer uma função cada vez mais ativa nas mudanças programadas de modernização do Semiárido” (SILVA, 2010, p.58).

Com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, fomentado entre os anos de 1975 a 1979, estabelecia-se a criação de novos programas com o intuito de promover ainda mais o processo de modernização do semiárido nordestino, sendo o Vale do Açu–RN, uma das áreas úmidas a ser beneficiada.

De acordo com Albano (2008),

O Programa Plurianual de Irrigação incluiu 36 Projetos do DNOCS localizado no polígono das secas, havendo prioridade de verbas para os projetos situados nos vales Úmidos, a saber: Gurgéia e Parnaíba, no Piauí; Acaraú e Jaguaribe, no Ceará; Itapicuru e rio das Contas, na Bahia e Açu e Apodi, no Rio Grande do Norte. Foi nesse contexto, do Programa citado que foi construída a Barragem ‘Armando Ribeiro Gonçalves’ que iria servir de suporte para a entrada de Ipanguaçu na

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Revolução Verde, na Modernização da Agricultura e, consequentemente, em uma agricultura de mercado com bases empresarias (ALBANO, 2008, p.116).

Nessa perspectiva, as áreas úmidas localizadas no semiárido nordestino são reestruturadas e dotadas de infraestruturas para atender aos interesses do capital agroindustrial, com um discurso ideológico fundamentado na concepção de que a inserção da industrialização da agricultura iria promover o desenvolvimento regional, bem como incentivaria o crescimento econômico e combateria a pobreza. No entanto, o que se tem constatado nas últimas décadas, nas áreas onde realizamos a pesquisa, é a concentração da renda da terra e permanência de problemas sociais no meio rural.

Dessa forma, esses programas, em articulação com as comissões estaduais de planejamento agrícola, fomentaram ações e diretrizes no intuito de atrair empresas do ramo da fruticultura para o Vale do Açu, dando-lhes apoio financeiro, investimentos em infraestrutura e fornecimento de assistência técnica e extensão rural. Assim, o Programa Plurianual de Irrigação sob a coordenação do DNOCS, em parceria com o Projeto Baixo-Açu, executado pelo estado do Rio Grande do Norte, permitiu a construção da Barragem Eng.^º Armando Ribeiro Gonçalves (Fotografia 01e 02) que, por sua vez estimulou a vinda de agroindústrias, inicialmente, para os municípios de Açu e de Ipanguaçu.

A construção da Barragem Eng.^º Armando Ribeiro Gonçalves e do Canal do Pataxó no Rio Grande do Norte fazem parte do contexto dos grandes projetos de irrigação destinados ao semiárido nordestino, sob a coordenação da SUDENE e do DNOC para subsidiar o desenvolvimento da fruticultura irrigada nessa microrregião e, especialmente, no município de Ipanguaçu.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Fotografia 01: Barragem Aramando Ribeiro Gonçalves, Itajá/RN



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2013
Acervo: José Edvaldo Lopes

Fotografia 02: Monumento da construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no município de Itajá-RN



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2013
Acervo: José Edvaldo Lopes

Essas e outras ações, praticadas pelo Estado, contribuíram de forma relevante para a reestruturação produtiva do Vale do Açu, onde está inserida a área da pesquisa. Assim, o Estado não mediou esforços para promover o desenvolvimento agrícola e

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

viabilizar a entrada de capital que, a princípio, tinha o objetivo de atender apenas as empresas nacionais, mas, posteriormente, com a política neoliberal adotada pelo Governo Collor no início da década de 1990, permitiu-se a entrada de empresas com capital estrangeiro, as quais passaram a investir nas áreas destinadas aos grandes projetos de irrigação. Nesse processo,

a própria SUDENE facilitou a penetração das empresas multinacionais no Nordeste e as incentivou quando retirou do seu II Plano Diretor a restrição de utilização pelas empresas de capital estrangeiro do mecanismo de dedução fiscal, antes somente permitida à empresa de capital cem por cento nacional. Assim, os incentivos fiscais conhecidos como o 34/18 induziram os investimentos internacionais para a região Nordeste [...] (SOUZA, 1988, *apud* COSTA, 1993).

Essas ações possibilitaram a consolidação do polo de fruticultura irrigada no Vale do Açu, permitindo que essa região passasse a ser reconhecida como uma das áreas de intensa modernização do Nordeste e fosse integrada ao circuito espacial de produção a partir do desenvolvimento da fruticultura irrigada, o que permitiu conferir ao município de Ipanguaçu intensa fluidez e dinamicidade.

Nessa perspectiva, o território passa a ser reestruturado e reorganizado para atender às necessidades do capital, ou seja, promover a sua reprodução ampliada a partir da reestruturação produtiva do capital. Assim, a *Del Monte Fresh Produce*, uma das três maiores empresas no ramo da fruticultura irrigada no mundo, ao receber subsídios fiscais do Estado brasileiro e, ao se beneficiar da infraestrutura materializada no espaço, bem como as vantagens locacionais, modifica a paisagem de forma gradativa e remove os entraves que impedem a sua expansão no espaço rural de Ipanguaçu.

Aliado ao desenvolvimento técnico científico e informacional e as dádivas da “mãe pátria”, o capital globalizado territorializa-se no campo e promove a aceleração do ciclo produtivo para viabilizar a reprodução do capital, em contrapartida, as estruturas fundiárias mantêm-se inalteradas, contribuindo para agravar as desigualdades sociais no meio rural, uma vez que:

[...] o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro é marcado por um profundo antagonismo, assim a modernização da agricultura serviu, antes de qualquer coisa, para aprofundar as desigualdades existentes no meio rural. Mesmo que a agricultura tendo apresentado ganho de produção e de produtividade e tendo contribuído para a dinamização da economia brasileira, isso não

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

levou à diminuição dos problemas sociais no campo (LOCATEL, 2004, p. 13 *apud* NASCIMENTO, 2011, p. 36 – 37).

Em Ipanguaçu, o processo de territorialização do capital tem provocado significativo impacto no meio rural, uma vez que os agentes capitalistas vêm intensificando o processo de apropriação do espaço, organizando-o em função de seus interesses econômicos, enquanto que boa parte dos camponeses da área de estudo, não tem tido acesso aos mesmos benefícios fiscais, nem tampouco a riqueza produzida localmente, de forma igualitária e justa. Ao contrário, os camponeses expropriados são submetidos a trabalhar em troca de um salário mínimo e, em alguns casos, em péssimas condições de trabalho.

Assim, as grandes empresas que atuam no Baixo-Açu, como a Frunorte, Finobrasa e especialmente a Del Monte Fresh Produce, se tornam cada vez mais ricas, enquanto que os fornecedores de força de trabalho, os camponeses expropriados, se sujeitam a trabalhar por um salário mínimo, em condições, às vezes, precárias e pondo sua vida em risco ao manter contato direto com agrotóxicos e ao candidata-se ao um câncer.

Esta relação é pautada pela concepção de que o capital torna o homem “livre” para vender a sua força de trabalho para quem o desejar. Mas, dialeticamente, obriga-o a vender a sua força de trabalho para sobreviver e, transformando-o num assalariado, como enfatiza Nascimento (2011), ao afirmar que

no modo de produção capitalista, mesmo havendo a concepção de que o capital torna ‘livre’ tanto no sentido de sem propriedade como sem entraves à sua mobilidade, ocorre contraditoriamente à venda sistemática e contínua de sua força de trabalho, por consideráveis períodos de tempo, a uma mesma unidade de produção (NASCIMENTO, 2011, p.28).

A reconfiguração do espaço agrário do município de Ipanguaçu e a separação do camponês de seus meios de produção, tirando a sua autonomia e subordinando-o ao trabalho assalariado, é, portanto, uma das consequências da territorialização do capital, na qual o Estado foi um agente fundamental no ordenamento do território e na criação das condições necessárias para a reprodução do capital de forma ampliada, a exemplo dos incentivos fiscais e das infraestruturas edificadas para viabilizar os investimentos capitalistas.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

A atuação do Estado também contribuiu para remover obstáculos e moldar as estruturas tradicionais preexistentes para atender aos interesses capitalistas, mudando, assim, a lógica da produção e transformando as áreas antes estagnadas em verdadeiros polos de desenvolvimento (SILVA, 2010).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN



Capítulo III

3 AS MUDANÇAS PRODUZIDAS NO TERRITÓRIO A PARTIR DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA DEL MONTE FRESH PRODUCE

3 AS MUDANÇAS PRODUZIDAS NO TERRITÓRIO A PARTIR DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA DEL MONTE FRESH PRODUCE

Ao longo deste capítulo, iremos realizar uma discussão sobre as principais mudanças produzidas no meio rural do município de Ipanguaçu e as formas que o capital se utiliza para subordinar o território, a partir da atuação da multinacional Del Monte Fresh Produce.

3.1 A Inserção da Del Monte Fresh Produce no município de Ipanguaçu e a intensificação do processo de territorialização do capital no meio rural

O território constitui uma porção do espaço geográfico passivo de ser manifestado em seu interior, múltiplos conflitos e interesses antagônicos no campo socioeconômico e político entre vários agentes e classes sociais, no decorrer do processo de construção e consolidação do território numa dada sociedade capitalista. Para compreender a produção do território numa dada espacialidade é necessário ter em mente a forma como esse território é subordinado ao modo de produção em vigor. Assim, o processo de produção do território está atrelado, sobretudo as atuações direcionadas no espaço pelos agentes econômicos e políticos, por meio das lutas de classes, intermediado pelo sistema capitalista de produção e pelo Estado.

Nesse sentido, amparado pelo desenvolvimento da ciência, do emprego de novas tecnologias e do aparelho do Estado, o capitalismo se expandiu no campo apropriando-se do território e da força de trabalho, meios indispensáveis na geração do lucro, seja por meio da renda fundiária e/ou da extração da mais valia (o lucro obtido pelo excedente de trabalho, ou seja, do trabalho não pago) como forma de garantir a acumulação do capital.

De acordo com o que vislumbramos anteriormente, o capital busca sempre novos espaços, utilizando-se de novas estratégias para garantir a sua reprodução, a saber: parceria com pequenos camponeses; arrendamento ou compra de terras; assalariamento; terceirização de certos serviços; monopolização da circulação de mercadorias; subordinação e alienação do camponês ao capital, na medida em que esse sujeito ver-se obrigado a vender a sua força de trabalho e a sua produção a baixo custo, bem como a obtenção de empréstimos bancários por meio de transações desvantajosas entre camponeses e instituições financeiras, em que o primeiro (para obter um

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

emprestimo) é obrigado a penhorar seus equipamentos, máquinas e, até mesmo, sua própria terra como garantia de pagamento, enquanto o segundo obtém todas as garantias de que o seu dinheiro será pago e, de quebra, fica com boa parte da renda da terra produzida pelo camponês ao lhe pagar os juros oriundos do financiamento.

De acordo com esse raciocínio, Oliveira (1997), assinala que:

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não – capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. É, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física (OLIVEIRA, 1997, p.11).

Diante dessa lógica capitalista, o município de Ipanguaçu vem sendo alvo do intenso processo de territorialização do capital, o qual tem ocorrido de forma segmentada e intensiva, tendo como foco o desenvolvimento da fruticultura irrigada, o que tem conferido novos arranjos espaciais nesse município a partir do processo de territorialização do capital. Desse modo, podemos inferir que a inserção do capital no meio rural desse município tem conferido certa dinâmica e (re) ordenamento territorial no recorte espacial ora estudado. Isso pode ser diagnosticado por meio do processo de expansão territorial da multinacional Del Monte Fresh Produce na área da presente pesquisa e nos demais municípios circunvizinhos, como poderá ser observado mais adiante ao longo deste trabalho.

No entanto, esse fato tem causado alguns transtornos tanto a população local quanto ao meio ambiente, a exemplo da expropriação do camponês e a depredação dos recursos naturais, uma vez que para promover o desenvolvimento do cultivo da banana há a necessidade de uso intensivo da água, de agrotóxico e de fertilizante, o que tem provocado a contaminação do solo e da água em decorrência do uso irracional e indiscriminado desses produtos químicos.

Para compreendermos as transformações evidenciadas no espaço rural de Ipanguaçu é necessário regressarmos ainda mais no contexto histórico. Nesse sentido,

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

com o intuito de fornecer uma melhor compreensão sob as transformações evidenciadas no meio rural do município de Ipanguaçu, ao longo do seu processo histórico, no que tange as relações de produção e de trabalho no espaço agrário desse município, realizamos uma sistematização dos fatores mais preponderantes e que serão apresentados a seguir, nos itens referentes ao predomínio da agricultura não-capitalista, a transição da agricultura não-capitalista para agricultura capitalista e o Projeto Baixo-Açu e o predomínio da agricultura capitalista.

3.2 Predomínio da agricultura não-capitalista

A região do Baixo-Açu conta com um grande potencial hídrico, a exemplo da Lagoa do Piató e nascentes superficiais que afloram em várias partes do Vale do Açu. Podemos acrescentar, ainda, a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves e os Rios Piranhas-Açu e o Pataxó. Além disso, essa região dispõe cerca de 27.000 ha de terras férteis propícias para a prática da agricultura irrigada, o que alguns autores denominam de “Mancha Fértil”, sendo que boa parte das terras irrigáveis dessa área está localizada no município de Ipanguaçu (SILVA, 1992).

No período que convencionamos chamar de predomínio da agricultura não-capitalista tem início após a segunda metade do século XVIII com o desenvolvimento da pecuária e os primeiros registros das atividades agrícolas desenvolvidas pelos primeiros colonos no Vale do Açu, se estendendo até os anos de 1950 (ALBANO, 2008).

Esse período é marcado pelo predomínio das relações de trabalho familiar, com base na agricultura de sequeiro¹⁰ para o autossustento, desenvolvida nas pequenas propriedades rurais pelos camponeses, bem como a criação de gado e a produção de algodão desenvolvida nas médias e grandes propriedades rurais, sob o regime de parceria¹¹ entre camponeses sem terras e proprietários latifundiários. Em algumas

¹⁰ A agricultura de sequeiro é aquela dependentemente das condições naturais do clima e da precipitação pluviométrica – estação chuvosa.

¹¹ Há vários tipos de parceria. Existe parceria sob o regime de contrato preestabelecido firmado em cartório entre pequenos camponeses que possuem terras e empresas. Há também parceria firmada entre camponeses sem terras e latifundiários a partir de acordo oral, estabelecido entre ambos, podendo ser uma meia (metade da produção é destinada ao proprietário) ou terça (a produção é dividida em três partes, o

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

fazendas, utilizava-se a mão de obra remunerada desempenhada tanto por pequenos camponeses quanto por trabalhadores agregados¹².

Vale assinalar que nessa época não havia, ainda, o desenvolvimento da agricultura irrigada. Em alguns casos, era de costume o cultivo de hortaliças e o plantio de batata doce, milho e feijão nas áreas úmidas das várzeas dos Rios Piranhas–Açu e Pataxó, as quais eram cultivadas por pequenos camponeses a partir do uso de irrigador manual ou através do aproveitamento das terras úmidas. Essas são práticas tipicamente características da agricultura não-capitalista (SILVA, 1992).

Nesse contexto descritivo, as relações de produção e de trabalho tinham por base a agricultura tradicional desenvolvida, em sua maioria, pelos camponeses familiares, a qual era, exclusivamente, dependente das condições climáticas e de solos, uma vez que dependiam da estação chuvosa para plantar e, se por acaso houvesse enchente na região, impossibilitaria cultivar às áreas de várzeas. Isso também vale para os períodos em que ocorria estiagem. Já os instrumentos de trabalho utilizados no processo produtivo eram o arado puxado por atração animal, a enxada, a foice, o machado, o enxadeco, a chibanca, dentre outras ferramentas.

Devemos ressaltar ainda que, as famílias camponesas não usavam fertilizantes químicos e agrotóxicos para combater pragas nem tampouco se utilizava tratores ou qualquer outro tipo de equipamento agrícola mais sofisticado. A adubação das lavouras era realizada por meio do uso de esterco de bovinos ou de caprinos, sendo boa parte da produção destinada para abastecer o núcleo familiar.

Nesse período não se tinha registro da expansão do capital no campo e as relações de produção e de trabalho estabelecidas no meio rural de Ipanguaçu eram predominantemente não-capitalistas. Apesar de haver nesse momento a exploração do trabalho remunerado no campo, isso não caracteriza o avanço do capital no meio rural desse município, pois mesmo as médias e grandes fazendas eram autossuficientes e independentes do mercado capitalista, bem como as relações de trabalho predominantes eram baseadas na relação de compadrio e no trabalho familiar. Só a partir do início da década de 1950 é que ocorreu, ainda, de forma tímida, o surgimento da prática da

patrão fica com uma parte e o camponês fica com duas), ou vice-versa, de acordo com o que foi concordado entre os mesmos.

¹² São aqueles trabalhadores que moravam na própria fazenda e que tinham a obrigação de prestar serviços ao patrão, por meio do trabalho remunerado.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

agricultura irrigada nas várzeas úmidas com o uso de equipamentos mais sofisticados para a época, a exemplo de motobombas, o que caracteriza esse momento como um período de transição da agricultura não-capitalista para a agricultura capitalista, o que iremos expor no item a seguir.

3.3 A Transição da agricultura não-capitalista para agricultura capitalista

O período de transição da agricultura não-capitalista para agricultura capitalista no município de Ipanguaçu se entende entre os anos de 1950 até o início da década de 1980. Esse período é marcado pelos primeiros registros da agricultura irrigada no Vale do Açu, a partir da introdução de motobombas em pequenas propriedades rurais para fins de irrigação e pela chegada da empresa Agropecuária Knoll¹³ na década de 1970, a qual introduziu nos municípios de Açu e de Ipanguaçu uma agricultura com base nos preceitos capitalistas para atender exclusivamente o mercado. Essa empresa adotou o emprego de máquinas, o uso de insumos agrícolas e o trabalho assalariado.

Cabe registrar que a introdução das motobombas para fins de irrigação foi uma iniciativa resultante de uma parceria entre o Estado do Rio Grande do Norte e a Igreja Católica que possibilitou a distribuição de 30 motobombas movidas a óleo diesel para promover a agricultura irrigada em pequenos estabelecimentos rurais nos vales úmidos do Rio Grande do Norte, entre eles o Vale do Açu. Esse fato permitiu evidenciar os primeiros registros históricos da agricultura irrigada nessa Microrregião por volta dos anos de 1969, porém de forma tímida, prevalecendo ainda à prática da agricultura tradicional consociada com a extração da cera de carnaúba e a criação de pequenos rebanhos de caprinos e bovinos. Além do mais, há de ressaltar que boa parte da produção obtida por meio da agricultura irrigada era destinada para o consumo dos próprios camponeses, sendo o excedente vendido nas feiras livres da própria região (SILVA, 1992).

¹³ Agropecuária Knoll, passou a produzir algodão, uva, banana, melão, tomate, cebola, manga, sendo a pioneira no ramo da agricultura irrigada (SILVA, 1992).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

De acordo com esse autor, nesse período havia uma interação entre as atividades de extração da cera de carnaúba e o plantio do algodão herbáceo irrigado, em pequenas propriedades rurais com extensão territorial inferior a quinze hectares, bem como o cultivo de bananeiras, capim e outros produtos em áreas inferiores a cinco hectares.

Vale ressaltar que até o final da década de 1960, mesmo com ligeira mudança na organização da produção e na base técnica da agricultura no município de Ipanguaçu, ainda havia o predomínio da agricultura campesina com base no seguinte tripé: mão de obra apoiada no trabalho familiar; autonomia camponesa e grande parte dos meios de produção sob o controle do núcleo familiar, isso no que se refere às áreas pesquisadas.

Mesmo com a introdução de novos equipamentos agrícolas no processo produtivo utilizados pelos camponeses, isso ainda não significa dizer que os camponeses tenham se convertido em pequenos capitalistas rurais, pois nesse período a produção era ainda voltada para abastecer o núcleo familiar e apenas o excedente era vendido para aquisição de determinados produtos de primeira necessidade, os quais, os camponeses não produziam (roupa, calçado e alguns cereais).

Contudo, o que vai de fato marcar a transição do período da agricultura não-capitalista para o período da agricultura capitalista é a chegada da empresa Agropecuária Knoll, inaugurando o processo de industrialização da agricultura nas várzeas úmidas do município de Ipanguaçu. Essa empresa adotou técnicas e padrão empresarial típico de uma exploração capitalista, ao desenvolver uma agricultura irrigada para fins exclusivamente comerciais, sobretudo nos municípios de Açu e Ipanguaçu. A partir de então, se dá um crescimento generalizado da agricultura irrigada após a instalação de outras agroindústrias, a exemplo da Algodoreira Âncora, Algodoreira São Miguel, Frunorte, Finobrasa etc., sendo introduzidas novas culturas, como o cultivo de uva, melão, mamão, olerícolas (sobretudo tomate e cebola), para atender o mercado (SILVA, 1992).

A chegada da empresa Agropecuária Knoll coincide com a crise na exploração da cera de carnaúba, o que contribuiu ainda mais para as transformações nas relações de produção e do trabalho no meio rural do município de Ipanguaçu. No início da década de 1970, em virtude da concorrência da cera sintética e da formação de oligopólio no mercado internacional, a cera de carnaúba produzida no Rio Grande do Norte perde

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

espaço nos mercados nacional e internacional. Mediante a isso, houve uma reordenação no sistema produtivo no município de Ipanguaçu, forçando alguns camponeses a mudar de atividade.

Em virtude dos baixos preços obtidos com a extração da cera de carnaúba, aliado a expansão das atividades agrícolas desenvolvidas pela Agropecuária Knoll, sobretudo no município de Ipanguaçu, isso provocou certa mudança no processo produtivo e nas relações de trabalho no campo, na área de estudo ora realizado.

A partir da crise da cera de carnaúba, os pequenos proprietários camponeses buscaram inovar a sua produção agrícola. Motivados pela chegada das agroindústrias e a conclusão de algumas infraestruturas essenciais para o desenvolvimento da fruticultura irrigada (Construção do Canal do Pataxô, da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a expansão da energia rural), uns tiveram a iniciativa de recorrer aos Bancos da região para obter empréstimos e investir na agricultura irrigada. Outros buscaram realizar parceria com a Agroindústria Knoll para desenvolver o cultivo de algodão irrigado e/ou o desenvolvimento da fruticultura irrigada.

O ‘efeito demonstrativo’ da Agropecuária Knoll estimulou uma maior utilização das terras nas grandes propriedades e o aparecimento de pequenas unidades produtivas que buscaram financiamentos bancários para desenvolverem empreendimentos semelhantes. Isso foi o que colhemos em entrevistas com fiscais de crédito de bancos oficiais da região e depoimento do proprietário da Agropecuária Knoll, registrando o aumento da procura de ex-trabalhadores seus, semi-especializados, para tocarem, de parceria, empreendimentos de agricultura irrigada na região (SILVA, 1992, p. 17-18).

Com a presença da relação de trabalho pautada na parceria entre a empresa Agroindústria Knoll e pequenos camponeses passou a vigorar a exploração do trabalho com base na monopolização do território pelo capital, pois, como se observa, temos nesse momento uma mudança na relação de trabalho com o surgimento da parceria entre empresa e pequenos proprietários camponeses, em que as atividades agrícolas desenvolvidas nas áreas da presente pesquisa, em sua maioria, são conduzidas com base no trabalho familiar, mas, com um importante detalhe: a produção passou a ser orientada de acordo com as necessidades do mercado e com os interesses da Agropecuária Knoll. Acrescenta-se, ainda, o fato de que a referida empresa passa a

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

custear as despesas de alguns empreendimentos camponeses e em troca se apropria de parte da produção destes.

Isso provocou, não somente mudanças nas relações de produção e de trabalho na área pesquisada, mas, também, possibilitou aos camponeses uma postura tipicamente capitalista, uma vez que a ideia era produzir para abastecer o mercado e não mais para atender às necessidades básicas do núcleo familiar. Assim, há uma mudança tanto na organização da produção quanto na pauta da produção. Produtos como feijão, milho, batata doce, dentre outros, característicos da produção familiar, são substituídos por cultivos de frutas tropicais, sobretudo melancia, mamão, banana e melão.

A entrada dessa empresa no município de Ipanguaçu contou com incentivos fiscais e a isenção de impostos oferecidos pelo governo, mediante a execução do Projeto Baixo–Açu e pela grande oferta d’água disponibilizada pela construção da Barragem Eng. Armando Ribeiro Gonçalves, a qual teve como principal objetivo proporcionar condições para promover o desenvolvimento da fruticultura irrigada nesse município.

A implantação do Projeto Baixo–Açu e a conclusão da Barragem Eng. Armando Ribeiro Gonçalves no início da década de 1980, que aliado aos incentivos governamentais, também passou a estimular a entrada de algumas agroindústrias no município de Ipanguaçu, a exemplo da Itapetinga Agroindustrial, Algodoreira Âncora, Algodoreira São Miguel, AGROSOL e a FINOBRASA.

No nosso entendimento, esses fatores também corroboraram para promover mudanças significativas tanto na base técnica da agricultura quanto na organização da produção e nas relações de trabalho no meio rural do município de Ipanguaçu. Iniciando, assim, o processo de reestruturação produtiva do território pelo capital a partir da expansão capitalista e do emprego da mecanização, de insumos e novas técnicas agrícolas.

Portanto, com a chegada dessas agroindústrias, a monopolização do território pelo capital irá coincidir com a territorialização plena. Assim, há nesse momento tanto a forma de exploração capitalista com base na monopolização do território pelo capital, quanto à forma de exploração capitalista por meio da territorialização do capital, em sua plenitude. Esta forma de exploração capitalista, não ocorre mais com base na apropriação do produto do trabalho dos camponeses, como se observa na

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

monopolização, mas, por meio da apropriação da terra pelo capital e pela substituição da relação de trabalho no regime de parceria para a forma de trabalho assalariado.

Dessa forma, a reestruturação do território a serviço do capital promoveu a desarticulação das relações de trabalho preexistente. Ao expandir a sua relação de dominação e subordinação no meio rural de Ipanguaçu, o capital agroindustrial promoveu a desarticulação do campesinato e a expropriação do camponês transformando-o num proletariado do campo. Mesmo nas áreas em que ainda não ocorreu a apropriação do território pelo capital há famílias camponesas que assimilaram novas práticas agrícolas, sobretudo o uso de herbicidas, inseticidas, fertilizantes químicos, equipamentos de irrigação e trator, no cultivo de diversos produtos onde predomina a agricultura campesina.

Além da adoção de novas técnicas agrícolas pelos camponeses, o que caracteriza de fato as alterações na base da agricultura campesina é a passagem da produção autossuficiente para o cultivo de lavouras para fins comerciais, bem como a substituição do cultivo de lavouras de subsistência (feijão, mandioca, milho, batata doce etc.), para a produção de frutas tropicais destinadas para atender exclusivamente o mercado (Tabela 01).

Tabela 01: Principais culturas desenvolvidas nos pequenos estabelecimentos rurais das áreas pesquisadas

Frutas (2)	Freq.	%
Banana	60	45.11
Melancia	33	24.81
Abóbora	18	13.53
Melão	11	8.27
Manga	24	18.05
Outros	129	81.65

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Ao analisarmos os dados apresentados na tabela 01, ainda é possível observar que mesmos nos pequenos estabelecimentos rurais onde predomina a agricultura campesina a pauta e a lógica da produção foram alteradas, uma vez que os pequenos camponeses passaram a produzir frutas tropicais, não mais para atender as necessidades

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

básicas da família, mas com a finalidade exclusivamente de abastecer o mercado, seja regional, nacional ou internacional. Cultivos como feijão, milho e batata doce, característicos da agricultura de sequeiro, foram substituídos por produtos ligados à fruticultura irrigada para fins comerciais.

Portanto, essas alterações, assim como as características do período da agricultura tipicamente capitalista, será melhor explorado no item a seguir, o qual denominamos de “o projeto Baixo-Açu e o predomínio da agricultura capitalista”, em que exporemos com maior clareza as principais transformações ocorridas nas áreas pesquisadas a partir da expansão do agronegócio.

3.4. O Projeto Baixo-Açu e o Predomínio da Agricultura Capitalista

Além das conjecturas nacionais e internacionais que influenciaram no processo de industrialização da agricultura no município de Ipanguaçu, fez-se necessário, ainda, que surgisse um elemento diferenciador capaz de impulsioná-lo. Assim, mediante a parceria entre os Governos Federal e Estadual, os quais uniram esforços para dotar o Vale do Açu e, especialmente, o município de Ipanguaçu, de infraestruturas capazes de atrair capital e promover o desenvolvimento da fruticultura irrigada nessa região, essa ação em conjunto entre esses dois governos resultou na criação do Projeto Baixo-Açu, sendo fundamental para consolidar o processo de industrialização da agricultura nesse município.

O período denominado de “o Projeto Baixo-Açu e o Predomínio da Agricultura Capitalista”, se inicia a partir da década de 1980 e vai até os dias atuais, tendo como marco inicial as obras de implantação do Projeto Baixo-Açu, a conclusão da Barragem Eng. Armando Ribeiro Gonçalves em 1983, bem como outras ações governamentais que permitiram a expansão do capital no meio rural de Ipanguaçu, após a chegada das agroindústrias, sendo esse momento caracterizado pelo avanço da agricultura irrigada nos moldes empresariais.

A partir desse momento, a produção agrícola no Baixo-Açu passou por profundas transformações, no sentido do estabelecimento de um padrão mais moderno de produção. Essas alterações podem ser detectadas na diversificação do mercado de produtos (onde começa a despontar culturas como melão, melancia e outras frutíferas, em detrimento de culturas tradicionais de subsistência), na definição de

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

um moderno padrão tecnológico para a produção de fibras (algodão herbáceo irrigado) e também na constituição de mercado de trabalho onde as relações do tipo assalariamento temporário-safristas ou bóias-frias passam a ter peso significativo na constituição da força de trabalho do setor agropecuário local, além da tendência de expansão de formas de trabalho do tipo assalariamento (SILVA, 1992, p. 19).

Segundo esse autor, o Projeto tinha como objetivo principal desapropriar cerca de 91.490 hectares de terras entre os municípios de Açu e Pendências, as margens do Rio Piranhas–Açu, para fins de irrigação, fato este que não chegou a ocorrer plenamente, pois as ações previstas, a maior parte delas, ficaram apenas no papel. Passados mais de trinta anos do início das obras de implantação do Projeto Baixo-Açu, o principal legado deixado para a população do município de Ipanguaçu e região foi à edificação da Barragem Eng.^º Armando Ribeiro Gonçalves, a qual possibilitou perenizar os rios Piranhas-Açu e Pataxó.

Porém, contraditoriamente, após a conclusão dessa infraestrutura, em 1983, grande parcela dos camponeses que possuíam pequenos estabelecimentos rurais nas mediações das várzeas dos mencionados rios, foram expropriados pelo capital, sendo que boa parte do volume de água disponibilizado por essa Barragem tem servido para abastecer os canais das agroindústrias, sobretudo da Del Monte Fresh Produce.

O projeto hoje em execução (figura 02) tem pouco haver com aquele projetado pelo seu idealizador (Eng.^º Osvaldo Amorim). Grande parte dele está sendo executado em áreas de baixa fertilidade (conhecido popularmente de arisco) no município de Alto do Rodrigues, em áreas distantes dos principais canais de irrigação (Rio Piranhas-Açu e o Canal do Pataxó), enquanto as terras férteis, em sua maior parte, foram apropriadas pela multinacional Del Monte Fresh Produce, descaracterizando o que seria o perímetro público irrigado do Baixo–Açu.

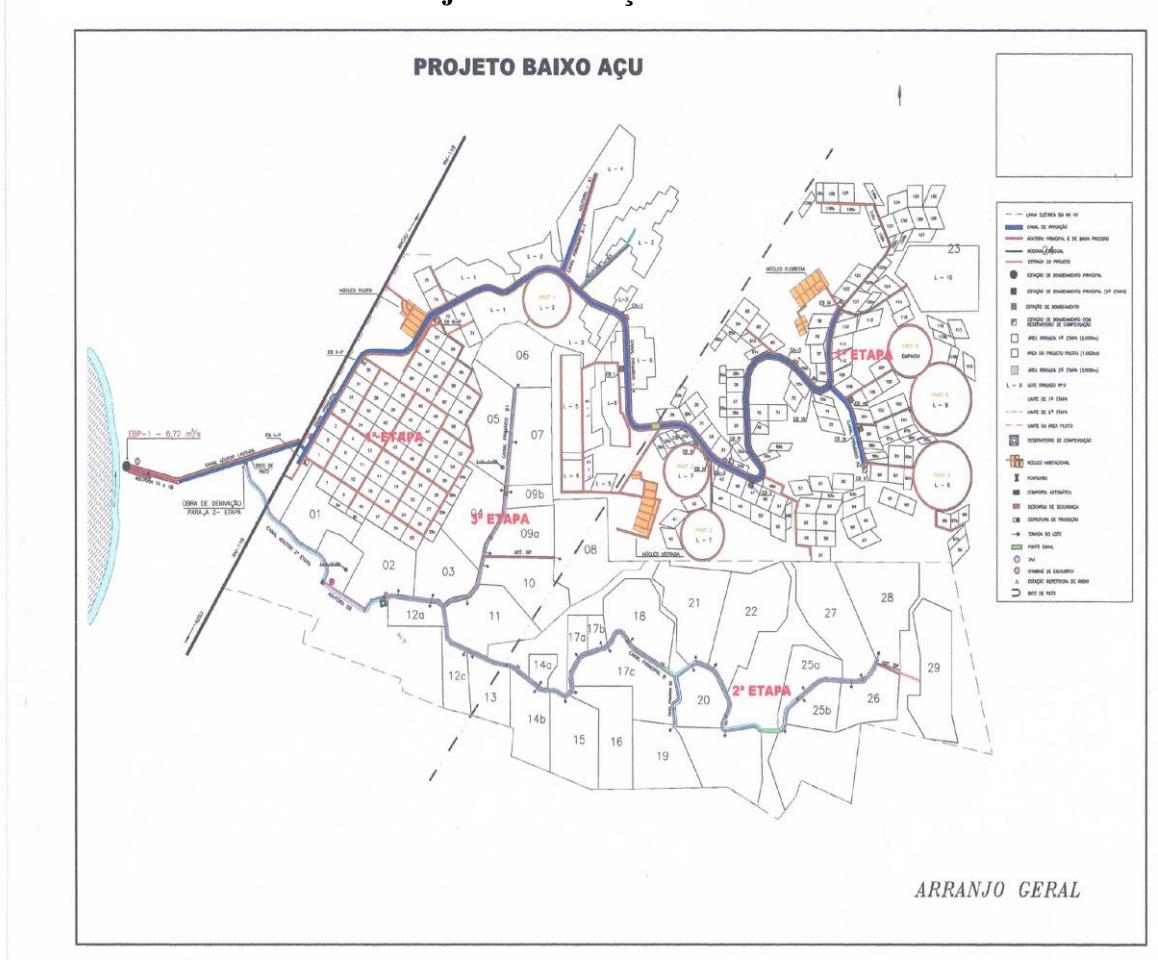
De acordo com Silva (1992), o Projeto Baixo–Açu tinha como meta atingir três etapas no decorrer de sua execução, a saber: a construção da Barragem Eng. Armando Ribeiro Gonçalves; a implantação de um assentamento, à montante dessa barragem, para atender as pessoas que tiveram suas terras desapropriadas e inundadas pelas águas da referida obra e a concepção de um projeto de assentamento, a jusante dessa infraestrutura hídrica, para promover a irrigação em solos aluviais, numa área estimada em vinte e duas mil hectares de terras.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Assim, do referido projeto só foi mesmo executado a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. As demais ações e ideias concebidas que norteavam o tal projeto ficaram no papel, como descreveu Silva (1992, p.25) ao afirmar que:

Do concreto sobre o projeto Baixo–Açu, hoje, temos que a desapropriação dos 91.490 ha a jusante, prevista no decreto, jamais ocorreu e o projeto público original de irrigação do ‘Baixo – Açu’, no qual se esperava assentar também os ocupantes e desapropriados das áreas a montante não ‘saiu do papel’. O projeto hoje em implantação na área (o Baixo–Açu 5.000) nada tem a ver com o inicialmente planejado. Está sendo implantado no ‘arisco’ de Alto do Rodrigues [...] onde serão desapropriados 2.192,50 ha pertencentes a 128 famílias (DNOCS, 1987). Segundo alguns funcionários do DNOCS entrevistados, ‘não adianta o governo querer resolver um problema social criando outro’, destacando que ‘na beira do rio são pequenos irrigantes... seria mais caro para o DNOCS desapropriar’ e que haveria um ‘conflito social no desalojamento de tanta gente’. Isso também justifica o fato de o projeto agora em implantação localizar-se em uma área mais distante do rio (SILVA, 1992, p. 25).

FIGURA 02: Planta do Projeto Baixo–Açu



Fonte: Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (SAG), novembro de 2013.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Dessa forma, percebemos com clareza que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, bem como a acessoria técnica do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) não tiveram interesse em implantar o Projeto Baixo–Açu como estava previsto no documento original, porque o governo do Estado estava comprometido com a iniciativa privada e com a atração de investimentos financeiros para essa região, como de fato pôde ser evidenciado em algumas décadas depois.

Com a finalização das obras da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, e tendo em vista que o Projeto Baixo–Açu não seria executado como proposto inicialmente, houve maior interesse das grandes empresas em investir na agricultura irrigada graças ao grande potencial hídrico disponível, a alta fertilidade do solo das várzeas dos Rios Piranha–Açu e Pataxó, os incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelo Estado.

A consolidação do movimento empresarial em direção ao Baixo–Açu deu-se no pós-85, caracterizando-se como um processo de apropriação privada do investimento público. As grandes empresas que aportam no Vale, ao que tudo indica, já estariam seguras de que a intervenção estatal seria localizada. Com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a consequente regularização da vazão do rio Açu, são potencializadas as possibilidades de irrigação num trecho considerável, o que favoreceu a penetração desses grandes capitais, por verem assegurada e em condições bastante favoráveis a infraestrutura necessária à instalação de seus empreendimentos (SILVA, 1992, p.19).

Podemos considerar que, o período da agricultura capitalista no município de Ipanguaçu é marcado pelo processo de territorialização do capital no meio rural, correspondendo a duas fases: a primeira fase do processo de territorialização do capital na área da pesquisa tem início através das ações governamentais para colocar em prática o Projeto Baixo–Açu, a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a instalação das primeiras agroindústrias nesse município; e a segunda será iniciada após a chegada da *Del Monte Fresh Produce*, nos anos de 1995, intensificando ainda mais o processo industrialização da agricultura e a territorialização do capital.

Como pontuamos anteriormente, entre os anos de 1970 e início da década de 1980 havia no município de Ipanguaçu um intenso cultivo de produtos voltados à subsistência familiar, a exemplo do milho, feijão, macaxeira e batata doce. A relação de produção predominante se dava por meio do arrendamento e parceria. A produção era

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

voltada para garantir o abastecimento e a reprodução familiar, obedecendo à seguinte equação: M - D - M (Mercadoria - Dinheiro - Mercadoria).

Devemos ressaltar que antes da construção da Barragem não havia agroindústrias com o propósito de desenvolver a produção de frutas tropicais por meio da irrigação. Com a exceção Agropecuária Knoll, havia apenas pequenas áreas cultivadas por pequenos proprietários rurais, parceiros e arrendatários, os quais praticavam agricultura irrigada através do uso de motobombas. Porém, o desenvolvimento da fruticultura irrigada foi intensificado após a chegada da Del Monte Fresh Produce na década de 1990, quando ocorreu

um processo de mudança estrutural na produção agrícola municipal, no qual vai se destacar a cotonicultura para o mercado interno em um primeiro momento e depois vai se firmar a fruticultura irrigada, como produção emergente, voltada para o mercado interno e externo. Esse processo de mudança na produção agrícola de Ipanguaçu vai ser danoso para os produtos tradicionais e de subsistência, pois alguns vão perder espaço para a fruticultura (ALBANO, 2008, P.137).

Contudo, se a população local vivia em condições melhores, em termos econômicos, antes da expansão do capital agroindustrial, isso é um fato que não podemos confirmar. No entanto, podemos aludir que antes do avanço do capital, havia uma maior facilidade do acesso a terra pelos camponeses, uma vez que o valor da terra era bem mais inferior do que o preço hoje praticado no mercado de terra em Ipanguaçu.

Após a expansão do capital nas áreas pesquisadas, intensificou-se ainda mais o processo de concentração de terras, que é considerado um dos principais indicadores sociais responsáveis pelas desigualdades sociais no meio rural, impedindo, assim, que os verdadeiros trabalhadores do campo (os camponeses) possam cultivar a terra e produzir alimentos para saciar a fome daqueles que têm a força de trabalho, mas faltam lhes os meios de produção necessários para poder produzir, sendo submetidos a servir ao capital, aos grandes latifundiários e/ou as agroindústrias.

A inserção da Del Monte Fresh Produce, em 1995, ampliou ainda mais o processo de capitalização da terra no município de Ipanguaçu. Essa empresa passou a comprar terras pertencentes, tanto a algumas empresas que estavam em processo de falência como, também, de pequenos camponeses, em sua maioria, propriedades com

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

áreas inferiores a quinze hectares, situadas no Vale do Açu, causando impactos negativos a população local.

Esse processo de compra de terras e de concentração fundiária vai causar um grande impacto sobre as populações das áreas atingidas por esse processo. Muitas pessoas vão se lembrar com emoção do tempo antes e depois das chamadas ‘firmas’, termo usado pelos populares que moram nas localidades atingidas pela compra de terras nesse período (ALBANO 2008, P. 134 a 135).

Desde então, a Del Monte Fresh Produce vem disseminando novas práticas agrícolas e relações de trabalho no meio rural de Ipanguaçu, com o intuito principal de reproduzir o capital na sua forma ampliada e de permanecer inserida no processo de globalização da agricultura.

A globalização do capital na agricultura envolve a terra e o trabalho em seu movimento de contínua criação e re-criação de paisagens geográficas ou ordenações espaço-temporais. A terra, dado o seu caráter, é ‘globalizada’ na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade. O trabalho, por sua vez, pode ser afetado de diferentes maneiras com a destruição de antigas relações de produção, precarização e crescente proletarização dos trabalhadores, estímulo à mobilidade espacial, criação de uma variedade de formas de subcontratação do trabalho da unidade de produção familiar (PAULINO; FABRINI, 2008, p.54 a 55).

O fato é que as mudanças provocadas pela Del Monte Fresh Produce trouxeram consequências indesejáveis ao camponês, uma vez que estes foram excluídos ou incluídos de forma perversa no sistema capitalista. Além disso, provocou a liberação de grande parte da mão de obra camponesa, como assinala Silva,

[...] as informações a respeito do modo como se processariam as desapropriações para a instalação do Projeto Baixo – Açu. Criou-se, assim, um clima de pânico entre os produtores da região, [...]. Esse clima de intraquilidade era acirrado diante da determinação pelas agências do Banco do Brasil da suspensão de financiamentos creditícios aos agricultores das áreas a serem desapropriadas. Com isso, ‘gerou-se um estado de apatia entre esses produtores pressionados, ora por organismos oficiais agentes das desapropriações, ora sofrendo a ação de especuladores que procuravam tirar proveito da assustadora situação que se conseguiu disseminar por todo o vale. A consequência maior, momentaneamente, foi [...] um processo migratório desordenado das populações das áreas rurais e das sedes dos municípios a serem

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

inundados, para as cidades de Açu, Mossoró e Natal, principalmente' (GOMES DA SILVA, 1989, *apud* SILVA, 1992).

Com isso, o processo de territorialização do capital tem ocorrido de forma cada vez mais intensiva no meio rural de Ipanguaçu, onde a Del Monte Fresh Produce tem-se apropriado da força de trabalho local, bem como têm engendrado relações de dominação e subordinação¹⁴ e se apropriado de grande parcela do território camponês, reconfigurando o território e mudando as relações de trabalho nele contido, segundo a lógica capitalista. Na nossa compreensão, essa lógica tem como meta, por um lado, transformar o camponês em um pequeno agricultor capitalista, que passa a ser, exclusivamente, dependente do mercado e, por outro, promover a separação do camponês dos meios de produção, tirando-lhes a autonomia e transformando-o em um proletariado do campo.

O relato a seguir expressa não apenas este fato, mas coloca em evidência outros problemas gerados pela atuação da empresa na área pesquisada. São marcantes as formas de dominação e subordinação implementada pela Del Monte Fresh Produce nas áreas pesquisadas. Relações estas que, de certa forma, deixam as pessoas submissas e alheias a tudo que está acontecendo em sua volta, mesmo sabendo que a atuação dessa multinacional tem provocado alguns danos irreversíveis para o meio ambiente. Além disso, a dependência aos empregos gerados pela empresa foi algo que nos chamou a atenção por ocasião dos trabalhos de campo. Muitos entrevistados evidenciaram o temor de uma eventual saída ou fechamento da Del Monte Fresh Produce.

Se fechar... Vai morrer muita gente... Por que cinquenta por cento dos moradores trabalham na Del Monte e, vinte por cento trabalha na FINOBRASA. A desvantagem é o uso do agrotóxico que, contaminou o solo e a água do rio... Hoje não podemos usar a água do rio porque até o lençol está contaminado... (A. R. da Silva. Sítio Arapuá, Ipanguaçu-RN, fevereiro de 2014)

De acordo com esse mesmo raciocínio, há situações em que a Del Monte Fresh Produce exerce a sujeição e exploração da força de trabalho de alguns camponeses que

¹⁴ As relações de dominação e subordinação do território pela Del Monte Fresh Produce, nas áreas em que desenvolvemos a pesquisa, se dão por meio da apropriação da força de trabalho local e pela exploração dos recursos naturais da região, a exemplo da utilização da água para fins de irrigação.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

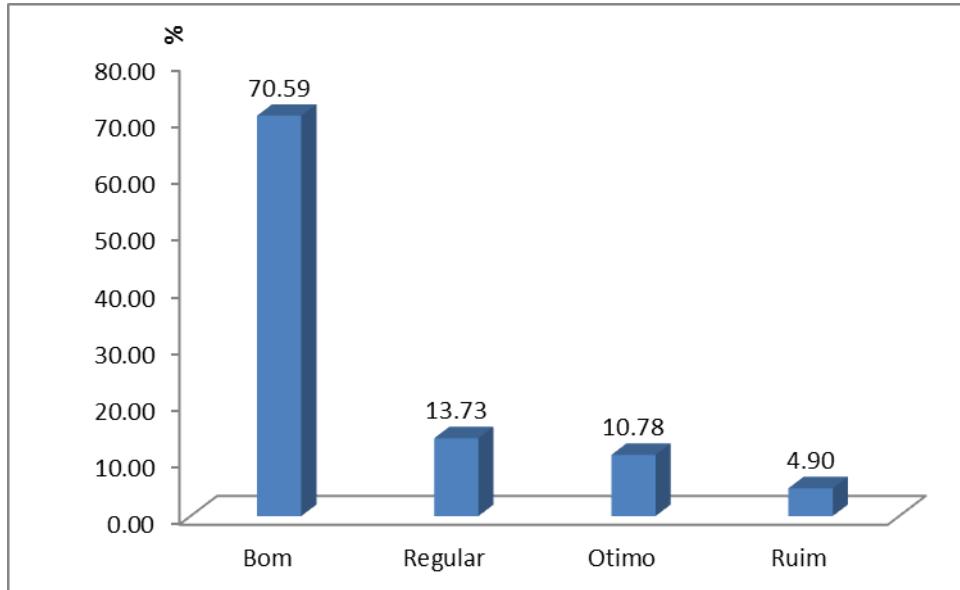
se assalariaram em condições desfavoráveis e intenso ritmo de trabalho, como podemos observar nos seguintes depoimentos:

Trabalhei na Del Monte durante um ano e quatro meses. Não tinha horário certo... Eu começava de quatro horas da madrugada, até dez ou onze horas da noite. Todos os dias... E ganhava um salário mínimo (M. M. M. Costa. Sítio Ubarana, Ipanguaçu-RN, fevereiro de 2014).

Ajuda o município com emprego... Isso é bom... Mas, é ruim porque suja e polui o rio... Se perguntar sobre a Del Monte, o povo vais dizer que é ruim porque as pessoas trabalham como escravo. Há muita fiscalização... Até pra ir ao banheiro, a pessoa só tem dez minutos. (J. A. B. S. Filho. Sítio Arapuá. Ipanguaçu-RN, fevereiro de 2014).

Apesar dos problemas evidenciados e relatados por estes sujeitos, a maioria das pessoas entrevistadas, precisamente 70,59%, avaliam como boa a presença e a atuação da Del Monte Fresh Produce nas áreas pesquisadas, como podemos observar no gráfico 01.

Gráfico 01: Avaliação da Del Monte F. P., segundo a opinião dos moradores locais.



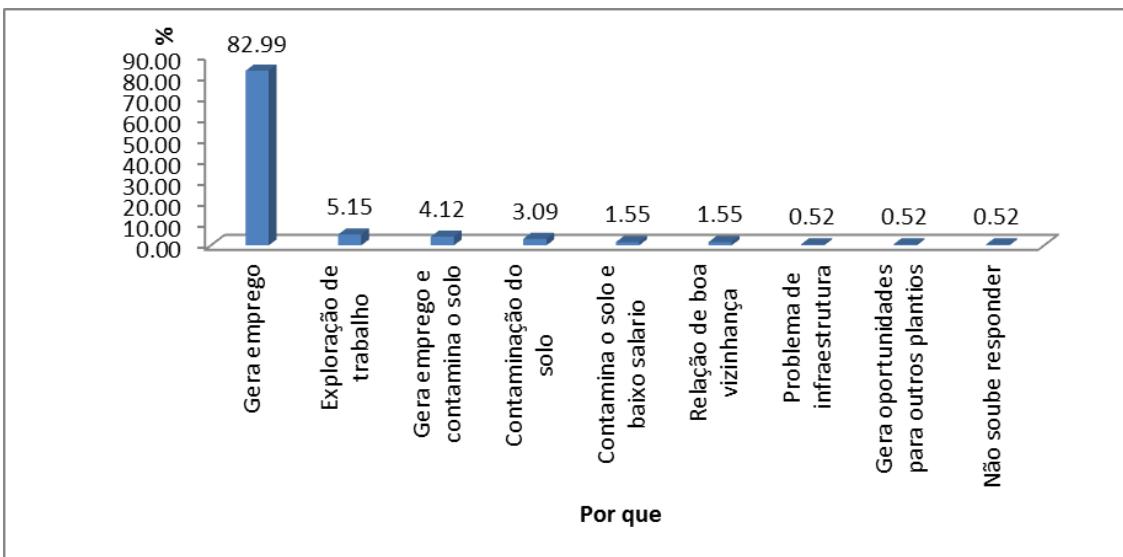
Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Esse percentual elevado se deve ao fato da Del Monte Fresh Produce ser a principal empresa responsável pela geração de emprego no meio rural município do Ipanguaçu, de acordo com 82,29% dos entrevistados (gráfico 02). Mesmo assim há toda uma preocupação por parte de alguns moradores locais, com relação à questão da

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

contaminação do lençol freático, provocado pelo uso intensivo de agrotóxico na produção de bananas.

Gráfico 02: Principais consequências da atuação da Del Monte F. P., segundo os moradores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

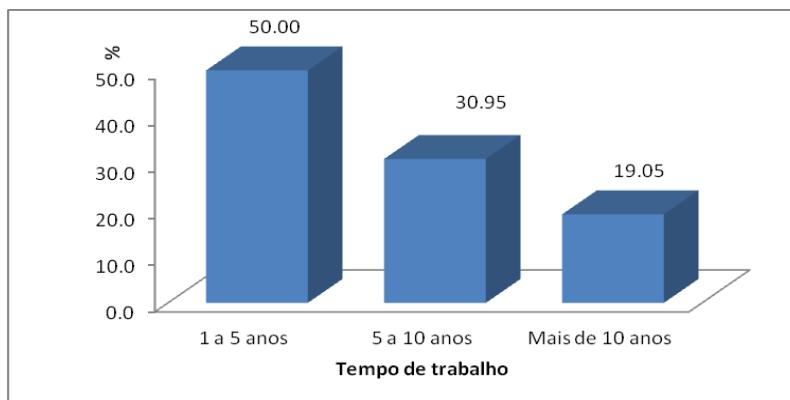
Dos 104 chefes de famílias que alegaram exercer trabalho assalariado, temporário/sazonal ou permanente, 50% dos sujeitos entrevistados afirmaram que têm vínculo com essa agroindústria entre um e cinco anos de trabalho (gráfico 03). Este fato auxilia na compreensão do processo de proletarização do camponês no meio rural do município de Ipanguaçu, podendo ser também comprovado pelos seguintes relatos:

Se não tivesse a empresa... Era um sufoco... Porque não tinha emprego. Agora tem afirma da banana. É boa demais... Vem gente de todo canto... Dizem que tem gente de Angico, Itajá, Açu e até gente de fora do Estado... Trabalha homem e mulher (D. Lopes, 73 anos. Sítio Capivara, Ipanguaçu-RN, fevereiro de 2014).

A sorte de muita gente é a empresa... Dá trabalho pra todo mundo... Tem mais de dois mil funcionários. Se não fosse ela... Tinha gente morrendo de fome e desempregada, pois ela é quem garante a maioria dos empregados... Aqui pra gente... (F. C. da Silva, 32 anos. Sítio Olho D'água, Ipanguaçu-RN, fevereiro de 2014).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Gráfico o3: Tempo de trabalho na Del Monte F. P., segundo os entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Apesar dos percentuais contidos no gráfico 03, ouvimos relatos de que há uma rotatividade da força de trabalho utilizada nas fazendas pertencentes à empresa. Essa é uma das estratégias adotadas pela Del Monte Fresh Produce e se enquadra nos preceitos proposto pelo neoliberalismo e pelo modelo econômico vigente, pós-fordismo, que tem por base a produção flexível, a flexibilização do trabalho, tendo a principal finalidade de poupar mão de obra e, consequentemente, a redução dos custos e aumento dos lucros.

Esses dados evidenciam também o tempo de atuação dessa empresa no meio rural de Ipanguaçu, tendo por base o trabalho assalariado, uma vez que mais de 19% das pessoas entrevistadas, as quais afirmaram terem vínculo empregatício com a mesma, alegaram que trabalham nessa firma há mais de 10 anos.

Em se tratando de empresas capitalistas, o objetivo principal é o lucro e para tal a empresa explora ao máximo a força de trabalho tanto por meio da intensificação do ritmo de trabalho como também pelas horas de trabalho a mais realizada pelo trabalhador (mais-valia absoluta), as quais não são pagas pelo patrão. Assim, o assalariado por meio de suas faculdades físicas e mentais coloca em ação a sua força de trabalho para produzir valores de uso através do processo de trabalho numa interação entre o homem e a natureza (HARVEY, 2005).

A exploração do trabalhador, principalmente, pela Del Monte Fresh Produce e a má distribuição de renda são uns dos indicadores que revelam a concentração da riqueza e a desigualdade social que se expressam nas áreas do estudo ora realizado,

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

sendo perceptível tanto no depoimento de um dos sujeitos entrevistados quanto nos dados contidos na tabela 02.

A Del Monte paga muito pouco... Um salário é pequeno... Pelo que se trabalha lá... Ela é exigente no trabalho e explora muito os trabalhadores (D. L. Silva, 28 anos. Sítio Pedrinhas, Ipanguaçu-RN, fevereiro de 2014).

Tabela 02: Renda familiar dos entrevistados, segundo as áreas pesquisadas.

Renda familiar	Freq.	%
1 salário	25	11.96
entre 1 e 2 salários	15	7.18
Mais de 2 salários mínimos	1	0.48
Não respondeu	168	80.38
Total	209	100.00

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

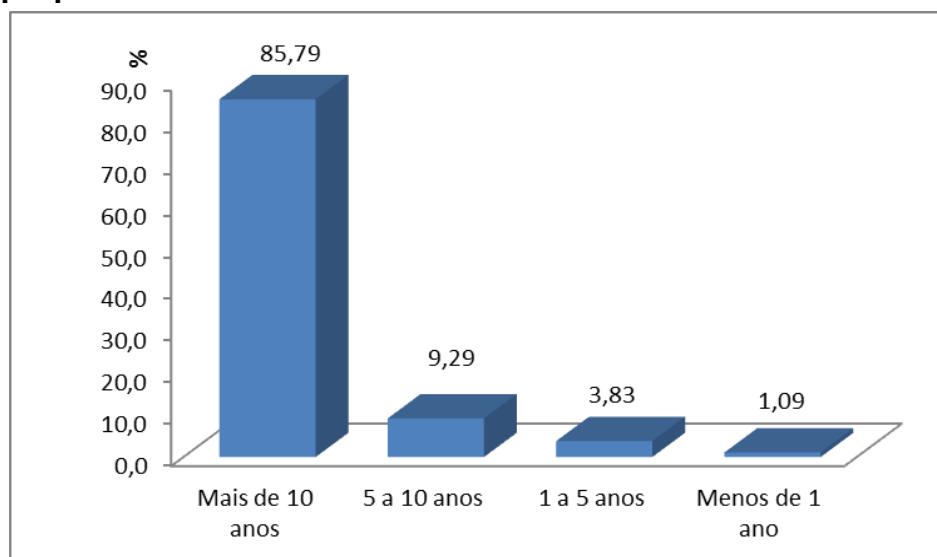
Das 209 famílias entrevistadas, 25 responderam que ganham um salário, 15 afirmaram que recebem entre um e dois salários e, apenas 01 chefe de família alegou que ganha mais de dois salários mínimos. Os demais entrevistados que compõem a amostra estatística (168 entrevistados) não souberam responder quanto ao valor da renda mensal. A má distribuição da renda e a exploração do trabalho são fatores que estão intimamente ligados e que contribuem para impedir que, a maioria das pessoas tenha acesso a riqueza produzida no espaço de forma justa e igualitária.

Dessa forma, mediante as informações expostas tanto na tabela 02 quanto no relato fornecido pelo morador do Sítio Pedrinhas, podemos constatar a exploração do trabalhador pela empresa e certa desigualdade social que se faz presente, também no meio rural do município de Ipanguaçu, uma vez que a maioria dos sujeitos entrevistados afirmaram receber um salário mínimo, enquanto apenas um indivíduo revelou que ganha mais de dois salários. Isso, entre outros fatores, só reforça ainda mais a ideia da concentração da renda e da riqueza nas mãos de um pequeno grupo de privilegiados, o que influencia e compromete o desenvolvimento social dos moradores das áreas pesquisadas.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Ao analisarmos o tempo de trabalho exercido pelos trabalhadores na empresa, com mais de cinco anos (50%), esse fato é esclarecedor e demonstra que a presença da Del Monte Fresh Produce, também foi um fator de atração e de permanência de muitos trabalhadores, como expressa na área pesquisada os dados do gráfico 04, uma vez que revelam um índice acentuado de pessoas que residem há mais de dez anos nas áreas em que realizamos a pesquisa.

Gráfico 04: Tempo de residência dos trabalhadores nas áreas pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Dessa forma, das 209 famílias entrevistadas mais de 85,79% afirmaram que chegaram a Ipanguaçu por volta de dez anos ou mais, como revela os dados do gráfico 04. Esse dado estatístico não é um mero acaso, pois denota um maior fluxo de pessoas oriundas de outros municípios, como Itajá, Açu, Afonso Bezerra, carnaubais e São Rafael, em direção ao município de Ipanguaçu a procura de emprego, sobretudo na Del Monte Fresh Produce.

Enquanto que nos anos mais recentes há uma queda nesse indicador. Entre outros fatores, isso se deve ao fato do mercado de trabalho assalariado no meio rural desse município estar, de certa forma, saturado, uma vez que com a enchente ocorrida no ano de 2003, resultou no alagamento de boa parte das propriedades rurais localizadas nas áreas úmidas, acarretando perda na produtividade da fruticultura irrigada e paralização das atividades nas áreas mais afetadas pela inundação.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Além disso, o uso intensivo de equipamentos agrícolas, máquinas e, sobretudo agrotóxico, os quais têm se tornado ferramentas quase que indispensáveis no processo de produção das unidades produtivas são fatores que se posicionam como atenuantes e inibidores de contratação de mão de obra, uma vez que com o processo de mecanização e o intenso emprego da ciência no campo tem como principal finalidade poupar força de trabalho, ou seja, a substituição da mão de obra humana pela máquina, sendo uma das consequências do processo de expansão capitalista no meio rural (Tabela 03).

De acordo com os dados obtidos durante o trabalho de campo, do total de 209 famílias entrevistas, 105 afirmaram trabalhar na agricultura na condição de pequeno proprietário rural, parceiro ou arrendatário, sendo que 100% desse universo alegaram fazer uso de algum tipo de máquinas e/ou de equipamentos agrícolas. Percebe-se, então, que há uma grande difusão de novas práticas agrícolas nas áreas ora pesquisadas, o que caracteriza que a expansão capitalista no meio rural de Ipanguaçu é uma realidade que cada dia se expressa, também, nas pequenas unidades de produção.

Os demais entrevistados (das) que integram essa amostragem (104 famílias entrevistadas) desenvolvem atividades agrícolas no regime de trabalho formal ou assalariamento temporário, tanto nos grandes, médios e pequenos estabelecimentos rurais quanto em outras empresas (cerâmicas, hotéis, prefeitura etc.).

Tabela 03: Principais máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas pequenas unidades de produção

Máquinas e equipamentos	Freq.	%
Trator, enxada, bomba de pulverização, fertilizantes químicos	79	37.79904
Trator, equipamento de irrigação, fertilizantes e defensivos químicos, etc.	16	7.655502
Trator, equipamentos de irrigação e bomba de pulverização	7	3.349282
Trator, capinadeira, adubo orgânico, enxada e fertilizante químico	1	0.478469
Trator, roçadeira, adubo orgânico e enxada	1	0.478469
Trator, capinadeira e enxada	1	0.478469
Não respondeu	104	49.76077
Total	209	100

Fonte: Pesquisa de campo. fevereiro de 2014.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Isso não significa dizer que os camponeses das áreas da presente pesquisa tenham se transformado em pequenos capitalistas. Mas, de acordo com os dados apresentados na tabela 03 é possível inferir que há um processo de expansão capitalista em curso e que vem influenciando para alterar as formas de produção tradicional com base no trabalho familiar e nas condições naturais.

Devemos ressaltar que, esses dados são referentes às áreas ora pesquisadas, áreas estas em que há presença de pequenas unidades de produção. Assim, podemos perceber que mesmo nas pequenas propriedades rurais há um intenso uso de máquinas e insumos agrícolas, uma vez que todas as famílias entrevistadas, as quais afirmaram desenvolver atividades agrícolas, responderam que fazem uso de trator e/ou de algum tipo de equipamento e insumo agrícola no processo de produção.

O uso de máquinas e equipamentos agrícolas são técnicas que cada dia vem sendo absorvida pelos pequenos produtores nas áreas onde realizamos a pesquisa, demonstrando, portanto, a subordinação do camponês à lógica capitalista. No entanto, o que mais nos impressionou foi o percentual de camponeses (78%) que afirmaram utilizar agrotóxicos no combate às pragas e ervas daninha, algo que até recentemente era combatido exclusivamente por meio do uso de enxada.

Já com relação ao uso de agrotóxico, sobretudo herbicida, pelos camponeses tem sido uma prática comum nos últimos anos. Isso ocorre devido a dois fatores primordiais: Primeiro, porque se trata de um produto que é mais acessível ao camponês, tanto em facilidade para adquirí-lo no comércio quanto com relação ao preço do produto. Segundo, essa demanda pelo uso do agrotóxico se deve ao fato de que os jovens, geralmente, não querem continuar a desenvolver atividades agrícolas. Isso reduz a quantidade de mão de obra familiar para desempenhar certas funções mais laboriosas, a exemplo da “limpa do mato”.

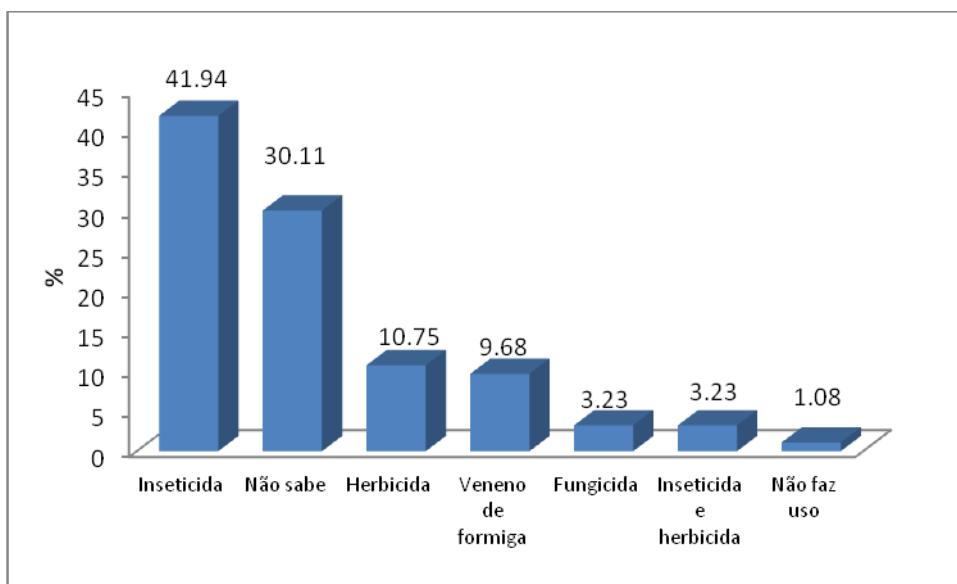
Além da utilização para combater as ervas daninhas, os agrotóxicos têm sido utilizados nos estabelecimentos rurais dos camponeses tanto na produção de frutas tropicais quanto nas lavouras de feijão, abóbora, milho e batata doce. Produtos estes, que são característicos da agricultura campesina. Os principais tipos de agrotóxicos utilizados pelos camponeses das áreas pesquisadas são os inseticidas, herbicidas e fungicidas, respectivamente.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Dentre os 209 sujeitos entrevistados, 104 exercem funções em pequenas, médias e grandes propriedades rurais na condição de trabalhador assalariado permanente ou sazonal (temporário). 105 responderam que desempenham atividades agrícolas em pequenas propriedades rurais na condição de proprietário, de arrendatário ou em parceria. Deste universo de entrevistados, todos afirmaram que utilizam algum tipo de defensivo químico e/ou fertilizante, sendo que mais de 50% afirmaram usar inseticidas e herbicidas no trato de suas lavouras. Isso torna ainda mais grave quando constatamos que 30,11% fazem uso do veneno, mais não sabem especificar em que tipo de cultura ou para combater que tipo de praga. Esse fato revela a ausência de conhecimento/orientação técnica, o que compromete o meio ambiente e coloca em risco a vida daqueles que fazem uso indiscriminado de agrotóxico (gráfico 05).

Os dados contidos no gráfico 05, também expressam que alguns entrevistados afirmaram que ainda não utilizam agrotóxicos nas suas lavouras. No entanto, pretendem utilizar, pois, isso, segundo os sujeitos entrevistados, possibilitará o aumento da produtividade e o combate às pragas com maior rapidez e eficácia.

Gráfico 05: Percentual de agrotóxicos utilizados pelos camponeses, segundo as áreas pesquisadas.



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Na maioria dos casos, os defensivos químicos são adquiridos pelos camponeses sem nenhuma restrição e orientação quanto ao uso e manuseio com o produto, bem como os possíveis danos que esses produtos poderão acarretar a saúde das pessoas que estão em contato direto com o agrotóxico. Problemas esses, que poderão ser irreversíveis, como mostra quadro 01.

Quadro 01: Sintomas das intoxicações, aguda e crônica, de acordo com a classificação dos agrotóxicos

Classificação	Sintomas de Intoxicação Aguda	Sintomas de Intoxicação Crônica
Inseticida	Cólicas, Convulsões, Vômitos, irritação conjuntivas.	Lesões hepáticas e renais, Arritmias Cardiacas, alergias, asma.
Herbicida	Perda de apetite, Dificuldade Respiratória, enjoos e sangramento nasal.	Cânceres, Lesões hepáticas, fibrose pulmonar.
Fungicida	Tonteiras, tremores musculares, vômitos, dor de cabeça.	Alergias Respiratórias, Parkinson, Cânceres.

Fonte: SILVA, 2014.

Como foi exposto no quadro 01, percebemos o quanto é perigoso o uso desses defensivos químicos, bem como os problemas de saúde e as doenças que eles podem provocar a saúde das pessoas que estão lhe dando diretamente com esses produtos tóxicos, no dia a dia. Mesmo assim, por falta de conhecimento e/ou por puro descaso, alguns indivíduos ignoram esses riscos ao utilizá-los sem os devidos equipamentos de proteção, o que poderia amenizar alguns problemas causados pelos agrotóxicos.

Durante o trabalho de campo foram colhidas várias informações junto aos camponeses entrevistados, os quais informaram usar vários tipos de inseticidas, herbicidas e fertilizantes. Produtos esses que, em sua grande maioria, são fabricados fora do Brasil (Quadro 02), o que expressa ainda mais o nível de intensificação do processo de industrialização da agricultura nas áreas pesquisadas e o grau de conexão destas áreas com a agricultura globalizada.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Quadro 02: Tipo de agrotóxicos utilizados pelos camponeses, segundo a classe, classificação toxicológica e fabricante

AGROTÓXICOS	CLASSE	CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA	FABRICANTE
Lannate	Inseticida	I - Extremamente tóxico	E. I. du Pont La Port Plant. Texas – EUA
Agritoato 400	Inseticida	I – Extremamente tóxico	Nufarm Indústria Química e Farmacéutica S/A – CE, Brasil
Gramaxone 200	Herbicida	I – Extremamente tóxico	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. Paulina-SP, Brasil (Filiada a uma empresa chinesa – Syngenta Nantong Crop Protection Limited- Inglaterra e Bélgica)
Vertimec 018c	Inseticida	I – Extremamente tóxico	Syngenta Crop Protection Ltda. Lisboa – Portugal
Fertilizante Foliar	Fertilizante químico	-	Ajinomoto do Brasil (filial). Matriz, Tóquio – Japão
Karate Zeon 250 cs	Inseticida	III Medianamente tóxico	Syngenta Nantong Crop Protection Limited - Inglaterra e Bélgica
Decis 25 EC	Inseticida	III Medianamente Tóxico	Bayer CorpScience S. A. Lyon – França
Furadam 350 SC	Inseticida	I Extremamente Tóxico	FMC Corporation – 100 Niagara Street – Middleport Ny – EUA
Atrazina Nortox 500 SC	Herbicida	III medianamente tóxico, II Produto muito perigoso ao meio ambiente	NORTOX S/A – Araponga – PR. Brasil
Sanson 40 SC	Herbicida	IV Pouco Tóxico, II Produto perigoso ao meio ambiente	ISHIHARA SANG yo KAISHA, Ltd – Japão

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.
Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).

Pelo que foi exposto ao longo deste item percebe-se o quanto é perigoso o emprego desses produtos químicos na agricultura. Isso é ainda mais grave quando constatamos que apenas 22,86% dos sujeitos entrevistados afirmaram que fazem uso de máscaras (08 famílias entrevistadas) e, 48,57% alegaram que utilizam luvas quando estão desenvolvendo suas atividades (17 famílias entrevistadas).

Além disso, boa parte dos entrevistados não tem a noção de como manusear corretamente os venenos nas suas lavouras ou no cultivo da banana na Del Monte Fresh Produce. Apenas 28 das 209 famílias entrevistadas responderam que tem conhecimento quanto à aplicação dos defensivos químicos. Constatamos, ainda, nos trabalhos de campo que há baixos percentuais de uso de equipamentos de proteção individual (EPI), apenas 3,03% dos entrevistados (01 família entrevista) alegaram fazer uso de todos os

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

equipamentos de segurança ao desempenhar determinadas atividades agrícolas (Gráfico 06).

Gráfico 06: Tipos de equipamentos de segurança utilizados pelos camponeses da área da pesquisa

Equipamentos (1)	Freq.	%
Botas	31	86.11
Luvas	17	48.57
Fardamentos	9	25.71
Capacetes	8	22.86
Máscaras	8	22.86
Todos os equipamentos	1	100
Outros	135	3.03
Total	209	+ De 100%

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014

Devemos ressaltar que os percentuais contidos no gráfico 06, extrapolam o percentual de mais de 100%, tendo em vista que alguns entrevistados fazem uso de mais de um equipamento de proteção individual. Isso acontece por se tratar de questões de múltipla escolha, possibilitando que o sujeito entrevistado tenha a opção de escolher entre uma ou mais alternativas. Por esta razão, a soma de todos os dados supera o valor de 100%.

Como ressaltamos anteriormente, a maioria dos camponeses não tem a noção do risco de contaminação ao serem expostos a determinados produtos tóxicos. A intoxicação por agrotóxicos podem ser leve ou grave, isso vai de acordo com a capacidade toxicológica que determinado defensivo químico possui. Esse grau de intoxicação pode ser detectado conforme a cor da tarja que está explícita na embalagem de cada produto químico, como pode ser observado no quadro 03.

Quadro 03: Classificação Toxicológica dos agrotóxicos

GRUPOS	DOSE LETAL (DL)	COR DOS RÓTULOS
Extremamente Tóxico	< 5 mg/kg	Vermelho
Muito Tóxico	- 50 a 500 mg/kg	Amarelo
Moderadamente Tóxico	- 500 a 5000 mg/kg	Azul
Pouco Tóxico	5000 +	Verde

Fonte: SILVA, 2014

Org. José Edvaldo Lopes

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

O que nos intriga é saber que a maioria desses defensivos químicos recebem registros no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para atuar no mercado livremente, sem nenhuma restrição, provocando vários danos ao meio ambiente e a saúde pública. Porém, os órgãos competentes pouco fazem para inibir a comercialização desses produtos, pois os interesses capitalistas sobressaem aos anseios daqueles que defendem o desenvolvimento de uma agricultura orgânica, livre de venenos. Mas, infelizmente, o que notamos é a proliferação dos agrotóxicos em todos os níveis de produção, seja na agricultura capitalista ou na pequena unidade de produção.

Como pode ser observado no quadro 03, dependendo do tipo de agrotóxico, os trabalhadores que estiverem expostos ao produto poderão ingerir ou absorver grandes dosagens de venenos, podendo ser contaminados por inalação ou pelo contato direto com o veneno quando absorvido pela pele humana, o que poderá provocar cegueira, problemas nos ossos e, até mesmo a morte.

Nas áreas ora pesquisadas, a agricultura campesina vem passando por grandes transformações nas últimas décadas, as quais vêm absorvendo cada vez as práticas capitalistas. Nota-se nestas áreas certa mudança nas relações de trabalho nas pequenas unidades produtivas onde alguns pequenos camponeses vêm aderindo à mão de obra contratada no seu processo produtivo, mesmo que de forma ainda tímida, como ilustra a tabela 04.

Tabela 04: Mão de obra utilizada nas pequenas unidades de produção

Trabalha na terra	Freq.	%
Apenas com sua família	82	74.55
Utiliza mão de obra familiar e contratada	27	24.55
Apenas com mão de obra assalariada	1	0.91
Total	110	100

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014

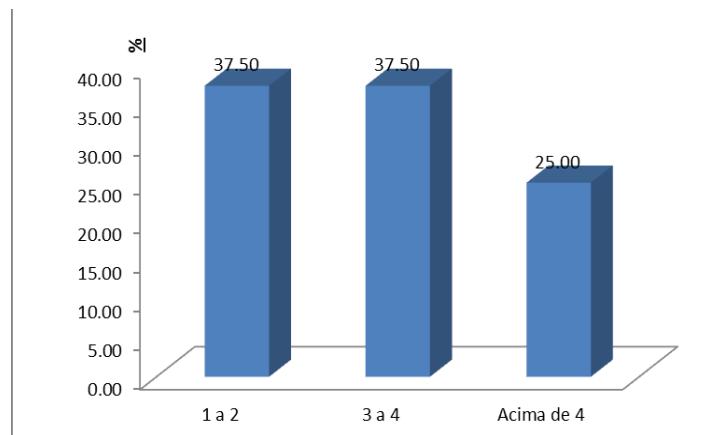
Como foi esboçado na tabela 04 percebemos, também, que nos pequenos estabelecimentos rurais há presença da força de trabalho remunerada, tanto na forma de diária (assalariamento temporário ou sazonal) quanto no regime assalariado (trabalho formal), fato que no período em que predominou a agricultura não-capitalista, essas

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

unidades de produção tinha por base, exclusivamente, a mão de obra familiar. As demais 99 famílias entrevistadas que compõem o quadro da amostragem estatística desenvolvem atividades assalariadas (na condição de trabalhador permanente ou temporário) nas empresas localizadas nas áreas pesquisadas, sobretudo na multinacional Del Monte Fresh Produce.

Algumas famílias camponesas ao serem entrevistadas, afirmaram contratar mão de obra em virtude da necessidade que as mesmas têm para desenvolver a sua produção, uma vez que o núcleo familiar é insuficiente para realizar tal processo produtivo. De acordo com essas famílias, por se tratar de uma unidade de produção que visa atender o mercado e em decorrência da agricultura irrigada exigir certa quantidade de força de trabalho, assim, buscam contratar um ou mais trabalhadores para suprir essa carência, como pode ser notado no gráfico 07.

Gráfico 07: Quantidade de trabalhadores contratados nas pequenas unidades de produção



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Nesse entendimento, de acordo com os dados contidos no gráfico 07, das 105 famílias entrevistadas que alegaram desenvolver atividades agrícolas, destes 28 afirmaram que contratam mão de obra, entre 1 a 4 trabalhadores, tanto na forma de pagamento por diária (em período sazonal) quanto por meio do assalariamento permanente (trabalho formal), somando um total de trinta e dois trabalhadores contratados pelos pequenos produtores rurais.

A partir do exposto foi possível observar algumas alterações na base técnica da produção da agricultura campesina. Esta, após o advento do avanço do capital e sua

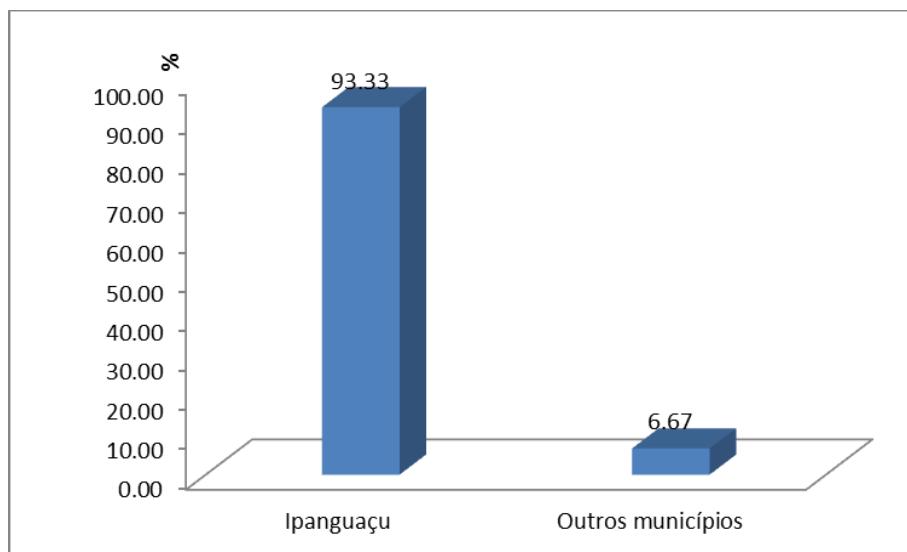
A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

territorialização no meio rural do município de Ipanguaçu tem contribuído direto e/ou indiretamente para a reestruturação produtiva do território não somente nas áreas onde está sob o domínio do capital, mas, também nas unidades de produção as quais ainda estão sob o comando dos camponeses, uma vez que constatamos o emprego de capital variável¹⁵ no processo de produção agrícola realizado nas pequenas unidades de produção, chegando ao percentual de 37% dos pequenos proprietários que contratam força de trabalho remunerada.

Vale salientar que, desses 37% dos sujeitos que alegaram contratar força de trabalho, mais de 31% disseram que contratam mão de obra durante todo período do ano, pois segundo os entrevistados, a agricultura irrigada requer cuidados quase que diariamente, tanto com relação ao plantio, tratos com as lavouras e colheita, quanto no que desrespeito as atividades de irrigação das culturas, indispensáveis para o desenvolvimento das plantas.

Constatamos, ainda, que boa parte dos trabalhadores contratados pelos pequenos camponeses é do próprio município de Ipanguaçu, sendo que uma pequena parcela dessa mão de obra vem dos municípios vizinhos, compondo assim o quadro de funcionários que desenvolvem as atividades nas pequenas unidades de produção, como revela o gráfico 08.

Gráfico 08: Origem da mão de obra contratada pelos camponeses



Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

¹⁵ Capital variável é aquele empregado para a aquisição da força de trabalho (ver David Harvey, 2005).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

De acordo com os dados contidos no gráfico 08 observamos que mais de 90% da mão de obra contratada nos pequenos estabelecimentos rurais são do próprio município de Ipanguaçu e 6,67% são oriundos dos municípios de Itajá, Afonso Bezerra e Açu, segundo os depoimentos dos sujeitos entrevistados.

De acordo com o que foi exposto podemos afirmar que a industrialização da agricultura está presente em todos os níveis do processo produtivo, mesmo que essa industrialização se configure de forma desigual no campo, pois, mediante a todo o processo de desenvolvimento técnico científico informacional apropriado pelos médios e grandes capitalistas, os pequenos camponeses os quais estão à margem desse desenvolvimento tecnológico, têm maior acessibilidade apenas aos insumos agrícolas a exemplo dos agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Isso é um grande problema não só para o meio natural, mas, também para a saúde da população em geral do município de Ipanguaçu, uma vez que cada dia vem intensificando-se o uso de agrotóxicos por pequenos camponeses. Isso significa dizer que nós estamos consumindo cada vez mais produtos agrícolas com certo teor de veneno. O que não é nada agradável para a nossa saúde.

Durante o trabalho de campo foi possível diagnosticar o intenso uso de defensivos químicos e de equipamentos agrícolas (sobretudo equipamentos de irrigação, bomba de pulverização e trator) nas pequenas unidades de produção. Essas tecnologias agrícolas têm sido mais acessíveis para os médios e grandes proprietários de terras nas áreas pesquisadas.

Enquanto isso, aqueles que trabalham na condição de pequenos proprietários rurais, arrendatários e camponeses sem terra, os quais desenvolvem a agricultura de sequeiro, vêm tendo algumas dificuldades para cultivar a terra, a saber: as variações climáticas (seca), burocracia na obtenção de empréstimo financeiro junto às instituições públicas, dificuldades de acesso a terra, juros altos, incertezas na comercialização da produção, como podemos evidenciar na Tabela 05.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Tabela 05: Principais dificuldades dos camponeses para cultivar a terra

Principais dificuldades	Frequência	%
Falta de transporte	1	0.47847
Arrendamento	1	0.47847
Falta de credito agrícola	10	4.78469
Dificuldade para conseguir trator na prefeitura	2	0.95694
Falta de incentivo para comercializar a produção	1	0.47847
Falta de assistência técnica	6	2.87081
Tarifa de energia alta	4	1.91388
Enchente	1	0.47847
Escassez de mão de obra	1	0.47847
Seca	2	0.95694
Falta de terra para plantar	2	0.95694
Desvalorização da produção	1	0.47847
Dificuldade para adquirir empréstimo bancário	2	0.95694
Idade avançada	1	0.47847
Outros	174	83.2536
Total	209	100

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Os depoimentos de duas famílias entrevistadas durante o trabalho de campo, são elucidativos para compreendermos melhor as principais dificuldades em que as famílias camponesas têm em cultivar a terra e permanecer trabalhando na agricultura:

A terra que tenho é pouca... É muito difícil conseguir crédito porque pedem muitos documentos... É muito difícil pra pobre... (L. de O. Pinto. 55 anos. Sítio Ubarana, Ipanguaçu-RN).

Não ter a terra para plantar..., Aí..., fica muito difícil... Tenho vontade de produzir na terra própria, mas não tenho como comprar e se manter nela... (J. D. do Nascimento. 54 anos. Sítio Pedrinhas, Ipanguaçu-RN).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Como podemos observar nos relatos dos sujeitos entrevistados, os camponeses que possuem terras se queixão, sobretudo das dificuldades para conseguir empréstimo bancário, enquanto aqueles que não possuem terras lamentam o fato de não possuir dinheiro para comprá-la. Então, são vários os questionamentos feitos pelos pequenos camponeses das áreas pesquisadas.

Portanto, observa-se nas áreas pesquisadas alterações na base técnica da agricultura e nas relações de produção, sobretudo nas últimas duas décadas. A partir de então, no período em que passou a predominar a agricultura capitalista é evidenciado um processo de compra de terras, principalmente, pela multinacional Del Monte Fresh Produce nessas áreas. Esse processo de aquisição de terras no Brasil por empresas estrangeiras é um problema que também se expressa no Vale do Açu e, especialmente, no município de Ipanguaçu, o que iremos abordar na próxima seção logo a seguir.

3.5 Expansão do Agronegócio e a Apropriação das Terras Pela Del Monte Fresh Produce

A questão da aquisição de terras no Brasil é um problema que perpassa as fronteiras das diversas instâncias políticas do país. A estrangeirização das terras no território brasileiro é um fato que teve seu processo agravado no período da Ditadura Militar. Durante esse período, há indícios de várias ações fraudulentas praticadas por cartórios (grilagem de terras) e órgãos públicos, a exemplo do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o INDA, os quais legalizavam o acesso e a compra de terras por estrangeiros no Brasil, entre os anos de 1964 a 1970 (OLIVEIRA, 2010).

Em decorrência das práticas ilícitas, o Congresso Nacional, em 1968, criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias referentes à compra ilegal de terras por estrangeiros no Brasil. Como resultado dos trabalhos desta CPI foi constatado que houve várias irregularidades praticadas por funcionários dessas instituições no processo de aquisição de terras no país, sobretudo, na Amazônia.

De acordo com Oliveira (2010), investigar esse problema é um tanto quanto complicado, requer paciência e estudos aprofundados, pois muitas propriedades rurais estão mantidas em nome de brasileiros, os denominados “testas de ferro”, com a finalidade de burlar as leis brasileiras e escamotear os verdadeiros donos. Após várias décadas de estudo pode ser observado que essas ações tratavam-se de estratégias bem

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

articuladas com o propósito de permitir as empresas estrangeiras e nacionais o direito de se apropriarem das riquezas naturais do Brasil. Estratégias estas as quais faziam parte de uma política adotada pelos governos militares.

Conforme dados do relatório da CPI, mais de 20 milhões de hectares de terras brasileiras (mais de 15 milhões, só na Amazônia) estão em poder de grupos estrangeiros, ao que equivale a uma superfície superior a ocupada por muitos estados brasileiros (OLIVEIRA, 2010).

Nessa perspectiva, segundo esse autor, o Regime Militar procurou disfarçar a verdadeira intenção de seus planos em que tinham como pano de fundo à internacionalização da economia brasileira. Por trás da falsa bandeira ‘nacionalista’, os governos militares entregaram boa parte das riquezas naturais do país.

Em virtude de alguns escândalos que envolvia a compra de terras por estrangeiros, com base no Al-5, o General Costa e Silva, assinou em 30 de Janeiro de 1969, o Ato Complementar nº 454, designando que à aquisição de terras no Brasil só poderia ser adquirida por brasileiro ou por estrangeiro residente no país (ou aquele que possuísse permanência definitiva). O referido Ato Complementar foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 494 de 10 de março de 1969, o qual passou a estabelecer regras para a aquisição de terra por estrangeiros, bem como a proibição à concessão, posse ou venda de propriedades rurais pertencentes à União ou aos estados. Assim, o governo poderia exercer o instrumento legal no que se refere à desapropriação de terras pertencentes a estrangeiros.

Para Oliveira (2010), essa foi mais uma das estratégias realizada pelo governo militar para atrair a ‘facção nacionalista’ das Forças Armadas com o intuito de consolidar a Ditadura Militar, pois no fundo, prevalecia a real intenção para abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, uma vez que a referida lei não possuía nenhum caráter retroativo. Além do mais, em 10 de outubro de 1969, a Ditadura Militar excluiu das disposições do Decreto-Lei nº 494, as áreas rurais consideradas estratégicas para à instalação de projetos industriais de interesse para o desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, deixava claro que os projetos agropecuários e industriais poderiam ser executados em qualquer parte do território brasileiro, desde que alegassem que eventuais áreas eram consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico do país.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Já no ano de 1971, durante o governo do General Médici, o qual tinha a maioria absoluta dos parlamentares, foi aprovada a Lei nº 5.709/7/10/71, em substituição a anterior, estabelecendo que o acesso a terra por estrangeiro só poderia ocorrer àquelas pessoas residentes no país ou pessoa jurídica estrangeira munida com a autorização para exercer o domínio sobre a terra. Mais uma vez, o governo se posicionou como mediador para diluir as restrições e abrir o mercado de terras para o capital estrangeiro, bem como ampliava o leque de oportunidades para regularização das propriedades rurais adquiridas por meio ilícito e fraudulentos, cometidos no período anterior ao Decreto-Lei de 10/03/69. (OLIVEIRA, 2010).

Segundo o mesmo autor, isso seria possível, uma vez que a referida lei, ao contrário do Ato Complementar e do Decreto-Lei, permitia que os grupos estrangeiros que tivessem adquirido terras antes de 1969 pudessem ter um prazo para regularizar a sua propriedade, bem como concedia ao presidente da República, por meio do decreto, o poder de autorizar a obtenção de terras por pessoas ou grupos estrangeiros além dos limites estabelecidos pela lei, desde que a área territorial fosse considerada estratégica para o desenvolvimento econômico do país. Assim, ficava determinado, pela lei, que a pessoa física estrangeira poderia adquirir até 10% do total das terras de um dado município.

Para complicar ainda mais a situação, o ex-ministro da agricultura no governo militar, Alysson Paulinelli, dava conselhos a empresários estrangeiros para driblar a lei brasileira, afirmado durante uma conversa que para adquirir uma área maior de terras, bastava apenas que eles comprassem uma propriedade nas proximidades com outro município. Assim, o indivíduo poderia adquirir 10% de terras num município “A” e, 10% num município “B”, o que somaria percentual de 20% do total de terras adquiridas. (OLIVEIRA, 2010).

No início da década de 1970 foi criada a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, com o objetivo de regulamentar a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil. Ela passou a estabelecer que o grupo ou pessoa física estrangeira, não podia ocupar mais do que 50 módulos fiscais. Acontece que o tamanho de um módulo fiscal varia de acordo com o município, pois cada um tem um valor específico. Em alguns municípios, o menor módulo equivale a 5 hectares e o maior corresponde a 110 hectares.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Porém, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que ocorreu a remoção de vários obstáculos que impediam a ampliação da entrada do capital estrangeiro, uma vez que a Emenda Constitucional Nº 06 revogou o artigo 171 da Constituição Federal de 1988. Esse artigo estabelecia a distinção entre pessoa jurídica de capital estrangeiro e nacional. De acordo com o Parecer nº GQ-181 de 17 de dezembro de 1998, o qual reexaminou o Parecer nº AGU/LA-04/94, da Consultoria Geral da União (CGU), referente a questões sobre a aquisição de terras por estrangeiro, definiu que toda pessoa jurídica brasileira, mesmo tendo como sócio pessoa estrangeira, seja qualquer que fosse o valor do investimento financeiro, sendo essa pessoa física ou jurídica, não haveria mais a necessidade de obter autorização para adquirir propriedades rurais no Brasil. Esse parecer teve sua validação até 2010, sendo substituído pelo Parecer CGU/AGU Nº 01/2008-RVJ/10, o qual deu a autonomia ao INCRA de vistoriar as terras adquiridas por estrangeiros. Atualmente, os instrumentos legais que regem o acesso a terras por estrangeiros são os seguintes: Lei 5.709/71 e a Lei 6.634/79; o Decreto 74.695/74 e o Decreto 85.064/80; Decreto 4.449/02 e Decreto 5.570/05; Constituição Federal de 1988 o artigo 170, I, II e II, e os artigos 172 e 190 e a Lei 10.267/01 (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com essa legislação em vigor, os Cartórios de Registro de Imóveis têm a incumbência de informar ao INCRA os serviços de registros de imóveis rurais e as modificações ocorridas nas matrículas desses imóveis (titularidade, desmembramento, loteamento, retificação de áreas, remembramento etc.).

Quanto aos requisitos para obtenção de imóveis rurais ou arrendamento de terras por estrangeiros, o INCRA estabelece alguns critérios, dentre os quais se destacam: a pessoa deve residir no Brasil e possuir a autorização para funcionar no País; ter o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis e no cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR); o imóvel que estiver localizado em área de Segurança Nacional deve obter o consentimento prévio do Conselho Nacional de Defesa; no caso da área igual ou inferior a 03 Módulos de Exploração Indefinida (MEI) não necessita de autorização do INCRA, exceto aquela que se caracterizar como a segunda aquisição de imóvel em área de segurança nacional; a propriedade rural não pode ultrapassar 1/4 da área do município onde o imóvel está situado; as pessoas de mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada município, de mais de 40% do limite fixado, que é de 1/4 da área do município (OLIVEIRA, 2010).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Apesar de algumas restrições feitas pelo INCRA, no sentido de dificultar a concentração fundiária e a apropriação de terras por estrangeiros, nos últimos anos tem-se constatado o crescimento dessa prática. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, houve uma ampliação das propriedades rurais acima de mil hectares. Esses dados podem ser comprovados nas séries estatísticas de 1985, 1995 e 2006 (SAUER; LEITE, 2012).

Segundo esses autores, os estabelecimentos rurais com área menor que dez hectares representam em média 47% do total das unidades, sendo que ocupam apenas 2,7 da área total das propriedades rurais, o equivalente a 7,8 milhões de hectares. Em contrapartida, as áreas superiores a mil hectares correspondem a 0,91% do total das propriedades rurais e detém mais de 43% da área total, o que corresponde a 146,6 milhões de hectares.

Segundo estudos encomendados pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) houve um crescimento acentuado de investimentos estrangeiros no país, nas últimas décadas, sendo detectada a existência de **34.371.100,00** (Trinta e quatro milhões, trezentos setenta e um mil e cem imóveis) registros de imóveis sob o domínio de estrangeiros em 2008, o que equivale a uma área correspondente a 4.349.074,00 hectares de terras (SAUER; LEITE, 2010). Os dados contidos na tabela 06 ilustra bem o processo de concentração fundiária e a estrangeirização das terras no país.

Tabela 06: Número e área de imóveis rurais sob posse de estrangeiros no Brasil (Brasil – maio de 2010).

Estados	N. de Imóveis	Área (ha)	Área (%)
Rondônia	1.19 0,35	29.242,00	0,67
Acre	26 0,08	13.799,68	0,32
Amazonas	3.07 0,89	232.021,68	5,33
Roraima	66 0,19	27.729,49	0,64
Pará	1.143,33	235.628,39	5,42
Amapá	15 0,04	6.228,00	0,14
Tocantins	1.81 0,53	109.517,18	2,52
Maranhão	1.84 0,54	70.135,35	1,61
Piauí	82 0,24	58.770,32	1,35

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Ceará	4.01 1,17	34.734,45	0,80
Rio G. do Norte	1.28 0,37	20.806,69	0,48
Paraíba	2.48 0,72	6.828,47	0,16
Pernambuco	3.68 1,07	9.667,19	0,22
Alagoas	1.01 0,29	13.577,66	0,31
Sergipe	81 0,24	3.439,45	0,08
Bahia	2.192,38	368.888,05	8,48
Minas Gerais	2.639,68	491.548,57	11,30
Espírito Santo	3.04 0,88	19.770,66	0,45
Rio de Janeiro	2.110,14	85.284,78	1,96
São Paulo	12.291,76	491.437,42	11,30
Paraná	5.130,93	299.061,84	6,88
Santa Catarina	1.290,75	54.605,77	1,26
Rio G. do Sul	1.895,51	113.801,07	2,62
Mato Grosso Sul	7.81 2,27	473.325,65	10,88
Mato Grosso	1.229,58	844.279,92	19,41
Goiás	8.43 2,45	230.629,91	5,30
Distrito Federal	2.17 0,63	4.314,36	0,10
Total: Brasil	34.371.100,00	4.349.074,00	100,00

Fonte: SAUER; LEITE, 2010.

Organização: José Edvaldo Lopes

Com o intuito de inibir o processo de estrangeirização de terras, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) tem pressionado o governo para que estabeleça normas para limitar à compra de terras no Brasil por estrangeiros. Algumas manifestações populares, a exemplo da Marcha das Margaridas e do Movimento Sem Terra, têm cobrado do governo medidas que possam minimizar ou acabar com este processo. Uma das exigências feitas é que o poder público realize a revisão do parecer da Advocacia Geral da União de 1994, a qual impede o controle do Estado sobre o processo de aquisição de terras e de investimentos estrangeiros no campo, contrariando a Constituição Federal.

É nesse contexto socioeconômico e político que a Del Monte Fresh Produce, uma das três maiores empresas do mundo no ramo da fruticultura, se instalou no município de Ipanguaçu, na segunda metade da década de 1990, produzindo banana. Além desse município, ela também atua no Estado do Ceará, especificamente, nos municípios de Quixeré, com a produção de melão, e Limoeiro do Norte, com o cultivo de abacaxi.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1996 é registrado no Vale do Açu, especialmente no município de Ipanguaçu, uma grande concentração de terras. Ao analisarmos os dados referentes à condição do produtor nesse município, constatamos que a variável referente à condição de proprietário de terras, apresenta-se como o indicador mais expressivo, o que demonstra uma significativa concentração fundiária, uma vez que a maioria dos estabelecimentos rurais, acima de 1000 hectares, está de posse dos grandes proprietários rurais (Tabela 07).

Tabela 07: Caracterização dos estabelecimentos rurais, segundo a condição do produtor rural, município de Ipanguaçu (1996)

Tamanho/Área	Condição do Produtor			
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
0 a 50 hectares	28	0	0	0
50 a 100 hectares	2	2	0	0
100 a 200 hectares	0	0		0
200 a 500 hectares	11	0	11	0
500 a 1000 hectares	0	0	0	0
Acima de 1000 hectares	300	0	0	111

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996.

Como demonstra os dados contidos na tabela 07, há uma discrepância entre a variável correspondente a classe de proprietários e as demais, o que denota uma grande concentração de terras no município analisado. Esse fato é preocupante, ainda, ao percebermos que existe apenas 32 estabelecimentos rurais com áreas inferiores a 50 hectares, o que demonstra que as terras estão concentradas nas mãos de um pequeno grupo de pessoas.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelaram, ainda, que o indicador referente à condição de proprietário de terra com área acima de 1000 hectares, aumentou de 300 para 318 estabelecimentos rurais. Embora que a condição do produtor rural na forma de ocupação tenha aumentado de 111 para 121, correspondente a essa categoria. Ainda, assim, esses indivíduos tiveram suas áreas reduzidas. Os que se enquadram na variável com mais de 1000 hectares, após o Censo de 2006, passaram a ocupar áreas de terras com as dimensões entre 500 a 1000 hectares de terras, persistindo uma elevada concentração de terras no município de Ipanguaçu (Tabela 08).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

O aumento do indicador referente à propriedade rural com base na ocupação está relacionado à execução do Projeto Baixo-Açu, o qual possibilitou a distribuição de lotes de terras para alguns camponeses do Vale do Açu, sobretudo no município do Alto do Rodrigues. Porém, segundo o Sr. Francisco das Chagas, ex-secretário da agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, os títulos das terras correspondentes a esses lotes só serão repassados para os proprietários, mediante o pagamento de todas as parcelas. Como a maioria das famílias camponesas não realizou ainda o referido pagamento, a propriedade da terra é cadastrada no banco de dados do IBGE como área ocupada.

Tabela 08: Caracterização dos estabelecimentos rurais, segundo a condição do produtor rural, município de Ipanguaçu (2006)

Tamanho/Área	Condição do Produtor			
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
0 a 50 hectares	32	0	0	0
50 a 100 hectares	0	0	0	0
100 a 200 hectares	7	0	7	0
200 a 500 hectares	0	0	0	0
500 a 1000 hectares	10	10	0	121
Acima de 1000 hectares	318	0	0	0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

O aumento da concentração de terras no município de Ipanguaçu se deve a dois fatores: Primeiro, por esse município está localizado na área de abrangência do Projeto Baixo-Açu. Segundo, devido a Del Monte Fresh Produce ter intensificado a sua produção de bananas nas últimas décadas em Ipanguaçu e demais municípios vizinhos, a exemplo de Carnaubais, Pendências, Afonso Bezerra, Açu e Alto do Rodrigues, já que, segundo Reinaldo Chotten, das 9 fazendas localizadas no município de Ipanguaçu (cerca de 1700 hectares), apenas 4 fazendas estão em produtividade (700 hectares), em decorrência das enchentes ocorridas nessa região no início da década de 2000 e da variação climática nos últimos anos.

Mediante a esse fato, essa multinacional passou a empreender a expansão territorial para os supracitados municípios como forma de compensar a perda das áreas de terras em Ipanguaçu por inundação. Apesar de a mencionada enchente ter ocorrido há mais de dez anos, segundo esse funcionário, os seus reflexos são sentidos até hoje,

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

pois as áreas que foram inundadas, mesmo após a normalização do fluxo de águas do Rio Piranhas-Açu, as inundações deixaram o solo salinizado, o que compromete a prática da agricultura.

De acordo com o supervisor de controle de qualidade da Del Monte Fresh Produce, esta empresa possui 11 mil hectares de terra no Brasil. No Rio Grande do Norte, possui 3 mil e 650 hectares. Só no município de Ipanguaçu, ela detém 1700 hectares (Dados disponibilizados por meio de entrevista). Vale ressaltar, que essa extensão territorial abrange as áreas mais férteis e úmidas desse município. Então, podemos afirmar que a maior parte das terras, consideradas de boa qualidade estão de posse dessa multinacional.

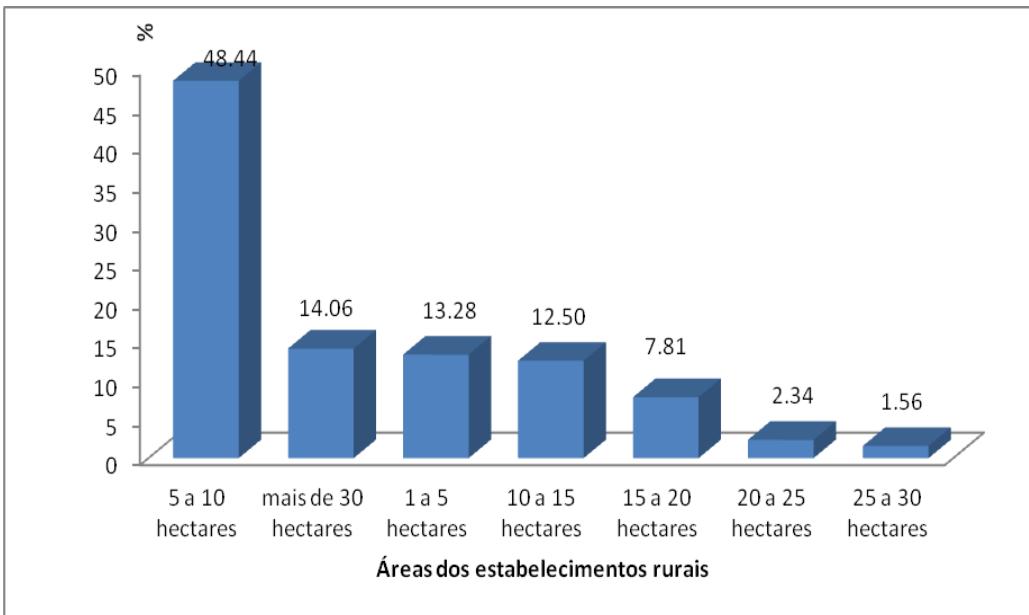
De acordo com os dados obtidos no trabalho de campo (gráfico 09), mesmo aquelas áreas onde o capital ainda não apropriou-se, esses dados revelaram que do total de 28 famílias entrevistadas que alegaram serem proprietárias de terras, 48,44% afirmaram possuir entre cinco a dez hectares de terra, enquanto que 14,06% responderam que detém mais de 30 hectares.

Apesar deste percentual ser inferior ao primeiro, ainda assim, ao compararmos o tamanho das unidades de produção daqueles que possuem mais de trinta hectares percebemos que a mesma supera a primeira em extensão de área, sem contabilizarmos as outras variáveis. Assim, essas informações só reforçam ainda o fato de existir uma significativa concentração de terra e desigualdades sociais nas áreas pesquisadas. Isso sem levar em consideração a extensão territorial, a qual está de posse da Del Monte Fresh Produce.

Essas ponderações, aliado aos dados obtidos em trabalho de campo, nos condiciona a pensar que o meio rural do município de Ipanguaçu vem evidenciando alterações na base técnica da agricultura, sobretudo após a expansão do agronegócio, o qual tem promovido o reordenamento espacial das áreas destinadas à produção da fruticultura irrigada ao apropriar-se de grandes extensões territoriais para engendrar novas relações de produção e de trabalho, pautado na lógica capitalista.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Gráfico 09: Propriedades rurais, segundo a sua extensão



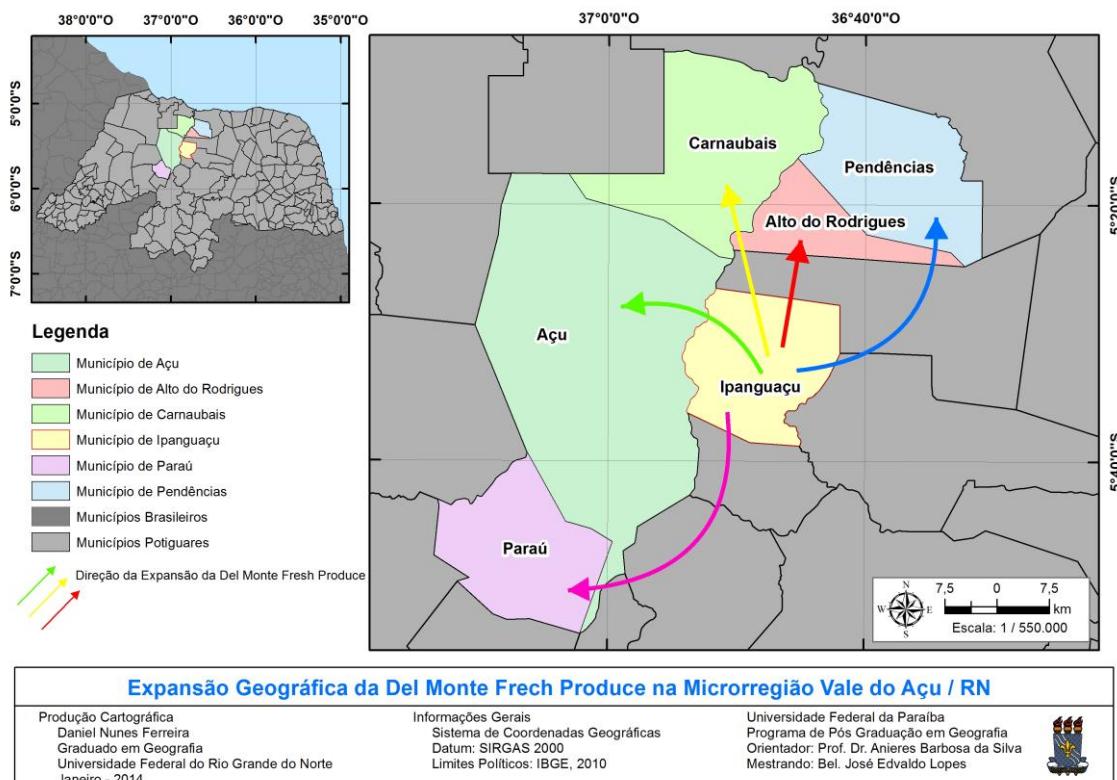
Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014

A Del Monte Fresh Produce ao se instalar na região do Vale do Açu, desde a década de 1990, vem comprando terras em Ipanguaçu e em outros municípios dessa microrregião, aumentando ainda mais a concentração de terras em suas mãos e a exploração do trabalho assalariado, promovendo a expansão territorial como pode ser evidenciado no Mapa 02¹⁶, logo a seguir.

¹⁶ Informações obtidas durante a entrevista concedida por um dos supervisores de controle de qualidade da Del Monte Fresh Produce. Ipanguaçu, novembro de 2013.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

MAPA 02: Expansão Territorial da Del Monte F. P. no Vale do Açu-RN



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2013

Confecção: Daniel Nunes Ferreira

Acervo: José Edvaldo Lopes

Essa é uma estratégia usada pela Del Monte Fresh Produce para se apropriar de boa parte das terras e da renda fundiária e subordinar o território aos seus interesses imediatos. Esse processo de expansão territorial, que vem sendo intensificado nos últimos tempos, ocorre mediante a compra de terras pertencentes aos pequenos e médios produtores rurais. Como há restrições por parte da legislação quanto à quantidade de área que determinada empresa estrangeira pode adquirir em um município, essa empresa compra terras em áreas pertencentes a outro município, nas proximidades da divisão política entre ambos.

Ao fazer uso desta estratégia, a Del Monte Fresh Produce tem expandido a sua produção ao adotar novas técnicas agrícolas e ao expandir suas relações de domínio no meio rural do município de Ipanguaçu, promovendo nas áreas pesquisadas uma agricultura globalizada interligada ao mercado internacional, o que tem conferido certa dinâmica territorial a esse município. Tema este que iremos expor no próximo item.

3.6 As Formas de Comercialização e a Dinâmica Territorial Empreendida Pela Del Monte Fresh Produce

A Del Monte Fresh Produce é uma empresa que está em processo de expansão de suas atividades em países, como Brasil, Argentina, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Peru, Uruguai, Chile, México, Holanda, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Espanha, Camarões, África do Sul, Libéria, Jordânia, Japão, Filipinas, Hong Kong e Coréia do Sul.

Essa transnacional atua em todos os continentes. Possui grande poder de gestão e atua em vários segmentos da economia como a produção de frutas irrigadas e o beneficiamento de produtos industrializados, no ramo do setor imobiliário e na fabricação de plásticos e embalagem. Seus principais centros de comercialização e distribuição se dão, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos da América, sendo que o processo produtivo é realizado, em sua maior parte, nos países da América do Sul e Central.

Atualmente, ela mantém o seu principal centro administrativo em George Town, capital das Ilhas Cayman, tendo como nome de registro oficial “*Fresh Delmonte Produce Inc.*” Já o nome de registro comercial tem como denominação, “*Del Monte Fresh Produce Company*.” Porém, seu principal escritório está localizado nos EUA, precisamente, na cidade de Coral Glabes, estado da Flórida (NASDAQ, 2005 *apud* ALBANO, 2008, P. 147).

De acordo com Albano (2008), a Del Monte Fresh Produce possui um amplo leque de atuações que envolvem desde operações com a manipulação de matéria prima até produtos manufaturados. Tem como uma de suas características o “intensivo processo de horizontalização e verticalização” da produção, envolvendo o controle de fazendas de frutas, o transporte destas por caminhões e navios refrigerados. Possui terminais aduaneiros e empresas subsidiárias em várias partes do mundo. Por estar sediada nos Estados Unidos e por ser considerada a maior empresa do estado da Flórida, essa transnacional exerce certa influência econômica e política na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na América do Sul, a *Del Monte Fresh Produce* atua na Argentina, na Colômbia, no Peru, no Chile, no Uruguai, no Brasil e no Equador. Na América Central

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

marca presença no México, Costa Rica e Guatemala. Nestes países desenvolve atividades de produção e comercialização de frutas, com exceção do Chile, que além de desenvolver a produção e comercialização de frutas, ela atua também no mercado imobiliário e na produção de plásticos, produzidos pela empresa *United Plastic Corporation S. A.* – UPC (ALBANO, 2008).

No Brasil, especificamente no município de Ipanguaçu, essa transnacional vem atuando exclusivamente na produção de bananas. Esse fato tem estimulado os pequenos camponeses das áreas pesquisadas a desenvolver a mesma atividade. Isso é um grande problema para agricultura campesina, uma vez que seu fortalecimento é pautado na diversificação da produção e na criação de animais, as quais constituem o ponto forte da agricultura campesina, o que lhe permite a sua recriação.

Com a pesquisa, verificamos que mesmo nos espaços ainda caracterizados pela forte presença dos camponeses há certa tendência para a homogeneização¹⁷ do campo, uma vez que esses sujeitos passaram a introduzir em suas áreas o cultivo de bananas para abastecer o mercado local e regional. Isso significa dizer que o camponês mesmo permanecendo na terra passa a ficar sujeito às oscilações do mercado, o que poderá acarretar prejuízos a agricultura campesina num dado momento em que houver grande demanda desse produto.

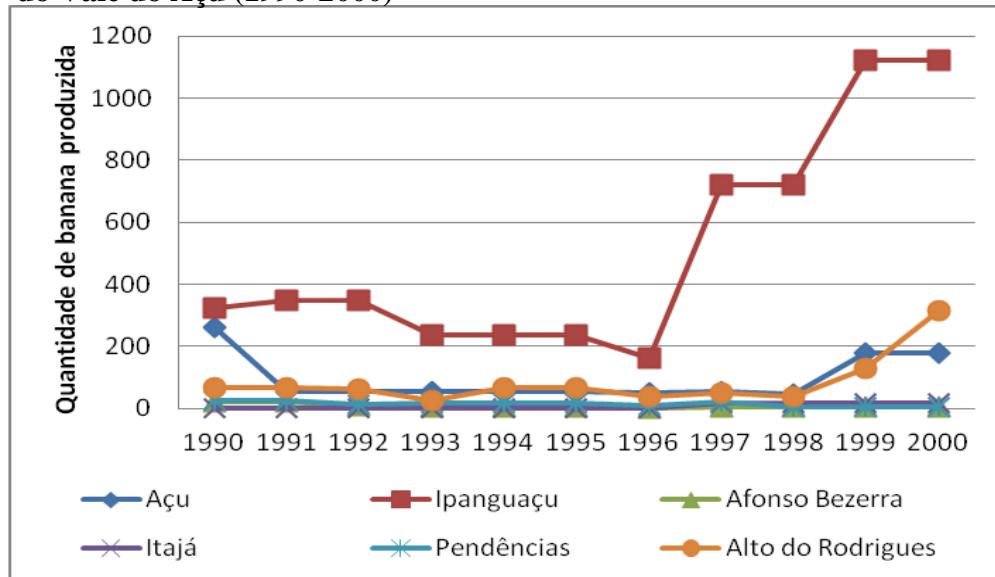
Diante dessa lógica capitalista, a *Del Monte Fresh Produce* vem alterando a configuração territorial, implantando uma agricultura moderna com aplicação de novas técnicas, insumos e equipamentos agrícolas, desarticulando as economias não-capitalistas e exercendo a apropriação e o domínio do território.

Desde que passou atuar na área pesquisada, essa empresa vem intensificando a produção de banana, investindo na qualidade e na padronização do produto para atender, sobretudo, o mercado europeu e norte-americano. Por isso, o município de Ipanguaçu é um dos maiores produtores de bananas da Vale do Açu, como demonstram os gráficos 10 e 11, a seguir.

¹⁷ Essa homogeneização do campo deve ao fato que, nas áreas em que desenvolvemos a pesquisa, antes do processo de industrialização da agricultura havia uma diversificação da produção agrícola - policultura. Ao contrário do presente momento em que há uma expansão da monocultura da banana.

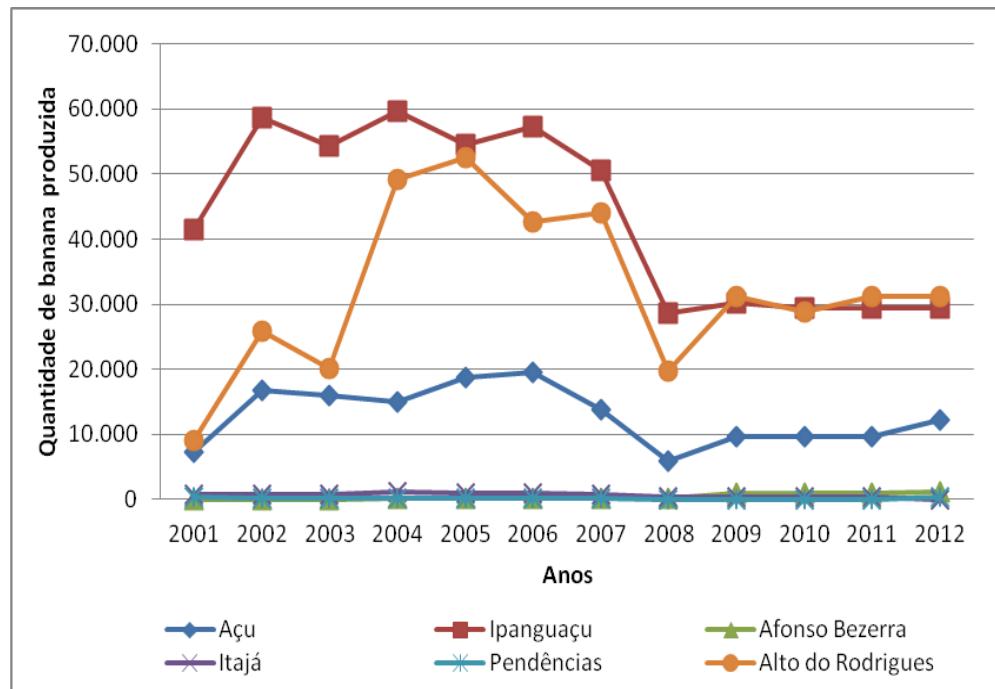
A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Gráfico 10: Quantidade de banana produzida (cachos) em municípios do Vale do Açu (1990-2000)



Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal (1990-2000).

Gráfico 11: Quantidade de banana produzida (cachos) em municípios do Vale do Açu (2001-2012)



Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal (2001-2012).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Como pode ser observado nos gráficos acima, o município de Ipanguaçu teve um crescimento significativo na produção de bananas entre os anos de 1990 a 2000, sendo possível verificar no gráfico 10 o destaque da produção de bananas, sobretudo a partir do ano de 1996.

A partir dos dados contidos nos gráficos 10 e 11 percebemos que a quantidade de cachos de bananas produzidos por hectares, principalmente no que se refere aos municípios de Ipanguaçu e Alto do Rodrigues, saiu inicialmente de um patamar equivalente a pouco mais de 200 para um valor correspondente a 60.000 cachos dessa fruta por hectares, sendo posteriormente essa importância reduzida para 30.000 cachos.

Esse crescimento vertiginoso está atrelado ao início das atividades da Del Monte Fresh Produce no município de Ipanguaçu e sua expansão territorial para os municípios vizinhos, a qual passou atuar fortemente no ramo da fruticultura irrigada e a produzir banana em larga escala a partir do intenso emprego de insumos agrícolas, de máquinas e de novas tecnologias. Devemos ressaltar, ainda, que com a implantação do Projeto Baixo-Açu em Alto do Rodrigues, isso possibilitou o aumento das áreas irrigadas, tendo como carro chefe a produção de bananas.

Anteriormente a presença dessa empresa havia pouca produção de banana no recorte espacial da pesquisa ora realizada, pois as áreas irrigadas destinavam-se a produzir, especialmente, mamão, manga, melancia e melão. Com o início da atuação da Del Monte Fresh Produce, principalmente, no município de Ipanguaçu passou a despertar nos produtores rurais o interesse em desenvolver a bananicultura. Diante disso, verificou-se um aumento significativo na produção de banana.

A produção se manteve elevada até 2008, quando tem início certo declínio na produção de banana em Ipanguaçu e nos demais municípios do Vale do Açu. De acordo com o depoimento de um funcionário da Del Monte Fresh Produce, essa diminuição foi provocada pela variação climática e pela perda de boa parte da área cultivada por bananeiras, em decorrência das inundações ocorridas no Baixo-Açu, as quais afetaram diretamente a produção, ocorrido em 2003, e em virtude das estiagens verificadas nos últimos anos.

Outra informação contida no gráfico 11 e que nos chamou a atenção foi o crescimento da produção de bananas no município do Alto do Rodrigues. Esse aumento

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

é uma das consequências da implantação do Projeto Baixo-Açu e da expansão territorial da Del Monte Fresh Produce neste município.

Como já ressaltamos antes, a produção de bananas é destinada, sobretudo, para o mercado externo. No entanto, para que a produção chegue ao seu destino final faz-se necessário que o produto receba selo de qualidade e seja embalado adequadamente para evitar danos que possam comprometer a sua qualidade (fotografia 03).

Fotografia 03: Embalagem de bananas para abastecer o mercado externo



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2012

Acervo: José Edvaldo Lopes

Além disso, desde a formação dos cachos de bananas há todo um cuidado na produção. Todos os cachos são envolvidos por sacos plásticos com a finalidade de impedir o contato direto de insetos com as bananas, bem como é colocado espumas entre uma concha e outra para evitar que essa fruta venha a ficar deformada ou a ser machucada, o que comprometeria a sua qualidade e comercialização no mercado externo (fotografia 04).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Fotografia 04: Cachos de bananas protegidos por sacos plásticos e espumas



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2013.

Acervo: José Edvaldo Lopes

De acordo com as observações realizadas em campo, bem como o depoimento do supervisor de controle de qualidade dessa multinacional. Desde a formação dos cachos de bananas, determinada equipe é responsável em realizar o trabalho de colocar espumas entre uma concha e outra para que não suceda que as mesmas venham a comprometer o desenvolvimento de ambas. Essas práticas permitem que a banana alcance uma melhor qualidade e, consequentemente, tenha uma boa aceitação no mercado.

Além do que foi exposto, as ações promovidas pela Del Monte Fresh Produce vêm promovendo diferenciações incrustadas na paisagem da área de estudo, uma vez que nas áreas onde há a dominação do território pelo capital constatamos uma forte mudança na base técnica agrícola, enquanto nos espaços onde ainda não há a massificação do capital permanecem quase que inalterados e alheios às recentes transformações. Como exemplo dessa dialética contida na paisagem, apresentamos as fotografias 05 e 06.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Fotografia 05: Espaço da reprodução capitalista



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2013.
Acervo: José Edvaldo Lopes

Fotografia 06: Moradia camponesa cercada por carnaubais



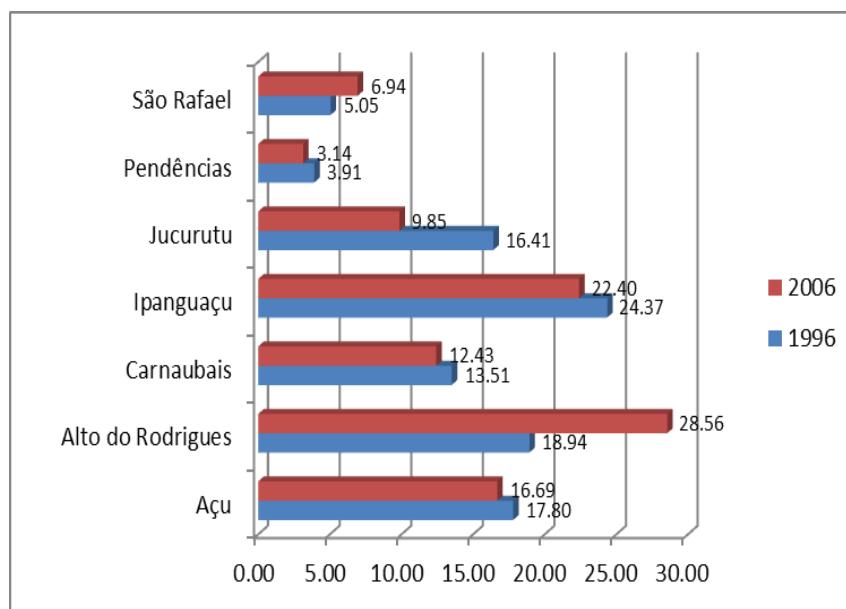
Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2012.
Acervo: José Edvaldo Lopes.

Assim, gradualmente as áreas tradicionais são transformadas e/ou moldadas para satisfazer os interesses capitalistas, sobretudo da Del Monte Fresh Produce, a qual tem contribuído significativamente para acelerar o processo de industrialização da agricultura no meio rural do município de Ipanguaçu.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

O processo de industrialização da agricultura no município de Ipanguaçu se expressa na paisagem com bastante nitidez. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1996 e 2006 há uma expansão das áreas irrigadas em Ipanguaçu e demais municípios vizinhos (Gráfico 12), o que retrata bem o processo de territorialização do capital e o predomínio da agricultura capitalista, sendo reflexo do avanço do agronegócio nas últimas duas décadas.

Gráfico 12: Total de áreas irrigadas em Ipanguaçu e demais municípios vizinhos



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1996 e 2006.

Ao analisarmos o gráfico 12 percebemos uma tendência do crescimento da fruticultura irrigada, sobretudo nos municípios de Alto do Rodrigues e Ipanguaçu. Embora que, de acordo com os dados referentes ao ano de 2006 tenha ocorrido uma diminuição da área irrigada no município de Ipanguaçu, sendo resultado das inundações verificadas no início dessa década. Ainda, sim, esse município concentra uma das maiores áreas irrigadas. No geral, notamos que há uma expansão das terras irrigadas nos principais municípios produtores de banana na Microrregião do Vale do Açu, a saber: Ipanguaçu, Alto do Rodrigues, Pendências, Jucurutu, Açu e Carnaubais. Como já ressaltamos anteriormente, isso está associado à expansão do agronegócio e à atuação da Del Monte Fresh Produce na maioria desses municípios.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Portanto é mediante as necessidades humanas e, principalmente, os interesses dos agentes econômicos que o meio rural de Ipanguaçu está sendo reorganizado. Esse processo é mediatizado pelas forças produtivas e relações de trabalho disseminadas no espaço pelos agentes capitalistas, passando a intervir na natureza de acordo com suas necessidades e interesses. Assim, é a partir das relações humanas estabelecidas num determinado território que este ganha forma, conteúdo e fluxo, modificando as relações sociais de produção. É sobre essas mudanças que discutiremos a seguir.

3.7 As Mudanças nas Relações de Trabalho e na Organização do Espaço Agrário de Ipanguaçu, Para e Pelo Capital

A presença e a expansão territorial da Del Monte Fresh Produce tem acentuado o processo de proletarização do camponês no meio rural do município de Ipanguaçu. Essa é uma tendência que se consolida cada vez mais em algumas áreas do semiárido nordestino, reservadas aos grandes projetos de irrigação e ao agronegócio, onde o capital agroindustrial efetivou a sua territorialização e tem-se apropriado do território como um dos principais meios para extrair a mais valia e se apropriar da renda fundiária.

O fato é que o crescimento econômico promovido pelo processo de industrialização da agricultura não tem refletido em melhoria para o bem estar da população local. Pelo contrário, isso tem gerado mais pobreza e desigualdade social no meio rural, uma vez que o capital busca sempre acumular riqueza por meio de várias formas que se utiliza para apropriar-se do território.

No que diz respeito ao meio rural de Ipanguaçu, a Del Monte Fresh Produce é responsável pela geração de 1.200 empregos diretos e indiretos, sendo, em média, 400 trabalhadores residentes no município de Ipanguaçu e os demais habitam em municípios vizinhos, como Itajá e Açu, segundo depoimento do Sr. Reinaldo Chotten, funcionário dessa empresa (Fotografia 07). Além disso, conforme informações prestadas pelo Sr. Manoel Itamar de Guimarães, funcionário da EMATER do município de Ipanguaçu, a Del Monte Fresh Produce desloca cerca de 40 funcionários, todos os meses de Ipanguaçu para trabalharem em fazendas no município de Quixeré, no Ceará, bem como traz alguns trabalhadores desse município cearense para prestar serviços nas plantações

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

de bananas no município de Ipanguaçu e em municípios onde a empresa atua na região do vale do Açu, dependendo da necessidade de mão de obra e demanda na sua produção.

Fotografia 07: Entrevista com o funcionário da Del Monte Fresh Produce



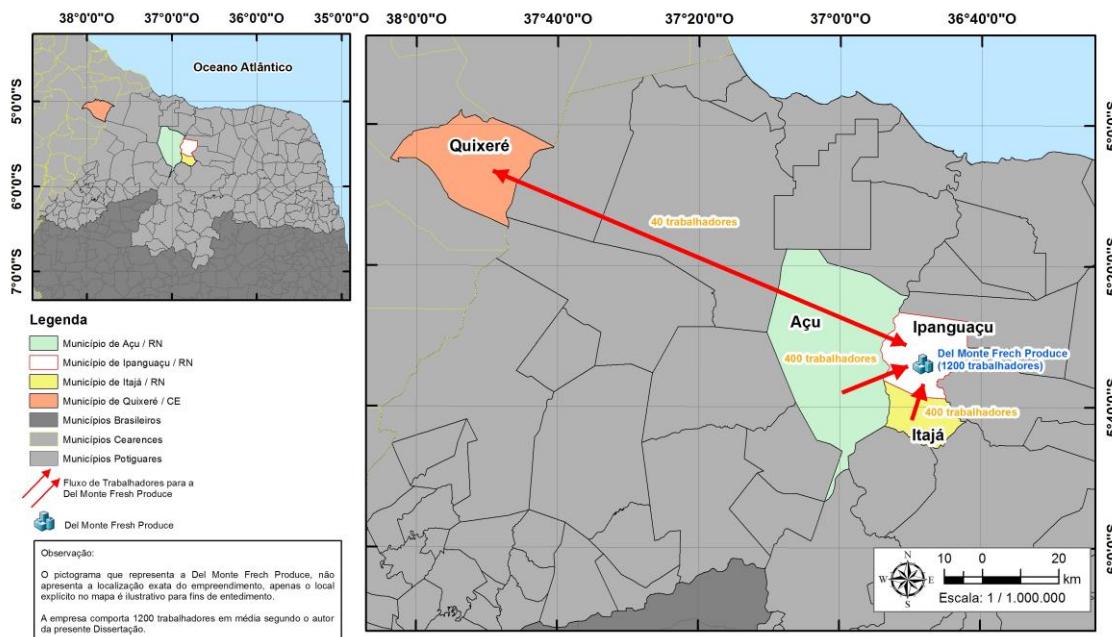
Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2013.

Acervo: José Edvaldo Lopes.

Nessa perspectiva, após a difusão da fruticultura irrigada no município de Ipanguaçu, sobretudo a partir da presença da Del Monte Fresh Produce, percebe-se então, certa dinâmica e fluidez no território desse município, uma vez que há certo fluxo de trabalhadores, os quais se deslocam dos municípios vizinhos para trabalharem nesse município, numa rotina quase que diariamente, bem como há deslocamento de alguns trabalhadores dos municípios dessa região para executarem serviços em território cearense e vice-versa (mapa 03).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

MAPA 03: Fluxo de Trabalhadores Para a Del Monte Fresh Produce



Fluxo de Trabalhadores para a Del Monte Fresh Produce

Produção Cartográfica
Daniel Nunes Ferreira
Graduado em Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Fevereiro - 2014

Informações Gerais
Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000
Limites Políticos: IBGE, 2010

Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós Graduação em Geografia
Orientador: Prof. Dr. Aníeres Barbosa da Silva
Mestrando: Bel. José Edvaldo Lopes



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2013.

Confecção: Daniel Nunes Ferreira

Acervo: José Edvaldo Lopes

As informações prestadas tanto pelo funcionário da Del Monte Fresh Produce, Reinaldo Chotten, quanto pelo funcionário da EMATER de Ipanguaçu, o Sr. Manoel Itamar de Guimarães, reforçam ainda mais a ideia de que vigora nas áreas pesquisadas um processo de proletarização. Além disso, os dados obtidos em trabalho de campo revelaram que dos 209 chefes de famílias entrevistados, 172 afirmaram desenvolver atividades agrícolas (Tabela 09). Deste total, 37 sujeitos alegaram trabalhar na agricultura na condição de assalariado permanente e 29 na forma de assalariado temporário ou sazonal, o que nos leva a entender que há um processo de territorialização do capital em curso nas áreas pesquisadas.

Os demais entrevistados que compõem a amostragem estatística da pesquisa, correspondente as 209 famílias entrevistadas, responderam que exercem outras

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

profissões, as quais estão discriminadas e que podemos observar na tabela, logo a seguir.

Tabela 09: Principais atividades desenvolvidas na área de estudo, segundo os sujeitos entrevistados

Atividades	Freq.	%	Atividades	Freq.	%
agricultura	172	83.09	Engenheiro Civil	1	0.48
motorista	3	1.45	Fabrica de cerâmica	2	0.97
professora	3	1.45	agente de saúde	1	0.48
carpinteiro	1	0.48	olaria	1	0.48
churrascaria	1	0.48	auxiliar de serviços gerais	2	0.97
comerciante	1	0.48	segurança privada	1	0.48
eletricista	1	0.48	Não respondeu	19	9.21
Total		209		100	

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Apesar do percentual de trabalhadores com e sem carteira assinada não ser tão significativo, com relação aos demais percentuais. Isso não significa dizer que há um número insignificante de pessoas exercendo o trabalho formal na atividade agrícola, nas áreas onde realizamos a pesquisa, uma vez que não tivemos a permissão de entrevistar todos os funcionários da Del Monte Fresh Produce.

Além do mais, boa parte dos trabalhadores dessa empresa, residem nos municípios vizinhos, como pôde ser percebido tanto através dos depoimentos do funcionário da Del Monte Fresh Produce quanto pelos relatos do funcionário da EMATER de Ipanguaçu.

Isso é apenas um reflexo da expansão capitalista no meio rural do município de Ipanguaçu e que denota alterações na base técnica da agricultura. O importante é ressaltar que há de fato o emprego do trabalho formal nas áreas pesquisadas, sendo um dos principais indicadores do processo de territorialização do capital, o que tem implicado em mudanças significativas nas relações de produção e de trabalho e na reorganização espacial desse município.

Os dados de campo revelaram, ainda, que do percentual de 209 famílias entrevistadas, 56,80% responderam que não trabalham na própria terra e 11,00% das

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

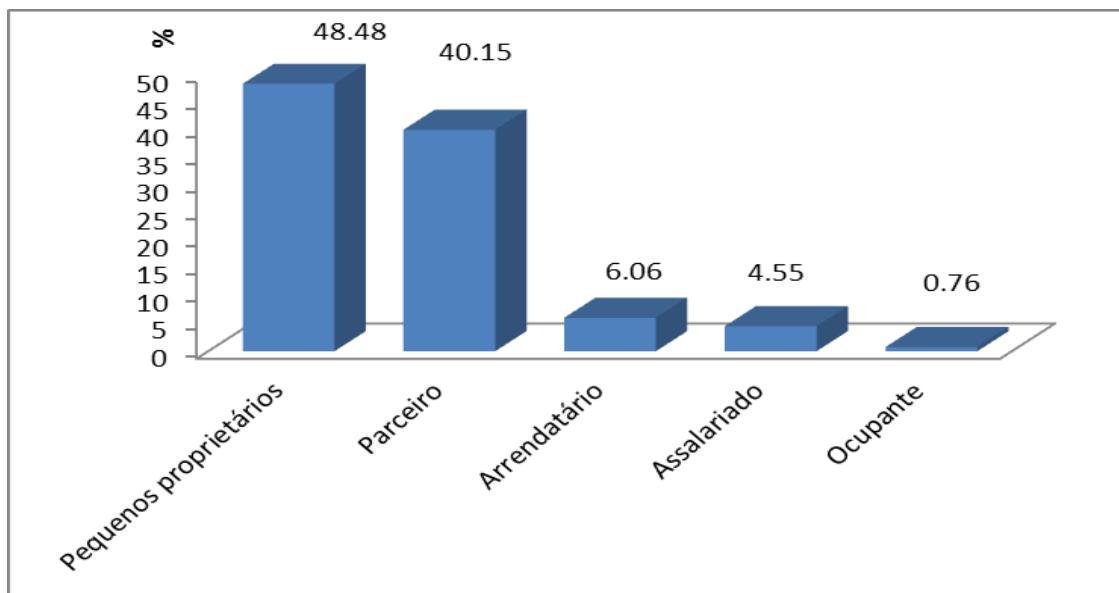
famílias entrevistadas alegaram desenvolver atividade agrícola na forma remunerada. Essas ponderações reforçam ainda mais o caráter desigual das relações de produção e trabalho no meio rural de Ipanguaçu.

Isso se torna ainda mais grave ao diagnosticarmos que a maior parte dos entrevistados que compõem o percentual de 22,20% são pequenos proprietários de terras que desenvolvem suas atividades em áreas distantes das várzeas úmidas, ou seja, em pequenos estabelecimentos rurais localizados em terras de tabuleiros dependente exclusivamente das condições da natureza e do solo, sujeitos as variações climáticas.

Devemos ressaltar, ainda, que alguns camponeses expropriados, os quais não dispõem de terras próprias para cultivar, se submetem a trabalhar na condição de assalariados permanentes ou temporários em médias propriedades e, principalmente, na multinacional Del Monte Fresh Produce. Outros se dedicam a desenvolver a agricultura em áreas das várzeas do Rio Piranhas-Açu e Pataxó na forma de parceria e arrendamento, como alternativa para continuar sobrevivendo da terra.

As alterações nas relações de produção e de trabalho no meio rural de Ipanguaçu, também são visíveis até mesmo na condição do produtor na forma de parceria, sendo a relação mais significativa a “meia” (Gráfico 13). Durante o trabalho de campo constatamos que esta relação de trabalho se caracteriza de forma injusta e exploratória, uma vez que os camponeses são encarregados de arcar com todas as despesas com: energia, fertilizantes e agrotóxicos para desenvolver a produção. Enquanto isso, o proprietário disponibiliza apenas a terra e em troca recebe a metade da produção ou a terça parte. Sendo que grande parte da produção é destinada para abastecer o mercado regional e nacional.

Gráfico 13: Produtores rurais das áreas pesquisadas, segundo a condição



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

Ao alisarmos o gráfico 13, do total de 105 sujeitos entrevistados que alegaram desenvolver a atividade agrícola, 48,48% responderam que trabalham em terras próprias, 4,55% afirmaram que trabalham na condição de assalariado permanente. Já 40,15% responderam que trabalham como parceiros, 6,06% alegaram desenvolver sua produção em terras arrendadas (300,00 R\$ por hectares), e apenas 0,76% denominaram serem ocupantes. Os demais indivíduos que compõem a amostra de 209 entrevistados desenvolvem suas atividades na Del Monte Fresh Produce e em outras empresas da região.

Mediante a esses percentuais, fica evidente que as relações de produção com base no trabalho familiar está em via de desintegração e/ou desarticulação, pois como demonstra os dados contidos no referido gráfico, há certa expressividade do trabalho assalariado/remunerado. Além disso, a relação de trabalho baseada na parceria, como pôde ser constatado no trabalho de campo, é pautada na lógica capitalista em que o camponês produz para atender exclusivamente o mercado e não para satisfazer as necessidades básicas de sua família, como era tradição no período em que predominava a agricultura não-capitalista. Devemos assinalar que, mesmo na condição de parceiro, o

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanuaçu – RN

camponês foi destituído de sua autonomia, uma vez que só produz de acordo com os interesses do proprietário da terra e de acordo com a demanda do mercado.

Nesse contexto descritivo, a maioria dos pequenos camponeses, localizados na área do presente estudo, tem como principal produto na pauta de produção o desenvolvimento da bananicultura e, em menor quantidade, a produção de milho e feijão irrigado a partir da técnica de rotação de culturas. Em que num determinado período do ano planta-se feijão e, no outro, introduz-se o milho. Porém, a banana é o principal produto cultivado como podemos observar na fotografia 08 a seguir, a qual retrata de certa forma essa realidade.

Fotografia 08: Organização da produção na pequena unidade camponesa



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

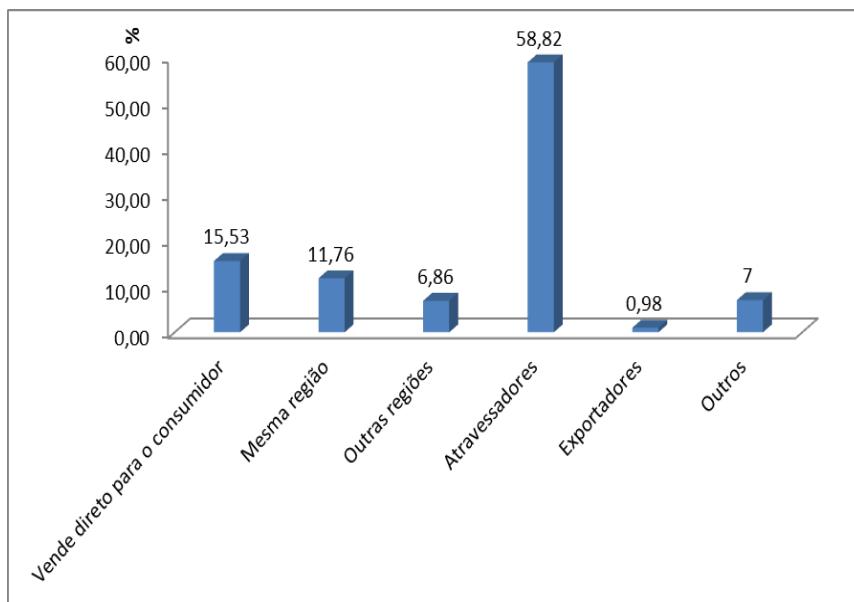
Acervo: José Edvaldo Lopes

Devemos salientar, ainda, que em se tratando da agricultura irrigada, tanto a produção de bananas quanto a produção de milho e feijão têm como principal destino a comercialização. No que se refere ao cultivo de bananas, 58,82% da produção campesina é repassada para os atravessadores, os quais abastecem o mercado regional,

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

nacional e internacional. Enquanto que 15,53% da produtividade é comercializada pelos próprios camponeses nas feiras livres da região, 11,76% do excedente é vendido para os supermercados da própria região do Estado do Rio Grande do Norte, 6,86% da produção é destinada para outras regiões pelos próprios produtores, 0,98% é direcionada para o mercado internacional, 7% é vendida nas Centrais de Abastecimento do Estado Potiguar (CEASA) e demais estados vizinhos (gráfico 14).

Gráfico 14: Destino da produção dos pequenos e médios estabelecimentos rurais



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.

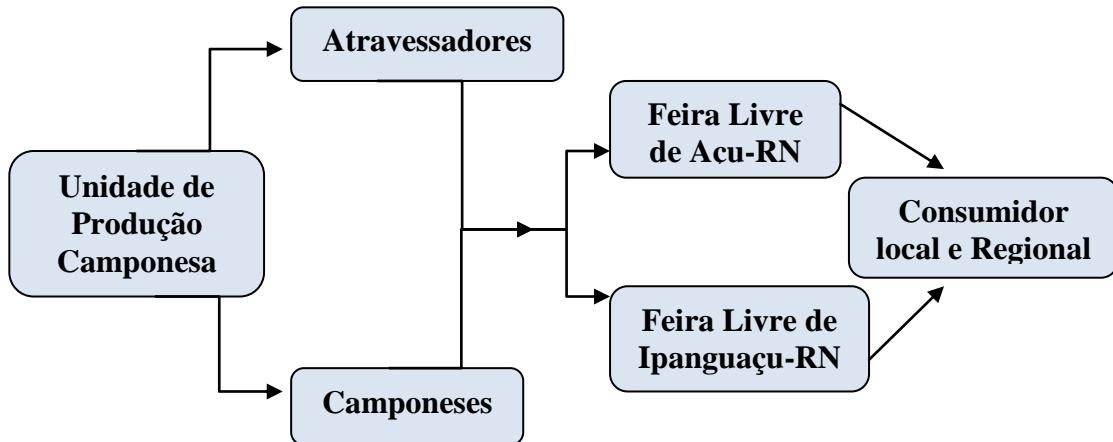
Mediante as ações disseminadas pelo capital no meio rural de Ipanguaçu, o espaço onde predominava a agricultura não-capitalista vem sendo cada vez mais descaracterizado, passando, assim, por profundas mudanças. Vale salientar que, no período predominante da agricultura campesina, a produção era voltada exclusivamente para atender as necessidades básicas da família, sendo o excedente comercializado na própria região.

Enquanto que, no período em que prevalece a agricultura capitalista, a produção, em sua maior parte, é destinada para abastecer o mercado regional, nacional e/ou internacional. Assim, percebemos neste período uma maior fluidez e conexão da produção campesina com esses mercados, algo não evidenciado nos primórdios da

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

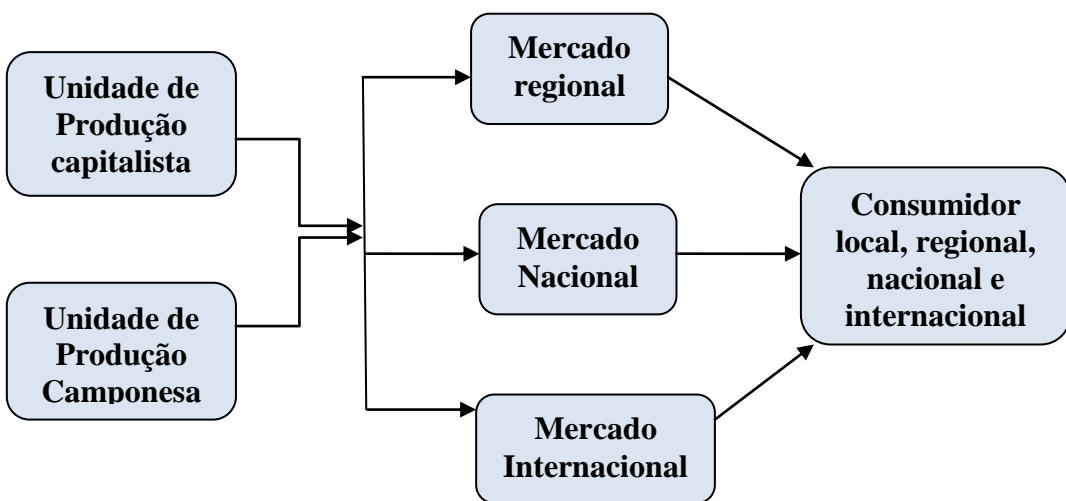
produção camponesa, com exceção da produção do algodão. Os organogramas 01 e 02 a seguir poderão esclarecer melhor essa realidade.

Organograma 01: Circulação da produção no período de predomínio da agricultura não-capitalista.



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2014.
Org. José Edvaldo Lopes.

Organograma 02: Circulação da produção no período de predomínio da agricultura capitalista.



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro 2014.
Org. José Edvaldo Lopes.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

As transformações no processo produtivo e na lógica da produção tem sido perceptível, sobretudo após a atuação da Del Monte Fresh Produce no meio rural de Ipanguaçu. A partir de então, não foi alterada apenas as relações de produção e de trabalho no campo, mas, também houve uma alteração na divisão do trabalho nas áreas pesquisadas, pois com a chegada da empresa muitas mulheres passaram a ocupar vários postos de trabalho no processo produtivo dessa multinacional, desempenhando diversas funções como: beneficiamento, seleção e lavagem das bananas (Fotografia 09), funções estas, as quais são desempenhadas pelas mulheres por se tratar de um processo o qual requer certos cuidados e delicadeza para não comprometer a qualidade do produto.

Fotografia 09: Mulheres trabalhando no processo de limpeza e seleção das bananas na Del Monte F. P.



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2013.

Acervo: José Edvaldo Lopes

Dessa forma, a mulher vem ocupando espaço no mercado de trabalho no campo, deixando de lado as atividades domésticas para contribuir com a renda familiar, tendo que dedicar-se boa parte do seu tempo no trabalho assalariado. Essa é uma realidade que passou a vigorar, com mais ênfase, após a chegada da Del Monte Fresh Produce no município de Ipanguaçu.

Alguns trabalhadores que prestam serviços à empresa são submetidos à longa jornada de trabalho diário, algumas vezes, em posições desconfortáveis que

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

comprometem a saúde física dos seus funcionários. Segundo depoimento de alguns sujeitos entrevistados a carga horária de trabalho na Del Monte Fresh Produce ultrapassa a média de 8 horas por dia e, em alguns casos chega até 16 horas de trabalho. Isso só reforça ainda mais a ideia de que a empresa exerce a exploração do trabalho. Abusos estes que não resume apenas as condições de precariedade no desenvolvimento das atividades diárias, mas, também na quantidade de horas de serviços prestados no decorrer da jornada de trabalho durante um dia, podendo ser comprovado no depoimento concedido por uma ex-funcionária da Del Monte Fresh Produce:

Adquiri uma doença nos dois joelhos, de tanto ficar em pé. Não tinha hora para chegar em casa. Só para sair... Passava o dia inteiro cortando bananas. Fiquei uma faixa de cinco anos, ao todo, trabalhando na empresa Del Monte (A. S. N. Silva. Ubarana, Ipanguaçu-RN).

Essas práticas abusivas retratam bem a questão da precarização do trabalho nas áreas onde desenvolvemos a presente pesquisa em que os trabalhadores, de certa forma, são forçados a prestar serviços em condições inadequadas, bem como se dedicam a trabalharem horas a mais além do previsto por Lei, como prever o Estatuto do Trabalhador e a própria Constituição do Brasil.

Dessa forma, o capital personificado na figura da pessoa jurídica e/ou na personificação de uma determinada empresa, no caso de Ipanguaçu a Del Monte Fresh Produce principalmente, engendra suas relações no meio rural desse município para extrair a mais valia relativa¹⁸, explorando a força de trabalho local tanto por meio da intensificação do ritmo de trabalho quanto através do tempo a mais de serviços prestados por alguns funcionários dessa multinacional.

A maioria dos trabalhadores assalariados da Del Monte Fresh Produce, desenvolvem atividades, que vão desde o plantio até o beneficiamento final da produção de bananas, em funções que não requerem certo esforço mental, apenas o trabalho manual e, por assim dizer, “mais pesado”. De acordo com o depoimento concedido por um dos supervisores de controle de qualidade dessa multinacional, há também nessa empresa onze funcionários atuando em diversos setores produtivos nas fazendas dessa multinacional, a saber: técnico em agropecuária, engenheiro agrônomo, engenheiro de

¹⁸ A mais valia relativa, está associada ao lucro obtido por uma dada empresa, por meio da intensificação do ritmo de trabalho (ver Devid Harvey, 2005).

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

segurança do trabalho e enfermeiro. Como podemos observar os cargos referentes à mão de obra qualificada são bastante reduzidos em comparação as demais funções realizadas no processo de produção e beneficiamento da banana.

Com base no que foi constatado e através do depoimento do funcionário da Del Monte Fresh Produce, percebemos com clareza a real dimensão das mudanças nas relações de trabalho, bem como um acentuado processo de territorialização do capital nas áreas em que realizamos a pesquisa, uma vez que essa multinacional, segundo as informações do referido empregado, vem desenvolvendo a sua produção com base no trabalho assalariado, sendo sua produção quase toda direcionada para abastecer o mercado internacional. Já as bananas que não encaixam no padrão da produção exigida pelo mercado externo são destinadas para atender o mercado regional e nacional. Especificamente, Natal, Bahia e São Paulo.

Dessa forma, especialmente a partir da atuação da Del Monte Fresh Produce em Ipanguaçu, tem conferido tanto ao meio rural quanto a zona urbana desse município certa dinâmica espacial e fluidez, sendo uma das principais responsáveis pela geração de emprego nessa unidade federativa e região.

De acordo com o que foi exposto por nós em outras seções, essa fluidez e dinamicidade observada no território do município de Ipanguaçu é resultado, principalmente, da atuação da empresa, a qual tem contribuído significativamente para a reconfiguração espacial e reestruturação produtiva do meio rural desse município, podendo ser evidenciado nas transformações encrustada nas áreas em que prevalece o domínio da agricultura capitalista e no intenso fluxo de transportes na RN 118, a qual corta a sede municipal, como podemos observar na fotografia 10, logo abaixo.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Fotografia 10: Fluxo de transportes na principal avenida da sede municipal



Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2014.

Acervo: José Edvaldo Lopes

Como observamos na fotografia 10 há uma constante circulação de veículos, motos e pedestres que transitam constantemente a principal avenida da cidade de Ipanguaçu. Essa dinamicidade se contradiz com o número populacional desse município, o qual é um dos poucos municípios potiguares que concentram a maior parte de sua população nas áreas rurais. De acordo com o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população urbana de Ipanguaçu corresponde a 5.383 habitantes. Já na zona rural residem 8.473 pessoas, o equivalente a três mil moradores a mais, em comparação ao número de habitantes do centro urbano.

Assim, tanto essa fluidez quanto a concentração populacional nas áreas rurais de Ipanguaçu se deve, principalmente, a presença da multinacional Del Monte Fresh Produce nesse município, resultando no constante deslocamento de pessoas que se dirigem diariamente para os núcleos operacionais da empresa. Esse fator tem sido uma das principais causas que corroboram para que a maior parte da população se concentre na zona rural.

No entanto, uma das críticas que fazemos é que essa empresa vem desenvolvendo suas atividades com base no trabalho assalariado, o qual não condiz com a rotina e a intensificação do ritmo de trabalho desempenhado pelos seus funcionários em suas fazendas e nas unidades de processamento, limpeza e embalagem das bananas, como já foi esboçado aqui por nós, anteriormente. Além disso, como já foi explicitado em outras seções no presente estudo, essa empresa tem intensificado o uso de

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

agrotóxicos em suas plantações que, por sua vez tem agravado a poluição do solo e a contaminação dos mananciais subterrâneo e superficial do município de Ipanguaçu, como foi comprovado em outros itens.

É mediante a essa lógica capitalista que a Del Monte Fresh Produce vem reorganizando o território de Ipanguaçu ao alterar as relações de produção e de trabalho para satisfazer seus interesses imediatos e reproduzir o capital a partir da exploração da força de trabalho assalariada, dos recursos naturais desse município, a exemplo do solo e da água, bem como por meio do emprego de novas tecnologias para acelerar o processo produtivo e aumentar a capacidade de ampliação dos lucros da empresa.

Não obstante, a partir da década de 1990, as áreas úmidas do município de Ipanguaçu onde predominavam a formação de carnaubais, planta característica dessas áreas, após a expansão capitalista no campo, essas árvores foram aos pouco sendo devastadas e substituídas pelo desenvolvimento do cultivo de bananas em grande escala, ocupando as áreas onde predominavam a vegetação de carnaúba, como podemos observar na fotografia 11, a qual retrata esta expansão da bananicultura em uma das fazendas da Del Monte Fresh Produce.

Fotografia 11: Colheita da banana em uma das fazendas da Del Monte Fresh Produce



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2012.

Acervo: José Edvaldo Lopes.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Embora o funcionário da Del Monte Fresh Produce ter afirmado que houve um declínio na produção de bananas em algumas fazendas de propriedade da empresa. No entanto, ao analisarmos os dados da Série Estatística do IBGE referente aos anos de 1990 a 2012, com relação à produção de bananas em Ipanguaçu e demais municípios vizinhos, percebemos que a produtividade de bananas nesse município chegou a triplicar nos primeiros anos da década de 2010, tendo havido certa queda da produção no ano de 2012, mas, contudo, o valor da produção por hectares ainda se mantém superior em comparação a produtividade obtida nos primeiros anos da década de 1990, como podemos observar nas tabelas 10 e 11.

Tabela 10: Rendimento médio da produção de banana (Kg/hectare), Microrregião do Vale do Açu (1990-2000)

Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2000
Açu	1800	1800	1800	1800	1800	1800	1600	1800	1566	1800
Ipanguaçu	1800	1875	1875	1700	1700	1700	1600	1797	1800	2000
A. Bezerra	1666	1750	1600	1666	1666	1666	500	1666	1333	1333
Pendências	1200	1200	1166	1066	1066	1066	1400	1266	1200	1200
Alto do Rodrigues	1260	1272	1272	333	666	800	800	800	800	750
Ítajá	-	-	-	-	-	-	-	-	49	46
										58

Fonte: Série Estatística. IBGE.

(-) Dados não disponibilizados

Tabela 11: Rendimento médio da produção de banana (Kg/hectare), Microrregião do Vale do Açu (2001-2012)

Município	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Açu	73000	47725	45714	46818	42599	45000	32000	32977	40000	40000	40000	40000
Ipanguaçu	73878	54021	49947	47750	42150	45000	38000	36500	40000	37500	37500	37500
A. Bezerra	30000	28666	28666	38333	38250	40000	38000	38000	38000	38000	40000	40000
Pendências	70000	46600	46600	42600	42600	42600	42600	-	-	-	-	38500
Alto do Rodrigues	30000	29000	17400	46419	46420	44000	38000	23099	38500	38500	38500	38500
Ítajá	132	269	380	499	403	361	530	328	298	295	307	-

Fonte: Série Estatística. IBGE.

(-) Dados não disponibilizados

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Como se observa nas tabelas acima, a partir da década de 1990, ocorre um acentuado crescimento na produção de banana no município de Ipanguaçu, por área colhida, saindo de um patamar equivalente a 1.800 quilograma por hectares para mais de 38.000, nesse município. Isso se deve ao avanço da bananicultura nas áreas onde predominava os carnaubais.

O aumento da produção de bananas por área colhida no Vale do Açu, não se dar por acaso. Isso é fruto da expansão capitalista e do intenso emprego de insumos agrícolas e técnicas modernas de produção (irrigação, uso de fertilizantes, gesso agrícola para corrigir a acidez e salinidade do solo etc.), o que tem resultado numa alta produtividade por área colhida.

Diante dessa lógica capitalista, os dados expostos durante essa seção são elucidativos para compreendermos as mudanças nas relações de produção e de trabalho e na reorganização espacial no meio rural de Ipanguaçu proporcionado pelas diretrizes governamentais para atrair e promover a reprodução capitalista. Assim, mediante o processo de expansão do agronegócio nas áreas pesquisadas, os espaços produtivos onde predominava a agricultura campesina vêm sendo apropriado pelo processo de territorialização do capital e/ou subordinado a agricultura capitalista globalizada.

Portanto, a partir da expansão capitalista no município de Ipanguaçu é possível evidenciar profundas transformações no seu quadro produtivo e nas relações de trabalho preestabelecidas no meio rural desse município, bem como no modo de vida da população local. Esta realidade condiz substancialmente com a lógica proposta pelo capital. Onde quer que ele opere, as formas de organização da produção de uma dada espacialidade será alterada ou moldada segundo os seus preceitos. Não interessa para o capital se a sua ação avassaladora irá provocar a lapidação dos recursos naturais de um dado território e/ou se sua atuação irá resultar na extinção de valores socioculturais enraizados há séculos. Para o capital só lhe interessa o lucro, e para alcançar tal objetivo ele é capaz de destruir qualquer forma de organização social.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da Revolução Verde aliado ao progresso técnico científico informacional evidenciado nas últimas décadas e os grandes projetos de irrigação coordenados pelo Estado brasileiro em áreas previamente selecionadas, esses fatores contribuíram significativamente para acelerar o processo de industrialização da agricultura no país e promover a reestruturação produtiva de algumas áreas do semiárido do Nordeste do Brasil, dotadas de vantagens locacionais e consideradas atrativas para o capital e capaz de integrar os espaços produtivos ao circuito espacial de produção a nível regional, nacional e internacional.

A partir de então, à agricultura tem-se configurado cada vez mais como um segmento industrial capaz de se adequar aos padrões produtivos implementados pelos modelos econômicos e a política neoliberal, a qual permitiu uma maior abertura do mercado brasileiro para facilitar a entrada de capital estrangeiro, em diversos segmentos da economia do país, a exemplo da agricultura.

Não obstante, no meio rural brasileiro as transformações ocorridas nas últimas décadas se articulam com um processo de modernização apoiado pela revolução técnico científico informacional, que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Essa revolução também pode ser concebida como um dos fatores importantes para o processo de industrialização da agricultura. Porém, tem por consequência a exclusão social de alguns segmentos da sociedade rural (LIMA; WILKINSON, 1982).

Para nortear a pesquisa realizamos uma discussão a respeito dos conceitos de territorialização e reestruturação produtiva, considerando que o primeiro constitui numa derivação do conceito de território e se caracteriza por um conjunto de ações disseminadas num dado território apropriado pelo Estado e/ou por determinados agentes econômicos para garantir a sua apropriação e domínio. Enquanto o conceito de reestruturação produtiva do território, este é compreendido como um processo contínuo no qual determinados territórios são constantemente reorganizados para atender os interesses socioeconômicos e políticos de determinados agentes capitalistas ligados ao ramo da indústria e/ou da agroindústria, em múltipla escala.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanuaçu – RN

Após o processo de industrialização e/ou modernização da agricultura, esta vem passando por um processo de metamorfose, deixando de ser uma mera fornecedora de matéria prima para abastecer a indústria, para transformar-se num ramo industrial capaz de realizar determinadas etapas, antes só vista na indústria, a exemplo da produção de manufaturas e beneficiamentos de determinados produtos. Assim, ocorre a expansão do agronegócio no meio rural pautado nos preceitos capitalistas com o intuito de expandir a produção e adequar-se ao mercado para gerar lucro em curto espaço de tempo e reproduzir o capital de forma ampliada.

O processo de industrialização e/ou modernização da agricultura em algumas áreas do Nordeste brasileiro e do Estado do Rio Grande do Norte, só foi evidenciado com maior clareza após a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ocorrida em 1959. Esta instituição passou a coordenar vários programas, os quais viabilizaram a execução de grandes projetos de irrigação nos vales úmidos do semiárido nordestino para dinamizar a economia regional.

Diante desse contexto, o Governo Federal em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, promoveram iniciativas para executar o Projeto Baixo-Açu, tendo como principal objetivo criar condições necessárias para viabilizar o desenvolvimento da produção de frutas tropicais no Vale do Açu, por meio de irrigação, para fins exclusivamente comerciais.

No entanto, para promover o desenvolvimento da fruticultura irrigada nessa região fez-se necessário a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, constituindo-se como uma das metas do Projeto para viabilizar a prática dessa atividade, pois foi por meio dessa infraestrutura hídrica que possibilitou de fato a perenização dos Rios Piranhas-Açu e Pataxó, permitindo a consolidação da agricultura irrigada no Vale do Açu.

Posteriormente a execução das condições necessárias para promover o desenvolvimento da fruticultura irrigada nessa microrregião, os Governos Federal e Estadual passaram a oferecer incentivo fiscal e isenção de imposto para aquelas empresas que tivessem interesse em investir na produção de frutas tropicais em bases empresariais para atender, sobretudo, o mercado externo, o que contribuiria para diminuir o desequilíbrio da Balança Comercial brasileira.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

É mediante a essa lógica capitalista que se dá a expansão do capital nas áreas úmidas do município de Ipanguaçu, resultando num processo que denominamos de territorialização do capital, nas áreas onde realizamos a pesquisa, principalmente após a chegada da multinacional Del Monte Fresh nesse município, no início da década de 1990.

A partir da atuação da empresa no meio rural do município de Ipanguaçu, os espaços produtivos vêm sendo alvo de um processo de especialização da agricultura, uma vez que a Del Monte Fresh Produce passou a introduzir o cultivo de bananeiras para atender exclusivamente o mercado de exportação, disseminando nas áreas pesquisadas práticas agrícolas condizentes com os preceitos capitalistas. Diferentemente do período em que predominava a agricultura não-capitalista, nas áreas da pesquisa, onde o camponês se dedicava a cultivar uma diversidade de culturas com base no trabalho familiar e na autonomia camponesa.

Assim, mediante aos incentivos governamentais e as vantagens locacionais, a Del Monte Fresh Produce instalou-se no município de Ipanguaçu. Desde então, tem provocado significativas mudanças nas relações de produção e de trabalho no meio rural desse município, tendo como uma de suas consequências imediatas à expropriação do camponês e sua proletarização, bem como a desarticulação do campesinato nas áreas em que realizamos a pesquisa.

A Del Monte Fresh Produce, desde a sua chegada ao município de Ipanguaçu, vem intensificando sua produção, sobretudo, com base no emprego formal, no uso de fertilizantes e defensivos químicos, os quais têm contribuído para agravar a contaminação dos aquíferos superficiais e subterrâneos, pondo em risco o equilíbrio do ecossistema e a saúde da população desse município, uma vez que utiliza intensamente agrotóxicos em suas plantações, como relatou um dos entrevistados: “As vezes passa avião encima da casa, derramando veneno. A noite, passa o carro fumacê. A água ficou ruim... As vezes precisa comprar água mineral” (F. Oliveira, Sítio Baldum).

Dentre as principais transformações evidenciadas no meio rural desse município, nas áreas em que ocorrem a territorialização do capital com maior intensidade, podemos destacar: as mudanças nas relações de produção e de trabalho; o processo de proletarização do camponês; a desarticulação e/ou a desintegração do

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

campesinato; a expropriação do camponês; o fim da autonomia camponesa e a concentração de terra e de renda.

Não obstante, não foram apenas às vantagens locacionais que serviram de atrativos para a instalação dessa empresa. Além disso, um dos fatores preponderantes que incentivou a Del Monte Fresh Produce atuar no meio rural de Ipanguaçu foi os incentivos governamentais e a isenção de imposto. O interessante é que quando se trata de grandes empresas há toda uma facilidade por parte do Estado para promover a entrada de capital numa dada espacialidade, em troca de alguns postos de trabalho. Enquanto isso, o camponês que dependente do crédito rural, na maioria das vezes, tem a sua proposta de crédito negada e, quando o crédito é aprovado o valor é irrisório e pouco contribui para desenvolver a sua produção.

Há incentivos para os médios e grandes proprietários de terras para comprarem trator, máquinas agrícolas, entre outros equipamentos para acelerar a industrialização da agricultura e substituir o “trabalho vivo” pelo “trabalho morto”. Mas, os incentivos para promover o fortalecimento da agricultura não-capitalista são muito escassos. Em algumas ocasiões, os valores ofertados pelas cartas de créditos direcionados para o homem do campo são pequenos empréstimos, os quais pouco contribuem para o fortalecimento e permanência do campesinato.

Em outros casos, o camponês é coagido e/ou estimulado a se transformar num pequeno empreendedor capitalista, sendo submetido a abrir firma no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e criar marca registrada para que possa ter o direito de produzir e comercializar sua produção, “livre de qualquer empecilho governamental”. Isso pode ser uma das estratégias para minar ou desarticular a produção camponesa.

No entanto, os grandes capitalistas têm todo incentivo governamental e isenção de imposto, a exemplo da Lei Kandir, sobretudo, para aqueles cuja produção é voltada para abastecer o mercado externo. Assim, a partir das iniciativas governamentais a Del Monte Fresh Produce tem-se “apropriado” da infraestrutura local e da força de trabalho daqueles que foram expropriados dos seus meios de produção pelo próprio capital sob a subserviência e o aval do Estado empreendedor, para reproduzir o capital e acumular riqueza a custo da exploração dos recursos naturais e do trabalho daqueles que dependem exclusivamente de sua força de trabalho para sobreviver, sendo explorado

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

pela empresa como afirma uma das pessoas entrevistadas durante o trabalho de campo: “a Del Monte é ruim porque exige que a gente trabalhe rápido...” (J. E. de Morais, comunidade Arapuá, Ipanguaçu-RN).

De acordo com os dados da pesquisa de campo, a média de trabalho executado na empresa ultrapassa a carga horária de 8 horas por dia, em alguns casos, chega a 16 horas de jornada de trabalho, segundo depoimento de alguns sujeitos entrevistados.

Em contrapartida, as pequenas unidades de produção presente nas áreas em que realizamos a pesquisa, as quais ainda não foram apropriadas pelo capital, vêm enfrentando várias dificuldades para permanecer produzindo em virtude da falta de terra para produzir, de incentivos governamentais, de assistência técnica, bem como em decorrência do “problema da sucessão hereditária”, pois, na maioria das vezes, os filhos dos pequenos camponeses se recusam a continuar na mesma profissão de seus pais, buscando na educação uma melhor perspectiva de vida, o que muitas vezes são estimulados pelos próprios familiares.

Ao realizar o perfil socioeconômico dos moradores entrevistados das áreas pesquisadas, concluímos que a maior parte dos membros das famílias não têm se quer o ensino fundamental completo (50,77%). Do total de 209 sujeitos entrevistados, 17,87 afirmaram que possuem o ensino fundamental completo, 16,43% responderam que têm o ensino médio completo. O impressionante é que 13,53% dos sujeitos entrevistados alegaram que nunca estudaram e apenas 1,45% afirmaram possuir o ensino superior.

Esses dados revelam não apenas a realidade educacional das áreas em que realizamos a pesquisa, mas, também a desigualdade social. Daí observa-se, que sem uma educação de boa qualidade torna-se difícil combater a desigualdade social, a qual é uma realidade que se expressa no meio rural do município de Ipanguaçu, o que nos leva a compreender que os sujeitos, os quais não possuem um nível de escolaridade superior e tampouco terra para trabalhar estão mais vulneráveis a exploração capitalista e a sujeição do trabalho assalariado no meio rural desse município.

Concluímos, ainda que, nas áreas pesquisadas houve uma ligeira participação do sexo feminino com relação aos depoimentos concedidos (58%). Isso se deve ao fato da maioria das pessoas do sexo masculino estarem ocupadas nas atividades agrícolas ou desempenhando outras funções que necessitam realizar fora dos seus lares. Enquanto

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

que a maioria das mulheres dedicam-se mais as atividades domésticas. Essa é uma realidade marcante que, ainda, persiste no meio rural do município de Ipanguaçu.

Ainda, de acordo com o perfil socioeconômico dos entrevistados, 54% afirmaram que são casados. Desse percentual, 87% alegaram ter filhos, correspondendo a uma média de 3,19 filhos por família. Dessa forma, percebe-se certa queda na taxa de natalidade nas áreas pesquisadas.

Assim, a redução da composição do núcleo familiar, nas áreas em que concluímos a pesquisa poderá ser um grande problema para a manutenção do campesinato, uma vez que o núcleo familiar é um dos principais pilares que sustenta esse modo de vida, o qual tem por base a mão de obra familiar. Na ausência desta, torna-se inviável a permanência da unidade de produção baseada no trabalho camponês. Esses são alguns dos problemas enfrentados pela agricultura campesina no recorte espacial da área da pesquisa.

Entre outros fatores, essa queda na composição familiar, se deve ao fato de que hoje em dia há um custo elevado para se manter uma família numerosa, sobretudo, quando se trata de gastos com educação, alimentação e vestuário. Esses são fatores importantes que influenciam os casais na hora de decidir por constituir uma família. Há de ressaltar, ainda, que com a chegada da Del Monte Fresh Produce, no município de Ipanguaçu, as mulheres têm ocupado posto de trabalho na empresa, o que dificulta desempenhar determinadas tarefas domésticas e corrobora para influenciar na tomada de decisão quanto ao número de filhos.

Constatamos, ainda, que existe pouca atuação do Governo Federal e Estadual na promoção de políticas públicas que visem o fortalecimento da agricultura campesina nas áreas da pesquisa. Dos 209 sujeitos entrevistados durante o trabalho de campo, 50,74% afirmaram receber algum benefício governamental. Deste percentual, 65, 35% alegaram serem beneficiados com a Bolsa Família, 6,93% responderam que são cadastrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e apenas, 0,99% disseram que são beneficiados com a Bolsa Estiagem.

De acordo com esses dados, percebemos que o Governo Federal tem dado maior atenção às políticas assistencialistas. Enquanto que, na prática, pouco se tem feito para melhorar as condições de vida e mudar a realidade dos camponeses das áreas pesquisadas. Os dados revelam, ainda, uma fragilidade na promoção de políticas

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

públicas que possam dar sustentação para promover à ascensão social das famílias camponesas. O que se ver, com maior ênfase, são ações assistencialistas que não garantem a reprodução familiar, apenas minimiza o estado de pobreza e/ou de miséria daqueles que não tem terra e dependem do amparo do Estado para poderem sobreviver.

Embora, que grande parte da produção de alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem da agricultura campesina e, não do agronegócio, o qual, em sua grande maioria, produz exclusivamente para atender o mercado externo e/ou para abastecer as indústrias processadoras de energia, a exemplo da soja destinada a produção de diesel e a cana de açúcar para produzir álcool.

Observamos, ainda, que há pouca articulação entre os camponeses das áreas pesquisadas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipanguaçu (STR). Do total de entrevistados, 53,77% afirmaram que o STR pouco tem se preocupado em defender os principais interesses dos camponeses, a saber: reforma agrária e reivindicação de políticas públicas que possam contribuir para o fortalecimento da agricultura campesina. Assim, tem concentrado seus esforços, sobretudo na prestação de alguns serviços aos sindicalizados, a exemplo de atendimento médico, distribuição de sementes, assistência no momento de solicitar a aposentadoria e auxílio maternidade.

A partir do exposto, percebemos que há um número considerável de famílias que alegam não serem assistidas pelo STR. Nesse sentido, nota-se uma discreta atuação e poder de organização dessa instituição, frente aos principais problemas enfrentados pelos camponeses das áreas pesquisadas, a exemplo do processo de territorialização do capital, o qual está em curso no meio rural de Ipanguaçu, a falta de terra para trabalhar e pouca participação do Estado para que os camponeses tenham as condições mínimas para produzir.

Apesar da pouca atuação do STR, os pequenos camponeses tentam resistir às adversidades, buscando nas associações dos agricultores e em outras organizações sociais (a exemplo do MST – Movimento dos Sem Terras), uma forma para continuar sobrevivendo da terra e encontrar soluções para os seus problemas. Embora essas formas de organizações sociais não têm se mostrado suficientes para promover a reprodução do campesinato. É preciso, também, que o Estado brasileiro crie outros mecanismos de fomentos para fortalecer a agricultura campesina, já que o Pronaf não tem contribuído muito para mudar a realidade vivenciada pelos camponeses.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

De qualquer modo, os dados obtidos em campo revelam que os camponeses têm se organizados em torno de associações e cooperativas como meios para superar os seus problemas e estabelecer estratégias para permanecer produzindo no campo. Ainda que, são poucos os sujeitos das áreas pesquisadas que tenham aderido a essas formas de organizações.

Segundo os dados da pesquisa de campo, das 209 famílias entrevistadas, 131 sujeitos afirmaram que não fazem parte de associações, cooperativas e/ou sindicato. Apenas 74 indivíduos alegaram que são associados em algumas dessas instituições, correspondendo a pouco mais de 36% do total.

Vale ressaltar, que, a maioria dessas associações são formadas por familiares que se utilizaram desse mecanismo para comprar pequenas propriedades rurais, em sua maioria, localizadas em áreas pouco valorizada e distante das várzeas úmidas, uma vez que grande parte das terras férteis estão de posse, sobretudo da Del Monte Fresh Produce. Assim, as famílias se organizam em associações como alternativa para viabilizar a compra de pequenas áreas de terras, sendo essa negociação intermediada entre os grupos familiares, EMATER e o STR. Estes últimos se encarregam de regularizar as devidas documentações para dá entrada no processo de compra de uma determinada propriedade, junto às instituições bancárias.

No entanto, essas disposições possuem certo grau de desorganização e suas atuações não condizem com os papéis os quais deveriam ser cumpridos, a exemplo do STR, o qual tem se concentrado em questões que fogem de seus verdadeiros objetivos e que, de certa forma, tem deixado de lado a sua principal causa que é a de lutar por uma reforma agrária que possa atender os interesses dos camponeses.

Por essas e outras razões que a agricultura não-capitalista desenvolvida nas áreas em que realizamos a pesquisa vem passando por um processo de desarticulação ao perder espaço para a expansão do agronegócio, ao sujeitar-se ao trabalho assalariado e ao entregar boa parte de sua produção para os atravessadores, os quais se apropriam de grande parte da renda familiar.

Assim, o avanço do capital no meio rural, aliado as ações governamentais com o intuito de promover a dinâmica territorial e a expansão do agronegócio tem contribuído para desintegrar e/ou desarticular a agricultura campesina desenvolvida nas áreas úmidas do município de Ipanguaçu, onde realizamos a pesquisa.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Segundo o depoimento do funcionário da EMATER de Ipanguaçu, Manoel Itamar de Guimarães, as áreas que constituem atualmente as fazendas da Del Monte Fresh Produce no município de Ipanguaçu, pertenciam a mais de cinquenta famílias camponesas, as quais possuíam entre cinco a dez hectares de terra e que desenvolviam agricultura nas várzeas úmidas do Rio Piranhas-Açu e Pataxó.

Dessa forma, apesar de considerarmos que o campesinato busca sempre estratégias e alternativas de sobrevivência com o intuito de adequar-se a nova realidade imposta pelo capital, ao buscar no trabalho assalariado, no movimento Sem Terra, no cooperativismo e no associativismo, entre outras formas de resistência camponesa, a sua autonomia e recriação; porém, no caso de Ipanguaçu, há fortes indícios de que o campesinato está em via de desintegração, particularmente, nas áreas úmidas desse município em que ocorre a apropriação do território pelo capital com maior intensidade.

Essa é uma realidade que se expressa nas áreas em que realizamos a presente pesquisa, sobretudo após a chegada da Del Monte Fresh Produce no município de Ipanguaçu, a qual tem acelerado o processo de territorialização do capital e, consequentemente, a proletarização do camponês.

Mediante a cobiça dos agentes capitalistas, sobretudos os estrangeiros os quais se apropriam dos recursos naturais, a saber: qualidade das terras, abundância de água para irrigação, clima favorável à prática da agricultura irrigada; faz-se necessário que o Estado brasileiro intervenha na legislação para garantir o ordenamento fundiário e impor limites não só apenas ao tamanho dos estabelecimentos rurais, os quais estão sobre o domínio do capital estrangeiro, mas, também, nas demais propriedades rurais. A demora em alterar a legislação que regula o ordenamento territorial tem agravado substancialmente a concentração de terras por estrangeiros no Brasil. Nessa perspectiva, as várzeas úmidas do município de Ipanguaçu vêm sendo, nas últimas décadas, apropriadas pelo capital para atender os seus interesses imediatos.

A terra é um bem de todos e o acesso a ela deve ser feito de forma democrática. O controle de vastas extensões territoriais, seja por estrangeiros ou por proprietários nacionais, comprometem os interesses sociais e agrava as desigualdades sociais no campo, bem como põe em risco a soberania do país no caso das propriedades rurais que estão de posse de empresas estrangeiras, uma vez que essas extensões de terras ficam a revelia dos interesses internacionais.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

Assim, em meio a tantas desigualdades sociais faz-se necessário que o Estado cumpra com o papel o qual lhe foi atribuído, que é de governar em defesa dos interesses em comum de toda a sociedade, criando mecanismos eficientes que possam regular o acesso de grupos estrangeiros a terra e evitar a concentração fundiária, bem como criar medidas que obriguem os investidores estrangeiros a cumprir com as obrigações ambientais, além de garantir que a iniciativa privada promova transferência de tecnologia para os pequenos camponeses, os quais não dispõem de técnicas avançadas para desenvolver a sua produção e, assim, puder amenizar a fadiga do homem do campo.

De acordo com esse raciocínio, o camponês de posse da terra e de equipamentos modernos, bem como auxiliado por uma eficiente assistência técnica, poderá fazer com que a terra exerça a sua função social que é de produzir alimentos para satisfazer as necessidades da população do município de Ipanguaçu e, não para atender os interesses capitalistas da Del Monte Fresh Produce, a qual tem se apropriado das terras, das riquezas naturais e da força de trabalho local, a custa de míseros salários, para produzir bananas para exportação. Assim, a terra deveria ser usada por quem realmente trabalha e, não para servir aos interesses econômicos da empresa.

No entanto, o que temos evidenciado nos últimos anos no meio rural de Ipanguaçu foi o avanço do agronegócio, o qual tem expandido suas relações e conquistando novos territórios nesse município, sendo essas ações facilitadas pela corroboração do aparato estatal e a subserviência dos Governos Federal e Estadual. Foi mediante a essa perspectiva, que a multinacional Del Monte Fresh Produce se instalou no município de Ipanguaçu.

Nesse sentido, os Governos Federal e Estadual, em algumas ocasiões, unem as suas forças para “promover o desenvolvimento regional”. No entanto, poderíamos indagar. Que desenvolvimento é esse? Econômico ou social? Desenvolvimento para quem? Para a população de um dado território ou para alguns sujeitos privilegiados?

Sabemos que as ações governamentais, na maioria das vezes, são direcionadas para viabilizar a melhoria de vida de uma dada população, numa determinada espacialidade. Mas, na maioria dos casos, as infraestruturas construídas com os recursos públicos, as quais, a princípio, têm como finalidade atender os anseios da maioria de uma dada população, acaba sendo apropriada pelos agentes capitalistas. Fato este,

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

ocorrido também no município de Ipanguaçu, onde a Del Monte Fresh Produce tem-se “apropriado” da infraestrutura e das vantagens locacionais desse município para acumular riqueza e reproduzir o capital. Enquanto isso, os camponeses expropriados desempenham atividades laboriosas a custa de um salário mínimo e em condições precárias de trabalho.

Não obstante, a precarização do trabalho se dá não apenas pelas péssimas condições de trabalho, mas, também pelas exigências, cobranças e a aceleração do ritmo de trabalho desempenhado pelos trabalhadores nas unidades de produção capitalista. Isso é uma das formas utilizadas pelo capital para extrair a mais valia relativa, sendo presenciado também nas fazendas da Del Monte Fresh Produce, no município de Ipanguaçu.

O capital, segundo Harvey (2005) é “dinâmico e expansivo”. Diria ainda mais, ele é astuto, pois sempre consegue superar os obstáculos que se opõem diante dele, bem como se apropria dos recursos naturais e artificiais para promover a sua reprodução ampliada. Para alcançar tais objetivos, expropria os trabalhadores dos seus meios de produção, desarticula modos de vidas tradicionais e põe em risco o equilíbrio dos ecossistemas. Quando não o destrói completamente.

Durante entrevista realizada com o supervisor de controle de qualidade da Del Monte Fresh Produce, perguntei quais os benefícios sociais que essa multinacional presta a população local. Ele respondeu que, além da empresa gerar emprego para os moradores do município de Ipanguaçu e região, também promove palestra sob a preservação do meio ambiente aos alunos da rede pública, como forma de despertar nesses estudantes uma consciência ambiental. Isso é um tanto quanto contraditório e condizente com a dialética capitalista.

Essa postura é incoerente com a atuação da Del Monte Fresh Produce, pois como pode uma empresa capitalista realizar palestras a respeito de como cuidar do meio ambiente, se ela própria comporta-se como uma vilã. É mediante a essas formas de atuações que o agronegócio tenta passar para a sociedade uma imagem de responsabilidade social para com o meio natural. Promove um discurso ideológico, considerando-se uma das principais responsáveis pela geração de emprego e pela dinâmica comercial no município de Ipanguaçu, mas, não explica as práticas maléficas

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

que depredam e contaminam os recursos naturais e expropriam o homem do campo, bem como sujeita-o a trabalhar em condições insalubres e em intenso ritmo de trabalho.

Portanto, com a chegada da Del Monte Fresh Produce em Ipanguaçu, intensificaram-se as mudanças nas relações de produção e de trabalho no meio rural desse município. Nas áreas em que é dominada por essa empresa deixou ser lugar de trabalho e transformou-se em espaço de negócio e interesse capitalista. Além disso, as relações do camponês com a terra, bem como seu uso por este sujeito foram desfeitas ou interrompidas, nas áreas sobre o domínio do capital, sendo substituída pela relação capital e trabalho assalariado. Assim, a empresa expressa suas relações de domínio e de poder nas áreas onde atua.

Querer desvendar as formas de dominação do território por essa empresa, a exemplo do seu campo de atuação, a diversificação de sua produção, as suas relações comerciais e de produção disseminadas no espaço a nível nacional e internacional, bem como sua forma de organização, é tarefa um tanto quanto difícil e que não pretendemos esgotar neste trabalho.

Essa territorialização do capital no meio rural do município de Ipanguaçu significa, em outras palavras, a transformação não só do território, mas também de um conjunto de elementos que caracterizam o modo de ser, de viver e de produzir do camponês.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo.** Beatriz Resende (trad.) 2^a ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1977.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre e afirmação e a negação do trabalho. 3^a ed. São Paulo, Ed. Boitempo, 2000.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Agricultura e capitalismo.** São Paulo, 1979. 115 p.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária.** (Trad.) Beatriz Medina. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da e CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia, Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro-RJ: Bertrande Brasil, 1995.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da e CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. 11 ed., Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria.** 7ed., São Paulo: Contexto, 1997.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Campesinato no Século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. [s. l.]: Editora Vozes, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato Como Modo de Produção e Como Classe Social.** Curitiba-PR: Prólogo, 2012.

CERTERO: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR). Base de dados disponível em:< <http://celepar07web.pr.gov.br/agrotóxicos/index.asp>>. Acesso em: 21 de jan. 2014.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

CONTAG: Estrangeirização das terras brasileiras. [s. l.]. 2012. Base de dados disponível em: <<http://www.liberdadedeexpressao.inf.br/CONTAG/estrangeirizacao.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação:** um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território Globalização e Fragmentação.** São Paulo-SP: Editora Hucitec, 1994, p. 251-256.

CORRÊIA, Silvânia Cristina Costa. **Resistência e Formas de (re) criação Camponesa no Semiárido Paraíbano.** Dissertação. Mestrado em geografia. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB. 2011. Orientadora: profª. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira.

COSTA, Ademir Araújo de. **Tecnologia e desemprego:** o caso da região salineira de Macau – RN. Natal: UFRN. CCHLA, 1993. 142 p.

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema de Produção de Banana Para o Estado do Pará.** Base de dados disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/fonteshtml/banana/bananaPara/doenças.htm>>. Acesso em: 11 de mar. 2014.

Expansão do agronegócio e a apropriação das terras por estrangeiros. [s. l.]. 2010. Base de dados disponível em: <http://r1.ufrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/10/sauer_leite.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

FERNANDES, B. M.; **Questão Agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Universidade Federal de São Paulo-UP.2008. Base de dados disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

FERNANDES, B. M.; **Construindo um Estilo de Pensamento na Questão Agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. [s. n.], v.1, Presidente Prudente-SP, 2013.

GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste brasileiro.** Coleção primeiros passos. [s.l.]. Brasiliense. 1984, p.27 a 89.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **O conceito de Território do Pensamento Geográfico.** Revista: Sociedade e Território, Natal-RN, vol. 13, nº2, jul/dez. Editora: EDUFRN, ISSN 1415-5893, 1999.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo.** 2.ed. São Paulo. Contexto, 1991, p.65-66.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. (Trad.) João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. Censo Agropecuário 1996. Rio de Janeiro, 1996. Base de dados disponível em:<http://www.ibge.gov.br/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1996/agropecuaria.pdf>. Acesso em: 23 de nov. 2013.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2006. Base de dados disponível em:<http://www.ibge.gov.br/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1996/agropecuaria.pdf>. Acesso em: 23 de nov. 2013.

IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1990 a 2000. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Base de dados disponível em:<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=v&p=PA&z=t&o=11>. Acesso em: 23 de nov. 2013.

IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2001 a 2012. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Base de dados disponível em:<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=v&p=PA&z=t&o=11>. Acesso em: 23 de nov. 2013.

LÊNIN. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** José Paulo Netto (Trad.). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, john. **Inovações nas tradições da agricultura familiar.** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia. [s.l.]. [s.n.]. 1982.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

LIMA, Luiz Cruz; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Os Novos Espaços Seletivos no Campo.** 1^a. ed. Fortaleza-CE: Eduece, 2011, 256p.

LOPES, José Edvaldo. **Produção de farinha de mandioca no município de Vera Cruz-RN:** velhas e novas formas de produzir. Natal-RN. Monografia. Graduação em geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio grande do Norte. 2009. Orientadora: Prof^a Dr.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento [trad. Juarez Guimarães e Suzanne FelicieLéwy]. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3^a. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** 2^a ed., São Paulo: Ática S. A., 1988.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa/PB: Editora Universitária – UFPB, 1997, 332p.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; IENO, Gláucia; TARGINO, Ivan; WATANABE, Takako e MITSUNAGA, Teresa. **Espaço Agrário, Condições de Vida, Trabalho e Saúde.** João Pessoa/PB. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET – Artigo, 1999.

NASCIMENTO, Adelli Carla Silva. **Exploração do trabalho camponês:** reestruturação produtiva do capital e trabalho não-agrícola no município de Itabaiana – SE. Dissertação. Mestrado em geografia. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. 2011. Orientador: Prof.^o Dr.^o Celso Donizete Locatel.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** 3^a ed. São Paulo-SP: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil. **Revista Agrária da USP**, São Paulo, nº. 12, p. 3-113, 2010.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

OLIVEIRA, A. U.; **Agricultura e Indústria no Brasil***. Revista de Geografia Agrária, v.5, n10, 2010. Base de dados disponível em: <<http://www.seer.ufu.br>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. Tese. Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular – UNESP, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por geografia do poder**. São Paulo: Editora Khedyr, 2011.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **O caso de Mossoró: perspectivas e desafios**. Natal-RN. Monografia. Graduação em geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio grande do Norte. 2007. Orientadora: Profª Dr.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes.

REIS, Leci Martins Meneses. **Avaliação de Sustentabilidade de Agroecossistemas de Bananeira Irrigada de Formas Diferentes de Produção Moderna e Tradicional: o caso de Ipanguaçu-RN**. Tese em Geografia. Doutorado em Recursos Naturais. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB. 2013. Orientador: Prof. Dr. Geninaldo Ataide Cândido.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. (Trad.) Maria Irene de Q. Szmrecsányi. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

SILVA, Aldenor Gomes da. **A Parceria na Agricultura Irrigada do Baixo-Açu.** Natal-RN, CCHLA, 1992.

SILVA, José Graziano da. **O Que é Questão Agrária.** 2^a. ed. São Paulo-SP: Editora Brasiliense S. A. 1980.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura.** São Paulo-SP: Editora Hucitec, 1981.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 1^a. ed. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1981.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** 2 ed. São Paulo: Unicamp. 1999, 149 p.

SILVA, Rodrigo Brito da. **Agrotóxico:** uma violência silenciosa nos espaços rurais do município de Queimadas-PB. João Pessoa-PB. Monografia. Graduação em Geografia. Departamento de Geociências do Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba. 2014. Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SOARES, M. R. C.; **Lei Kandir:** breve histórico. Consultoria Legislativa. 2007. Base de dados disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** C. Iperoig (Trad.) 3ed. São Paulo: Proposta Editorial Limitada, 1980.

VERAS, Carlos Magno dos Anjos. **Sistema Toyota de Produção (Toyota Way).** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Departamento de Ciências Humanas e Sociais. Cursos de Engenharia Industrial Elétrica e Mecânica Administração. São Luiz-Maranhão, p.1-12, mar. 2009.

VEIGA, J. E.; **O Desenvolvimento Agrícola:** uma visão histórica. 2^a ed. São Paulo-SP: Edusp, 2007, 236p.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA APlicada aos TRABALHADORES RURAIS QUE FORAM VISITADOS NO CAMPO

Município: Ipanguaçu

DATA: / /2013

Entrevistador (a): _____

Trabalhador (a) entrevistado (a)

Lugar de morada: () Sítio isolado () Comunidade

Nome do Sítio:

I- DADOS DO (A) TRABALHADOR (A) ENTREVISTADO (A)

1 Nome: _____

2 Idade: _____

3 Onde nasceu: _____

4 Durante toda vida morou aqui: Sim Não

4.1 Se não, onde morava antes de vir morar aqui? _____

4.2 Em que trabalhava e o que motivou a vir morar aqui?

5 O (a) entrevistado (a) estudou: Sim Não

Não Sim: Até que série?

II – CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DO (A) TRABALHADOR (A) ENTEVISTADO (A)

9 Quantos filhos tem?

9.1 O (s) seu (s) filho (s): () ajuda (m) na atividade agrícola familiar () ajuda (m) na agricultura familiar e estuda (m) () apenas estuda (m) () trabalha (m) como remunerado (s) () ou como assalariado com carteira assinada

9.2 Alguns de seus filhos saíram de casa? () Sim () Não

9.3 Se sim, para onde foram? _____

9.4 Em que estão trabalhando? _____

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

IV – CARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DO (A) TRABALHADOR (A) ASSALARIADO (A) ENTEVISTADO (A)

10 O senhor (a) trabalha em que atividade? _____

10.1 A quanto tempo? _____

10.2 Trabalha com carteira assinada ou é remunerado? () Sim () Não

OBS: (Se não, ir para questão 10.8).

10.3 Se for remunerado, quanto o senhor (a) recebe por um dia de trabalho? _____

10.4 Quantas horas trabalha por dia? _____

10.5 Usa equipamentos de segurança quando está trabalhando? (bota, capacete, luvas, máscara, fardamento, outros) _____

10.6 O que fazia antes de trabalhar como empregado? _____

10.7 Se foi na agricultura, em que condição o senhor (a) trabalhava? (parceiro, arrendatário, na própria terra, ocupante, agregado, outro): Por quê?

10.8 Trabalhava na própria terra? () Não () Sim: Por quê? _____

V - CARACTERIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO RURAL DO PEQUENO PRODUTOR

11 A terra própria () ocupada () arrendada () de terceiro, cultivando no regime de parceria, outro: _____

11.1 Se for arrendada, quanto o senhor (a) paga por hectare? _____

11.2 Se for no regime de parceria, qual é o tipo de relação de trabalho (meia, terça, contrato preestabelecido firmado em cartório, outro): _____

11.3 Se a terra é própria, qual o tamanho de sua propriedade? _____

11.4 Qual (is) o (s) produto (s) que o senhor (a) produz? _____

11.5 Qual o principal produto que o senhor (a) cultiva? _____

OBS: O entrevistador (a) observar se o solo é propício para desenvolver a agricultura:

11.6 Qual o tipo de solo da sua propriedade? _____

11.7 Qual é a característica da topografia da terra? (plana, ondulada, plana e ondulada, a terra possui várzea cortada por rio ou riacho): _____

11.8 Como é realizado a preparação do solo para o plantio?

() plantio de mudas no campo () aração feita por trator () aração feita por atração animal () a lavoura é irrigada () a lavoura é dependente exclusivamente das chuvas (outro) _____

VI-FORMA DE ORGANIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

12 Quais os tipos de máquinas e equipamentos agrícolas que o senhor (a) utiliza no processo de produção?

() Debulhadeira de feijão () trator () colheitadeira () carroça () caminhão
() Bomba de irrigação () aspersor para irrigação () outros: _____

13 O senhor (a) usa o trator para arar a terra? Sim Não

13.1 Se sim, quanto o senhor (a) paga por hora de serviço? _____

14 Usa algum tipo de adubo químico? () Sim () Não

14.1 Se sim, em que lavoura o senhor (a) usa? _____

14.2 Onde o senhor (a) compra o produto? _____

14.3 O senhor (a) usa algum tipo de veneno para combater formigas? () Sim () Não

14.4 Se sim, que tipo de veneno usa? _____
14.5 Usa algum tipo de veneno para combater as pragas? () Sim () Não

14.6 Se sim, que veneno o senhor (a) usa e qual (is) lavoura (s) o senhor faz a pulverização? _____

15 Usa herbicida para limpar o mato? () Sim () Não

15.1 Se sim, que tipo de herbicida? _____

15.2 Onde o senhor (a) compra? _____

15.3 Há alguma orientação com relação ao uso e manuseio do herbicida?

() Sim () Não

15.4 Se sim, quem lhe orienta? _____

15.5 O senhor (a) usa algum equipamento de proteção? () Sim () Não

16 Trabalha na terra: () apenas com a sua família () com a ajuda da família e de mão de obra contratada () Apenas com mão de obra contratada?

17 Se contrata, quantos trabalhadores o senhor (a) paga? _____

17.1 Como é a forma de pagamento? () diária () por produção () por empreitada
() assalariado com carteira assinada?

17.2 se for na forma remunerada, quanto o senhor (a) paga por um dia de trabalho?

18 Trabalham diariamente com o senhor (a)? _____

19 Os trabalhadores que o senhor contrata é daqui mesmo ou vieram de fora?

20 A produção é destinada:

() Toda para o consumo () parte para o consumo e parte para venda () Toda para venda?

20.1 Se toda para venda, o que o senhor (a) compra com a venda da produção?

20.2 Qual o destino da produção?

() vende diretamente nas feiras livres da região () para supermercado da própria região

() para supermercado de outras regiões () Para atravessadores da região () para exportação?

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

VII- AGENTES EXTERNOS (identificar as forças externas que influenciam direta ou diretamente na produção agrícola)

21 O senhor (a) se beneficia de alguma política pública do governo estadual e/ou federal? () Sim () Não

21.1 Se sim, qual (is)? _____

22 O senhor (a) foi alguma vez beneficiado pelo Pronaf? () Sim () Não

22.1 Se sim, quando e qual o valor que o senhor (a) foi beneficiado (a)? _____

23 Quais são as principais dificuldades que o senhor (a) tem para cultivar e permanecer trabalhando na agricultura? _____

24 Como o senhor (a) avalia a atuação da Del Monte na região?

() Ótimo () bom () regular () ruim () péssimo?

24.1 Se ótimo ou bom, quais os benefícios que a empresa oferece para o município? _____

25 Existe alguma Associação Municipal dos Pequenos Produtores Rurais?

() Sim () Não

25.1 Se existe, o senhor participa dela? () Sim () Não

25.2 Como ela atua? _____

26 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município tem prestado alguma assistência aos pequenos produtores? () Sim () Não

26.1 Se sim, como ele atua? _____

26.2 Qual a importância do STR para os pequenos produtores rurais do município? _____

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

VIII – ENTREVISTA AO PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IPANGUAÇU

1 Em que data foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipanguaçu?

2 Qual o papel do STR? _____

3 Qual o número de trabalhadores sindicalizados? _____

4 Do total de trabalhadores sindicalizados, quantos são:

- a) Assalariados (ou remunerados) _____
- b) Pequeno proprietário _____
- c) Arrendatário _____
- d) Parceiro _____
- e) Assentado _____
- f) Posseiro _____

5 Quais os serviços que o STR presta aos trabalhadores rurais sindicalizados?

6 Quais são as suas principais reivindicações? _____

7 Quais são as formas de pagamento da renda da terra arrendada pelos pequenos produtores? _____

8 Quais são os principais problemas enfrentado pelos pequenos produtores rurais?

9 Quais são os principais produtos cultivado pelos pequenos produtores que são associados ao STR?

10 Como você avalia a atuação da Del Monte no município?

11 Qual a quantidade de trabalhadores que vem de fora do município para trabalhar na empresa? _____

12 De onde eles vêm? _____

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

IX – ENTREVISTA AO (S) FUNCIONÁRIO (S) ADMINISTRATIVO DA DEL MONTE FRESH PRODUCE

1 Quais as contribuições sociais que a Del Monte presta ao município?

2 Qual a quantidade de trabalhadores que a empresa emprega, direta e indiretamente?

3 Todos são assalariados com carteira assinada () Sim () Não

4 Todos os trabalhadores são do município de Ipanguaçu () Sim () Não

5 Se não, quantos trabalhadores são de fora e quantos são do próprio município?

6 Os trabalhadores que são de fora do município, de onde eles vêm?

() Dos municípios vizinhos () de outras regiões do Rio Grande do Norte () de outras regiões do país () de outros países?

7 Se têm funcionários de outros países, quantos são e quais funções eles ocupam?

8 De que forma a empresa atua no mercado?

9 Quais os principais mercados que a Del Monte atua?

10 Quais os equipamentos e máquinas que a empresa utiliza no processo de produção?

11 Quais os tipos de fertilizantes que a empresa usa?

12 Os insumos agrícolas, sementes, embalagem são fabricados pela própria Del Monte ou ela compra de outras empresas?

12.1 Quais os produtos que ela compra de outras empresas?

13 Usa algum tipo de herbicida, fungicida, pesticida, para combater pragas?

() Sim () Não

13.1 Se sim, quais?

14 Quais os principais produtos que a empresa produz?

15 Toda a produção é realizada por meio de irrigação? () Sim () Não

A Del Monte Fresh Produce e a Territorialização do Capital no Meio Rural do Município de Ipanguaçu – RN

15.1 Se sim, de que tipo? () aspersão convencional () gotejamento () Inundação () micro-aspersão? (outro): _____

16 A Del Monte atua apenas no município de Ipanguaçu e/ou em outros municípios do Vale do Açu? _____

16.1 Se atua em outros municípios, quais são? _____

17 Quantas toneladas/unidades ela produz anualmente?

18 Quanto a empresa lucra anualmente?

19 Quantas hectares a empresa possui no município de Ipanguaçu e nos demais municípios que ela atua no Rio Grande do Norte?

20 Desde quando a Del Monte atua no município de Ipanguaçu?

21 Quais os motivos que levaram a empresa a se estabelecer na região?